

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais

JOÃO PAULO DE MEDEIROS REGGIANI

REPRESSÃO AOS “GRUPOS DE ONZE” NA REGIÃO NORTE DO
ESTADO DO PARANÁ (1963/1964)

Dissertação de Mestrado

Maringá
2015

JOÃO PAULO DE MEDEIROS REGGIANI

**REPRESSÃO AOS “GRUPOS DE ONZE” NA REGIÃO NORTE DO
ESTADO DO PARANÁ (1963/1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em história, da Universidade Estadual de Maringá - UEM, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em história.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias.

Maringá
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Reggiani, João Paulo de Medeiros.
R335r Repressão aos \"grupos de onze\" na região
norte do estado do Paraná (1963/1964) / João Paulo de
Medeiros Reggiani. -- Maringá, 2015.
137 f.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual
de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

1. Repressão - Golpe Civil Militar. 2. Grupos de
Onze - Norte paranaense. I. Dias, Reginaldo Benedito,
orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro
de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 21.ed.981.62

JOÃO PAULO DE MEDEIROS REGGIANI

**REPRESSÃO AOS “GRUPOS DE ONZE” NA REGIÃO NORTE DO
ESTADO DO PARANÁ (1963/1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em história, da Universidade Estadual de Maringá - UEM, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em história.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias (orientador)
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Ângelo Aparecido Piori
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Maurílio Rompatto
Universidade Estadual do Paraná

Aprovado em: ____/____/____.

*Dedico esse trabalho aqueles que
no norte paranaense foram
vítimas do Estado de Exceção
(1964-1985).*

AGRADECIMENTOS

A nossa vida não se faz de forma isolada, qualquer tarefa que realizamos em nosso cotidiano conta com a participação de outras pessoas. Então, aqui me proponho a agradecer algumas pessoas que na caminhada de elaboração desse trabalho estiveram ao meu lado, aconselhando, incentivando ou apenas torcendo para que o objetivo fosse alcançado.

Agradeço aos meus pais, Valdecir Reggiani (*em memoriam*) e Maria das Graças, cujo carinho é infinito.

Ao meu lado todos os dias, agradeço a sorte de ter minha esposa, amiga, companheira e grande amor, Débora.

Agradeço aos meus amigos do PPH, Angélica, Carlos, Daniela, Jonathan, Letícia, Luciana, Priscila, Rui, Raoni, Vandete, Wendell e Zeus, pelos debates e também momentos de descontração tão importantes na vida acadêmica.

Como não agradecer a Giselle Moraes, que com sua simpatia está sempre disposta a nos atender na secretaria do PPH. Sinto-me no dever de lembrar dos meus grandes colegas de trabalho da Faculdade Ingá, mais do que colegas verdadeiros amigos, Cássio Augusto e Marcos Pintinha.

Minha eterna gratidão aos professores da graduação Altair, Augusto, Claudinei, Givaldo, Luciana, Marcos, Renan, Ricardo, Roberto, Vanderlei, Vanessa e, de forma especial ao professor Maurílio Rompatto, pelas contribuições que direcionou a elaboração desse trabalho.

Agradeço aos professores que tive a oportunidade de conhecer no PPH, Andreas, João Fábio, Felipe, Lúcio, Solange, Sidnei e, de maneira particular ao professor Ângelo Piori, que gentilmente direcionou importantes conselhos sobre o trabalho aqui apresentado.

Por fim, agradeço imensamente ao professor que acreditou na pesquisa que propus, e aceitou me orientar nessa tarefa. Meu desmedido obrigado ao professor Reginaldo Benedito Dias.

*“Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro*

*Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário*

*Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável*

*Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei*

*Agora estão me levando,
mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo”.*

Bertold Brecht

REPRESSÃO AOS “GRUPOS DE ONZE” NA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ (1963/1964)

Resumo: O presente trabalho tem como propósito analisar a formação dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”, que se organizaram na região Norte do Estado do Paraná. A formação dos grupos foi idealizada por Leonel Brizola e foram formados em várias regiões do país nos meses finais de 1963. Os grupos tinham por finalidade apoiar as reformas de base, propostas pelo presidente João Goulart. As reformas previam uma reestruturação no sistema agrário, bancário, urbano e educacional no Brasil. Ao tempo que enchia de esperança a massa populacional brasileira, os setores de maior conservadorismo da sociedade olhava com desconfiança e temor para as reformas. Com o golpe civil-militar, o novo governo iniciou um forte processo repressivo a partir dos primeiros dias da implantação do regime em abril de 1964. Com a imposição do Ato Institucional Número 1 (AI-1) e o aparato repressivo destinado a servir de apoio à denominada “Operação Limpeza”, as pessoas que antes do golpe apoiaram as reformas propostas por João Goulart foram consideradas inimigas do Estado e reprimidas pelo novo governo. A “Operação Limpeza” se materializou na suspensão dos direitos democráticos, em intervenções de sindicatos, nas cassações de direitos políticos, expurgos de militares nas forças armadas e funcionários do serviço público e, na instauração de centenas de inquéritos policial-militares que apuraram atividades consideradas subversivas em todo o país. Os políticos eleitos ou não, militares, funcionários públicos, civis, todos aqueles que apresentassem algum importuno ao novo governo, poderia ser acusado de crime contra a ordem e política social. Nesse âmbito, tem-se o propósito de analisar a ação repressiva do Estado em sua forma de agir e, conhecer pessoas que no interior do país foram perseguidas durante os primeiros momentos do período militar. Todos os cidadãos que tivessem a ideia afinada com movimentos pertencentes à esquerda eram prováveis alvos passíveis de repressão e considerados uma ameaça à segurança nacional. Tendo em vista que a doutrina de segurança nacional elegeu em primeiro plano o inimigo interno: pessoas com simpatia ou ideologia voltada a uma política de oposição ao governo militar. Nestes termos, o sistema repressivo investigou e puniu aqueles considerados suspeitos *subversivos* ao regime. Nosso interesse é analisar a perseguição do regime militar a pessoas ligadas aos denominados “Grupos de Onze Companheiros” na região Norte do Paraná.

Palavras-chave: Repressão, grupos de onze, norte paranaense.

THE REPRESSION “GROUPS OF ELEVEN” THE REGION NORTH STATE OF PARANÁ (1963/1964)

Abstract: This paper aims to analyze the formation of the “Groups of Eleven Companions” or “Nationalists Command”, which were organized in the northern region of Paraná. The formation of the groups was designed by Leonel Brizola, and groups were formed in various parts of the country, in the final months of 1963. The groups were designed to support the Grassroots Reform, proposed by President João Goulart. The reforms envisaged a restructuring in the agrarian system, banking, urban and educational in Brazil. At the time filled with hope the Brazilian populace, the sectors of greater conservatism of society looked with suspicion and fear for reforms. With the civil-military coup the new government initiated a strong repressive process from the early days of implementation of the scheme in April 1964. With the imposition of the Institutional Act 1 (AI-1) and the repressive apparatus to serve as a support to call “Operation Cleanup”, people who before the coup supported the reforms proposed by João Goulart were considered enemies of the state and repressed by the new government. The “Operation Cleanup” materialized in the suspension of democratic rights, interventions unions, in purges of political, military purges in the military and civil service employees and also the establishment of hundreds of police-military investigations that found activities considered subversive across the country. Elected politicians or not, military, public officials, civilians, all those who presented some annoying to the new government, could be charged with a crime against the Order and Social Policy. In this context, has the purpose of considering the repressive action of the State in their ways and also meet people in the countryside were persecuted during the first moments of the military period. All citizens who have tuned the idea with movements belonging to the left were likely targets subject to repression and considered a threat to national security. Considering that the National Security Doctrine elected to the fore the enemy: people with sympathy or ideology directed to an opposition to the military government policy. Thus, the repressive system investigated and punished those considered subversive suspects the regime. Our interest is to analyze the persecution of the military regime to persons working with the so-called “Groups of Eleven Companions” in northern Paraná.

Keywords: Repression, Eleven of groups, Northern Paraná.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEL	Arquivo Edgar Leuenroth
AI	Ato Institucional
AI – 1	Ato Institucional número 1
AI – 2	Ato Institucional número 2
AI – 5	Ato Institucional número 5
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNM	“Brasil: Nunca Mais”
Camde	Campanha da Mulher pela Democracia
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
CGI	Comissão Geral de Investigações
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CVN	Comissão Nacional da Verdade
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EUA	Estados Unidos da América
ESG	Escola Superior de Guerra
FAP	Frente Agrária Paranaense
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP	Frente de Mobilização Popular
FPN	Frente Parlamentar Nacional
G. 11	Grupos de Onze
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM	Inquérito Policial Militar
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MRV	Movimento de Renovação Sindical
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrático Cristão
PR	Partido Republicano
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RM	Região Militar
SNI	Sistema Nacional de Informações
STM	Superior Tribunal Militar
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo 1	
O GOVERNO DE JANGO E O GOLPE CIVIL-MILITAR.....	26
1.1 O governo Jango.....	26
1.2 As reformas de base.....	31
1.3 Grupos de esquerda (FMP).....	37
1.4 Grupos de direita (IPES/IBAD).....	42
1.5 Comício, marcha e golpe civil-militar.....	47
Capítulo 2	
O SISTEMA DE REPRESSÃO A PARTIR DO GOLPE DE 64.....	57
2.1 A Escola Superior de Guerra.....	57
2.2 A doutrina de segurança nacional e o inimigo interno.....	61
2.3 Os atos institucionais.....	65
2.4 A operação limpeza e a institucionalização dos IPMs.....	68
2.5 O SNI (informações e contrainformações).....	70
Capítulo 3	
OS “ONZE COMPANHEIROS” E O NORTE PARANAENSE.....	75
3.1 Os “Grupos de Onze Companheiros”.....	75
3.2 O norte paranaense.....	86
3.3 O “Grupo” em Querência do Norte.....	992
3.4 O “Grupo” em Itaguajé.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	132

INTRODUÇÃO

É de conhecimento da sociedade civil que, no início dos anos de 1960, o Brasil vivenciou um período com diferentes contornos e fatos políticos. Dos grandes centros ao interior, da cidade ao campo, ocorreram proliferações de movimentos sociais propiciando novas experiências ao país.

Naquele período, ocorreram altos índices de envolvimento de diversos setores da sociedade em meio às questões políticas, tornando o clima dotado de grande instabilidade no que se refere à esfera do campo político.

Acontecimentos como a renúncia do presidente Jânio Quadros, na sequência o embate que ocorreu quanto à posse de João Goulart nos fatos que marcaram o que ficou conhecido como Campanha da Legalidade, as polêmicas provocadas pelos anúncios das reformas de base no governo Jango, dentre outros fatos não menos importantes culminaram com o golpe civil-militar ocorrido em março/abril de 1964, que perdurou até o ano de 1985.

O interesse aqui se vincula principalmente ao período final do governo de João Goulart e início do regime militar, nos episódios que marcaram a vida política da sociedade brasileira. Estes episódios vivenciados no país delimitaram rumos seguidos por toda a sociedade, o que nos possibilita realizar análises de fatos que compõem a recente história do Brasil.

Logo após o desfecho do golpe civil-militar, o novo governo começou um processo repressivo não apenas pelos grandes centros, mas também pelo interior do território nacional em busca dos partidários contrários a “revolução democrática”. Denominação cunhada por aqueles que impuseram o golpe de Estado no Brasil.

Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), é notável a constatação de que várias pessoas foram perseguidas por não compartilharem do pensamento político do grupo que assumira o poder do Estado em abril de 1964. Perseguições que se transformaram em prisões arbitrárias e, também, outras formas de abuso de poder precedidas de violência física e psicológica foram desencadeadas em todas as regiões do país.

Ao longo do tempo, vários foram os trabalhos que analisaram os contextos existentes no Brasil sobre o período que marca a ditadura militar. Autores como Caio Navarro de Toledo (1982), Maria Helena Moreira Alves (1984), Jorge Ferreira (2003), Carlos Fico (2004), Luis Alberto Moniz Bandeira (2010), Daniel Aarão Reis (2014), dentre outros autores de igual importância, possibilitaram ao público, de forma geral, uma melhor compreensão do período que corresponde o Brasil entre os anos de 1964 a 1985.

A gama de informações apresentada pela comunidade acadêmica indica caminhos para a verificação de fatos que marcaram o período da ditadura militar brasileira, motivando-nos conhecer episódios que relacionam o tema da ditadura militar com fatos existentes na região Norte do Estado do Paraná.

Foi oportuno verificar que dados levantados junto ao Projeto “Brasil: Nunca Mais” (BNM), elaborado pela arquidiocese de São Paulo, bem como pastas e fichas do arquivo público do Estado do Paraná, permitiu evidenciar que a região Norte do Estado sofreu investidas da polícia política já no início do período militar, da mesma forma que ocorreu em tantas outras partes do Brasil.

Conforme se observa

Em maio de 1964, foi instalado, no Quartel General da 5ª Região Militar, em Curitiba, um gigantesco IPM intitulado de “Zona Norte do Paraná”, que se desenvolveu nos meses seguintes por inúmeras cidades daquela região do Estado, tomando depoimentos de todos quantos tivessem revelado alguma participação política destacada, em alinhamento com o governo deposto. Em cada localidade as tomadas das declarações podiam se dar na Delegacia de Polícia, no tiro de Guerra, ou em outras repartições. Com base nesse mesmo IPM, foram iniciados inúmeros processos, [...]. Apuram-se num bloco só: organizações de greves, formação de sindicatos, reuniões de solidariedade a Cuba, viagens àquele país, formação de “Grupos de onze” e ligações com Brizola [...]. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2008, p. 157).

Destacam-se nesse trabalho as cidades de Itaguajé e Querência do Norte, localizadas no norte do Estado do Paraná¹, sendo que pessoas que participaram na organização e formação de “Grupos de Onze” dessas localidades nos anos de 1963/1964, conforme apresenta o Projeto “Brasil: Nunca Mais” e o Arquivo Público do Estado do Paraná, tornaram-se alvos de processos repressivos emanados pelo Estado.

Existe o interesse em perceber a ação do Estado quanto à formação dos “Grupos de Onze Companheiros”, grupos esses que também foram intitulados “Comandos Nacionalistas”. Este **foi** um movimento de caráter político que durante parte do governo de João Goulart existiu em várias regiões do país, o qual também foi articulado no norte paranaense.

¹ Tomamos como referência de localização geográfica os anos em questão a serem analisados nesse trabalho 1963/1964 e as fontes a serem verificadas, as quais apresentam essas cidades pertencentes à região Norte do Estado do Paraná. Em virtude desse fato, trabalharemos com a expressão “norte paranaense”. Hoje, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades), a cidade de Itaguajé ainda compõe a região Norte do Paraná e a cidade de Querência do Norte se localiza na região Noroeste do Estado; é possível que essa caracterização regional específica apresentada atualmente pelo Iparades possa divergir de alguma outra apresentação regional realizada por outros institutos ou órgãos de reconhecimento geográfico. Vale observar, ainda, que a primeira cidade citada apresentava no período analisado uma população com média na casa dos cinco mil habitantes, e a segunda cidade na casa dos 10 mil habitantes. Quadro esse que não se alterou muito nos dias atuais, segundo dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Sérgio Lamarão (2010), o movimento “Grupos de Onze” foi idealizado e criado nos meses finais de 1963, por Leonel de Moura Brizola, tendo como objetivo a luta pela implantação das denominadas reformas de base, ou seja, reforma agrária, reforma educacional, reforma bancária, reforma administrativa, reforma eleitoral, reforma fiscal e reforma constitucional preconizadas naquele momento no Brasil pelo presidente João Goulart.

Conforme Paulo Schiing (1979), Leonel Brizola utilizou a Rádio Mayrink Veiga na cidade do Rio de Janeiro e, o periódico “Panfleto” para organizar o movimento. Nessa rádio, Brizola discursava e passava instruções de como formar os grupos e quais seus objetivos. Centenas de formulários foram preenchidos por esses grupos em várias regiões do país e enviados no endereço da rádio.

A formação dos grupos era feita também com auxílio de outras organizações, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Os grupos se constituíam de 11 pessoas, das quais, uma deveria assumir o papel de dirigente ou líder do grupo.

Nos primeiros meses de 1964, Leonel Brizola afirmava que os grupos contavam com cerca de 100 mil integrantes. Porém, logo após o golpe civil-militar de 1964, o movimento foi reprimido e rapidamente desarticulado pelo novo governo acusando os integrantes de “comunismo” e subversão contra a ordem e a política social.

Nesse contexto, vários autores como Carlos Fico (2014), Jorge Ferreira (2007), dentre outros de igual importância, fazem referência de forma genérica aos “Grupos de Onze Companheiros”, idealizados por Leonel Brizola nos antecedentes do golpe de Estado ocorrido em abril de 1964.

Alguns grupos aguçaram o interesse a pesquisa e originaram trabalhos acadêmicos específicos sobre o movimento, aqui citamos como exemplo: Marli de Almeida Baldissera (2003), pesquisadora que propôs analisar a região do alto Uruguai do Rio Grande do Sul, região que tem como município polo a cidade de Erechim. A pesquisadora apresentou como um de seus pontos centrais na pesquisa que os “Grupos de Onze” não configuravam grupos paramilitares e guerrilheiros, como foram representados pela grande imprensa nos antecedentes do golpe civil-militar.

Também Elenice Szatkoski (2003), ao analisar o movimento no município de Frederico Westphalen, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, destacou que divergências locais pelo controle político fizeram com que pessoas que aderiram aos “Grupos de Onze” fossem consideradas, naquele momento, detentoras de ideologia comunista por seus

opositores, e a partir dessas alegações passaram por duras perseguições políticas no momento posterior ao golpe de 1964.

Outro pesquisador do tema, Diego Pacheco (2012), teve a finalidade de analisar a formação de “Grupos de Onze” no Estado de Santa Catarina, apresentando que o principal foco desse movimento era apoio às reformas de base e a reivindicação da classe trabalhadora a maiores direitos sociais e políticos.

Observa-se que outros autores tiveram a preocupação de analisar o movimento “Grupos de Onze” em outras regiões do Brasil. Dessa maneira, apresentamos que nesse trabalho o foco principal se refere às pessoas que fizeram parte de “Grupos de Onze” formados em cidades do norte paranaense. Porém, seria nula a tentativa de interpretação da história sem às devidas ligações da formação desses grupos com demais fatos políticos existentes em todo o país. Pois, é sempre necessário considerar que existe o intuito com uma “crescente preocupação com o estudo de temas regionais que toma conta das instituições universitárias brasileiras, o que decorre que suas motivações não decorram de regionalismos míopes ou de bairrismos que se esgotam em suas próprias intenções”. (DIAS & GONÇALVES, 1999, p. 2).

Fato que chama a atenção foi existir em todas as áreas do país, independentemente de serem grandes centros urbanos ou pequenas cidades tais como as citadas, o aparelho repressivo do Estado estar presente desde o início do golpe de 1964, com o propósito único de destruir qualquer iminente ameaça ao sistema que se implantara a frente da condução dos rumos político do Brasil.

Conforme observou Marco Silva:

A necessidade de reafirmar que a ditadura brasileira já era ditadura em 1964 responde a uma tendência predominante, hoje em dia, nas discussões sobre aquele período. Tem sido habitual falar em uma ditadura propriamente dita no Brasil, quando muito, a partir de 1968 [...]. O (AI-5) foi implantado em dezembro desse ano, e a ditadura ficou muito mais grave a partir daquele momento. É preciso destacar, todavia, que em 1964, a ditadura já começara ditatorialmente, e não de uma forma “discreta”, “democrática” [...]. (2009, p. 26).

Ao abordar os primeiros momentos do golpe civil-militar no Brasil, há oportunidade de contrapor questões de que os primeiros anos do regime militar implantado no país fossem discretos, democráticos, isto é, não repressivo e violento em sua conduta e totalidade.

O primeiro Ato Institucional (AI – 1) foi decretado em 09 de abril de 1964 pelo “Comando da Revolução”². Este assumira o poder do Estado brasileiro logo após a deposição do presidente João Goulart. Nesse âmbito, temos o propósito de analisar a ação repressiva do Estado em sua forma de agir e, conhecer aqueles que no interior do país foram perseguidos durante os primeiros momentos do período militar.

O Ato Institucional n. 1 continha medidas de controle do Poder Judiciário e suspensão dos direitos individuais destinados a abrir caminho para a “operação limpeza”. Há de observar pessoas que tiveram suas vidas relacionadas a esse formato de processo.

Desde o início, a “operação limpeza” seguiu pelos quatro cantos do país em busca aos opositores do pensamento do grupo de militares que assumiram o poder político do Estado em abril de 1964. Todo cidadão que tivesse a ideia afinada com movimentos pertencentes à esquerda era um provável alvo, passível de repressão e considerado uma ameaça às questões de segurança nacional.

Tendo em vista que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) elegeu em primeiro plano o “inimigo interno”, pessoas com simpatia ou ideologia voltada a uma política de oposição ao governo militar. Nesse contexto, o sistema repressivo investigou e puniu aqueles considerados suspeitos subversivos ao regime.

Existe o interesse de perceber o que foram os “Grupos de Onze Companheiros”, quais foram seus objetivos, como se articularam em meio à política vivenciada em 1963 e 1964 e o que veio a ocorrer com as pessoas que fizeram parte desses grupos, sobretudo aos grupos que se constituíram nas cidades epigrafadas pertencentes ao norte paranaense.

Fato este que proporciona seguir um caminho para a análise de como funcionaram às formas de investigação e acusação utilizadas pela polícia política e como se formaram os processos instaurados pela Justiça Militar contra os integrantes dos “Grupos de Onze Companheiros”.

Sabe-se que Brizola era o idealizador desses grupos e “desde a campanha da legalidade, Brizola se transformou em uma espécie de inimigo número 1 dos militares” (FICO, 2014, p. 20), então, como o novo governo encarou essa situação? Estes são pontos que permitem trilhar caminhos e apresentar resultados que se relacionam a recente história política vivenciada no país.

² Cf. Alves (1984) o Ato Institucional Número 1, abriu caminho para rumos que afastou o país da democracia. O (A I -1) repreendeu de forma direta às pessoas que se posicionaram contrárias ao grupo de militares que assumiu o poder político do Brasil em 1964. O “Comando da Revolução” era composto pelo General Artur Costa e Silva, Almirante Augusto Rademaker e o Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello.

Nestes termos, tem-se a oportunidade de observar e analisar as pessoas que estiveram inseridas em um movimento político. Logo, torna-se possível realizar estudos que figurem a participação desses sujeitos na história política do Brasil.

É importante destacar que desde a instalação do regime militar, ainda hoje se busca respostas para entender esse episódio que foi imposto à sociedade brasileira. Pois, “[...] o conhecimento gerado pelas pesquisas sobre as Ditaduras de Segurança Nacional pode ser utilizado pela sociedade, [...] para posicionar-se e levar adiante suas exigências de Verdade e Justiça” (PADROS, 2009, p. 37).

O princípio que norteia esse trabalho procura propor que o campo do estudo político deve delimitar os passos a serem tomados na investigação. O campo político demonstra justificativas ao conjunto de estudos que apresentam episódios contraditórios que existem em meio às relações sociais.

A compreensão de estudos sobre os “Grupos de Onze Companheiros” nessa região do Estado do Paraná se relaciona a um objeto vinculado às relações de poder e ao campo do estudo da história política.

Francisco Falcon (1997) analisou que a história política, antes norteadas nos grandes nomes, grandes eventos, em torno de datas e fatos, incorporou aos poucos novos métodos e técnicas, abrindo espaço ao estudo de novos personagens dentro do âmbito que compõem a história.

René Rémond (2003a) observou que o universo político não impõe fronteiras naturais e possibilita o estudo de novos objetos dentro da historiografia no que se refere à história política.

Ainda nesse propósito, René Remond apresenta que:

O historiador do político, [...] não pretende que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social (2003b, p. 447).

As questões políticas atingem todo universo da sociedade civil, no qual as vidas de pessoas vinculadas a grupos sociais encontram-se inseridas em uma esfera política, dentro de pequenos ou grandes centros urbanos, ou também nas comunidades rurais que se apresentam nas sociedades contemporâneas.

Os rumos tomados pelas sociedades estão dentro de um contexto político, observando que, “a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, e a

prática do poder [...]” (REMOND, 2003b, p. 443). Os embates que se dão no cotidiano de diferentes pessoas e grupos permitem a possibilidade da existência de um poder político e de uma oposição a esse poder político dentro do Estado.

De acordo com Francisco Falcon

Poder e Política passam então ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais, [...]. O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais e coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas ligadas ao poder. (1997, p. 76).

Redefinir alguns antigos objetos de estudo e definir outros novos dentro das relações de grupos antagônicos no embate pelo poder são propósitos da nova história política, uma vez que “[...] o campo político é o lugar em que se gera a concorrência entre os agentes que neles se acham envolvidos: produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos.” (BOURDIEU, 2010, p. 164).

[...] a história política [...] aprendeu que, se o político tem características próprias que torna inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda a espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social. [...] apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, [...] que a história política descreveu uma revolução completa. (REMOND, 2003a, p. 35-36).

Permitindo a possibilidade de analisar a ação do Estado na manutenção e exercício do poder frente às pessoas que formaram grupos, nesse caso, os “Grupos de Onze” em suas práticas políticas cotidianas. Acredita-se que, em sua forma renovada de ser, a nova história política possa balizar boas reflexões críticas que propomos sobre o objeto a ser analisado nesse trabalho.

Segundo Norberto Bobbio (1987), ao abordar o tema política em conexão às questões do poder é oportuno se referir ao poder político. Poder exercido pelos agentes do Estado, que fazem frente às questões existentes em meio à sociedade.

Existe a possibilidade de verificar as ações que o Estado exerceu de maneira repressiva sobre parcelas da população, sendo que “o poder político vai-se assim identificando com o poder da força” (BOBBIO, 1987, p. 80), no qual a força coerciva tornou-se o meio pelo qual foram criadas às condições para fazer existir um Estado de exceção no Brasil.

Conforme apresentou Norberto Bobbio (1987), o poder político caracteriza a sociedade em dois distintos setores, ou seja, os fracos e os fortes. O grupo que deteve o

mando político em abril de 1964 a frente do Estado se tornou o forte, no qual se utilizou de uma força pautada no “poder das armas”.

O governo militar utilizou-se do poder das armas e do poder de polícia, esse um mecanismo pertencente ao Estado com a finalidade de garantir formas de controle total. Através desse mecanismo, ocorreram diversas formas de repressão e abusos de poder frente à sociedade brasileira.

O grupo de militares que assumiu o poder do Estado em abril de 1964 deliberou com a finalidade única de praticar controle longe de preceitos democráticos que poderiam existir. O governo militar passou a submeter ao seu domínio não só as decisões políticas e sociais do país, mas também as decisões judiciais.

Conforme observou Carlos Fico (2014), com a ótica da repressão o Estado brasileiro a partir de 1964, começou a organizar por meio do Serviço Nacional de Informações (SNI) um enorme aparato de controle social e político das ações de toda a sociedade.

Militares das três armas, à polícia política, e outros mecanismos pertencentes ao Estado diariamente desempenharam prática de vigilância e controle da sociedade, produzindo uma enorme quantidade de documentos sobre as ações consideradas “subversivas”, que sob a lógica da segurança nacional vigorou no Brasil.

Esses processos continham desde depoimentos tomados dos suspeitos, a materiais considerados subversivos, os quais também eram apreendidos: jornais, panfletos, manifestos pertencentes a grupos de esquerda, dentre outros documentos que faziam parte do acervo anexado aos relatórios que foram produzidos pelo Estado na montagem dos processos que serviam de base para acusações e repressão.

Neste sentido, a pesquisa tomará como fonte de estudo documentos que seguem esses moldes. O corpus da pesquisa será composto por documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS/PR.

São eles: ofícios e relatórios de polícia, depoimentos tomados dos investigados e testemunhas, material produzido pelos “Grupos de Onze Companheiros”, cartilha de organização e objetivos do grupo, ata de fundação do movimento nas referidas cidades que fazem parte do objeto desta pesquisa, correspondências trocadas entre os integrantes dos “Grupos de Onze” e lista de envolvidos com o movimento.

Este material encontra-se disponível no arquivo público do Estado do Paraná, separado por pastas conforme a localidade, seguindo os critérios que apresenta o decreto n.

577, de 11 de julho de 1991, assinado pelo então governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, conforme apresentou Ângelo Priori (1998).

Além disso, ira compor o conjunto de fontes o IPM 272/64, o qual foi renomeado para BNM 292, cujo objetivo foi investigar pessoas com envolvimento aos “Grupos de Onze”. A referida documentação faz parte do acervo do Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp, composto por 707 processos³.

O IPM 272/64 ou BNM 292 apresenta:

Ofícios e relatórios de delegacias de polícia, vários relatórios do judiciário militar, depoimentos dos investigados e também de testemunhas, além das acusações e sentenças aplicadas pelos promotores e juízes militares, respectivamente. Um processo judicial de maneira completa produzido pelo Superior Tribunal Militar (STM) que é composto também pelo material desenvolvido na fase de inquérito policial local.

Este processo se iniciou em 18 de maio de 1964, terminando apenas em 12 de julho de 1968. O inquérito atingiu pessoas da região objeto de referência na pesquisa, às quais foram enviadas a capital do Estado do Paraná. Pessoas que constam seus nomes nesse processo também foram privadas de suas condições de liberdade.

Porém, alguns cuidados metodológicos devem ser tomados enquanto a análise e interpretação dos fatos narrados na documentação produzida pelos mecanismos pertencentes ao Estado.

Segundo Carla Pinski:

[...] é preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem em mãos. Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental [...]. Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o historiador [...]. (2006, p. 63).

As perguntas que se referem à citação acima são necessárias ao se analisar as peças documentais elaboradas pela Justiça Militar e também pela polícia política, ou qualquer outra documentação produzida por órgãos vinculados ao Estado, sobretudo no que se refere ao período da ditadura militar brasileira. É necessário ter cuidados metodológicos quanto ao anúncio que servem de base para a história oficial, produzida por esse tipo de fonte documental.

³ A partir 1979, os processos produzidos pela Justiça Militar brasileira, os que transitaram pelo Superior Tribunal Militar (STM), foram copiados e organizados em um projeto audacioso coordenado pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns e o reverendo James Wright, o que resultou no projeto “Brasil: Nunca Mais”, por esta razão a referência BNM.

As práticas de vigilância realizadas pelo Estado produziram enormes processos, os quais eram organizados de forma detalhada, formando verdadeiros dossiês sobre organizações e também sobre a vida de pessoas investigadas pertencentes às organizações, tal qual foram os “Grupos de Onze Companheiros”. Ou mesmo pessoas que sem nenhum vínculo a alguma organização, que por apenas expressarem o simples fato de ter uma posição ideológica não conivente com o regime instaurado foram igualmente investigadas pelo Estado.

Conforme nos apresenta Reginaldo Benedito Dias (2010), deve-se ater àquilo que foi produzido pela Justiça Militar de forma cautelosa, isso porque o Estado poderia produzir peças que de fato lhe interessava, a fim de condenar seus investigados, mesmo que isso fugisse à realidade apresentada nos fatos.

Boris Fausto (1984) apresentou que, ao analisar os processos produzidos pelo Poder Judiciário, não se deve entender esses processos como “verdade absoluta”, pois traduzem as questões de punir ou absolver o indivíduo que fora julgado pelo Estado em meio às acusações sofridas.

Segundo nos apresenta a arquidiocese de São Paulo (2008), aqueles que eram alvos da repressão muitas vezes assinavam relatórios e confissões sob intensa tortura física e psicológica. Os relatos apresentados nos processos da polícia política ou justiça militar não devem ser compreendidos como fatos absolutamente verdadeiros, sem espaço para debate e interpretações.

É importante observar o que apresentou Carlo Ginzburg (2011) sob o olhar do pesquisador sobre o seu objeto de análise, o qual deve apreender a verificar as entrelinhas e a perceber nas fontes as evidências que possibilitam a interpretação dos fatos. Torna-se fundamental ao historiador que ao “estudar a realidade como texto deveria somar a advertência de que texto nenhum pode ser entendido sem uma referência a realidade extra textual” (GINZBURG, 2011, p. 349).

É imprescindível ter em mente que, ao trabalhar com esse tipo de fonte à qual nos referimos como os processos criados pela polícia política e a justiça militar brasileira, “o historiador é confrontado com várias possibilidades: um documento pode ser falso, um documento pode ser autêntico, mas não confiável na medida em que a informação fornecida por ele pode ser mentirosa ou enganosa” (GINZBURG, 2011, p. 347).

Deste modo, na pesquisa historiográfica não cabe ao pesquisador apenas compreender se o documento analisado é verdadeiro ou falso, ou se as informações ali contidas são verdadeiras ou falsas. Mas, na análise da documentação produzida pelo Estado ao longo do período militar, cabe também ao pesquisador compreender com qual finalidade

aquela peça documental foi produzida e quais eram às intenções quanto à produção desse tipo de informação.

É de suma importância à verificação das fontes que se tem a disposição na pesquisa. Os arquivos produzidos durante o período militar são dotados de informações codificadas que merecem atenção e cuidado metodológico quanto ao processo de sua decodificação.

Esse tipo de documentação oportuniza observar caminhos para conhecimentos que se relacionam à história recente do país, possibilitando a compreensão da vida de pessoas que estiveram envolvidas em processos sociais e políticos não apenas como observadores, mas como agentes da história.

Ao olhar para os documentos produzidos pelo Estado de exceção, é necessário perceber as intenções contidas na produção das fontes que se tem em mãos, é preciso tentar compreender o período histórico e os vários atores envolvidos no processo para uma melhor interpretação dos fatos.

É fundamental estabelecer como resultados esperados a apresentação de particularidades do interior do Paraná. Analisar e compreender o papel da vida social de sujeitos que não faziam parte da corrente política “principal”, os quais foram reprimidos pelo governo militar.

Ao tentar compreender a vida coletiva das pessoas envolvidas nos “Grupos de Onze Companheiros” e os processos criados pela polícia política e a justiça militar, observa-se a construção de grupos que por meio de embates com o Estado dentro do universo político desempenharam papel na história regional paranaense.

A análise do homem em sociedade e sua interação com o outro em diversas formas de ação seguirá um raciocínio observando as relações de poder que grupos disputaram entre si. A própria disputa, tal qual aconteceu no âmbito do golpe civil-militar e de sua manutenção durante duas décadas, destaca-se uma luta em torno de relações políticas no contexto histórico brasileiro.

Conforme apresentou Lucília de Almeida Neves Delgado

A história é um processo em construção permanente. Processo marcado por temporalidades e delimitações espaciais. Processo construído por sujeitos individuais e sujeitos coletivos. Dinâmica complexa, que envolve ideologias, cultura, vida privada, ações públicas, representações, imaginário, lutas, reações, resistência, valores, instituições, entre múltiplas variáveis que constituem a complexa rede da inserção do homem na vida em comunidade através do tempo. (2003, p. 129).

É necessário entender que essa transformação permanente tem como um dos eixos norteadores a política exercida em meio aos processos construídos de forma individual e coletiva na sociedade. É relevante que uma série de fatos históricos deva ser analisada e contextualizada a fim de que possam ser ressaltadas as ações que contemplem os menos favorecidos nos anais da história.

A possibilidade de escolha dos “Grupos de Onze” como tema para análise nesse trabalho foi motivada pelo fato de ter atingido um expressivo número de pessoas no período de desenvoltura do golpe civil-militar, pessoas que em sua maioria pertenciam às classes subalternas da sociedade e que devido a isso por muito tempo sua existência como agentes da história foi negligenciada.

Mesmo que o movimento “Grupos de Onze” tenha existido por um relativo curto período de tempo, ele torna adequada a verificação de atores que assumiram um posicionamento político naquele momento conturbado da história brasileira. Possibilita tentar perceber as ações repressivas do Estado contra aqueles que foram considerados inimigos internos.

Para tanto, a análise que será apresentada nesse trabalho divide-se em três capítulos.

No primeiro capítulo será apresentada de maneira geral uma averiguação sobre o contexto dos fatos políticos que cercavam o Brasil no período que marca o governo do presidente João Goulart. Será abordado como estiveram polarizados grupos que ajudaram a traçar e escrever a história do Brasil naquilo que é compreendido como “direita e esquerda” política no papel que precedeu o golpe civil-militar de 1964.

No segundo capítulo existe o intento de perceber os fatos que marcam o período de emergência posterior ao golpe civil-militar brasileiro. É aceitável verificar as questões que se relacionam ao primeiro ato institucional e ao processo que ficou conhecido como “operação limpeza”.

Existe o interesse de perceber como o governo militar procurou desarticular a qualquer custo as pessoas e os grupos contrários ao seu ideário político, observando quais foram os caminhos tomados pelo governo militar que assumiu a posição de controle político do Brasil em abril de 1964.

No terceiro e último capítulo será oportuno verificar os principais contextos políticos e sociais que perduraram na região Norte do Estado do Paraná, possibilitando a compreensão de como a região estava propícia para a formação de grupos e movimentos sociais por sua conjuntura social.

Nesse contexto a de se analisar os “Grupos de Onze Companheiros” que foram compostos nas cidades de Querência do Norte e Itaguajé, evidenciando seus objetivos e trajetórias e como o Estado articulou o processo de repressão aos membros que aderiram ao movimento nessas localidades.

Ao analisar os “Grupos de Onze Companheiros” na região Norte do Paraná, movimento que assume no período em questão uma posição política, acredita-se ser esta a oportunidade de observar pessoas que fizeram parte da história política do Brasil em meio às relações sociais às quais estiveram inseridas, permitindo perceber as ações repressivas do Estado frente à sociedade.

1. O GOVERNO DE JANGO E O GOLPE CIVIL-MILITAR

Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil⁴.

(Trecho do discurso realizado por João Goulart, no famoso comício das reformas, em 13 de março de 1964 na Central do Brasil).

João Belchior Marques Goulart, o popular “Jango”, foi o homem que assumiu o posto de herdeiro político de Getúlio Vargas dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No entanto, Jango ficou mais conhecido na história política do Brasil como o presidente que foi deposto pelo golpe civil-militar de 1964.

Existia um alto grau de complexidade naquele momento político administrativo do país, ressaltando as condições econômicas, as questões políticas e sociais existentes no período que tomou posse o presidente João Goulart. O clima que Jango encontrou no Brasil ao assumir o cargo de presidente da República não apresentava nenhuma garantia de estabilidade para se poder governar.

Argelina Figueiredo (1993) e Jorge Ferreira (2007) observaram que foram formados lados divergentes dentro da conjuntura política existente no Brasil e que esses lados colocaram o presidente João Goulart em uma situação desfavorável frente à política brasileira, tendo Jango que aderir a um posicionamento afastado de uma política de conciliação, possivelmente por ele pretendida.

Grupos contrários ao presidente João Goulart provocaram um processo de desestabilização de seu governo, colocando o país em uma rota favorável ao golpe que ocorreu em março/abril de 1964.

1.1 O governo de Jango

Brevemente, se tem o intuito de perceber a conturbada chegada de João Goulart ao poder do executivo brasileiro, que passou pela campanha da legalidade e o caminho político administrativo percorrido por seu governo dentro do sistema parlamentarista e

⁴ Disponível em: <http://www.institutojoaogoulart.org.br/>. Acesso: 22/01/2013.

presidencialista, até sua deposição em abril de 1964. Foi esse um dos períodos mais controverso da política brasileira.

Segundo observou Carlos Fico (2014), é oportuno lembrar que graças à lei eleitoral vigente na eleição presidencial de 1960, foi possível que Jânio Quadros e João Goulart fossem respectivamente eleitos naquele pleito eleitoral, presidente e vice-presidente da República, mesmo os dois não pertencendo à mesma chapa política, pois a legislação eleitoral da época previa que se votasse para ambos os cargos separadamente.

João Goulart fez chapa naquela ocasião com o marechal Henrique Teixeira Lott (PTB), esse derrotado por Jânio Quadros. Jango foi democraticamente eleito vice-presidente da República pelo PTB, de maneira consecutiva, pois no mandato anterior já era o vice-presidente de Juscelino Kubitschek. Seguiu os passos de maneira correta naquilo que era previsto pela legislação eleitoral vigente no país em 1960.

Segundo Luis Edgar de Barros (1992), o Movimento de Renovação Sindical (MRS) articulou uma dobradinha entre Jânio Quadros e João Goulart, o que ficou conhecido como a dobradinha “Jan-Jan”. Com essa costura, foram realizadas propagandas eleitorais apresentando ambos os candidatos como “melhores opções eleitorais”, o que de certa forma colaborou com o pleito.

Jango foi eleito na mesma eleição que conduziu Jânio Quadros do Partido Trabalhista Nacional (PTN) à presidência, esse apoiado pela União Democrática Nacional (UDN). Um detalhe importante a ser observado é que a UDN era a grande rival política do trabalhismo de Getúlio Vargas e, por consequência, rival política de João Goulart dentro do cenário político brasileiro.

Conforme analisou Caio Navarro de Toledo (1982), com apenas sete meses de governo, Jânio Quadros renunciou ao mandato presidencial em uma tentativa frustrada de conquistar apoio popular e, então, retornar a presidência governando sem depender do legislativo. O presidente Jânio Quadros renunciou em um período que o vice-presidente João Goulart não se encontrava no país. Possivelmente arquitetou sua renúncia nesse momento para não correr nenhum risco, pois João Goulart poderia tentar assumir a presidência e frustrar os planos de Jânio Quadros retornar ao poder.

O presidente da câmara dos deputados, Pascoal Ranieri Mazzille, aceitou a renúncia de Jânio Quadros de imediato. Todo o fato da renúncia de Jânio atingiu a população brasileira e a comunidade internacional de forma surpreendente. Não era esperada por ninguém essa atitude de Jânio Quadros, como observou Boris Fausto (2006).

O vice-presidente João Goulart deveria assumir o posto de presidente da República de maneira automática, assim estava previsto no texto da constituição em vigor promulgada em 1946, segundo a análise de Thomas E. Skdimore (2010).

O texto constitucional era bastante claro em relação a isso, ou seja, com a renúncia do presidente da República, quem deveria assumir seria o vice-presidente, porém, não foi o que ocorreu no Brasil. O que de fato aconteceu foi um grave momento de crise institucional dentro do país.

O vice-presidente João Goulart se encontrava em uma viagem diplomática a República Popular da China, país de cunho comunista. O fato de João Goulart estar em viagem à China foi pretexto suficiente para ser acusado de adepto da doutrina comunista pelos grupos contrários a ele, sobretudo de militares.

A partir de então, é colocada uma enorme barreira na tentativa de Jango assumir o posto de presidente da República.

Na análise de Caio Navarro de Toledo

“haveria da parte de expressivos círculos militares, uma forte oposição à posse de João Goulart na Presidência da República. As notícias iam mais longe: afirmava-se que os ministros militares não apenas desaconselhavam o retorno imediato de Goulart, como estavam decididos a detê-lo no momento que pisasse em território nacional. [...]. Na ótica dos militares e dos demais setores civis golpistas, Jango simbolizava tudo aquilo que havia de “negativo” na vida política brasileira: demagogo, subversivo e implacável inimigo da ordem capitalista”. (1982, p. 11-12).

Grupos de militares opositoristas a Jango tentaram de toda forma impedi-lo de assumir seu lugar como chefe do executivo nacional dentro do regime democrático brasileiro, dando início a um clima dotado de instabilidade dentro da conjuntura política existente no Brasil.

O fato é que em agosto de 1961, o presidente eleito, Jânio Quadros, tinha renunciado ao seu mandato surpreendendo todos, e o vice-presidente, João Goulart, não era permitido assumir o cargo de presidente da República, acusado por seus opositoristas de ter pensamento voltado ao comunismo. Dessa forma tem início o conturbado período que ficou conhecido como à Campanha da Legalidade⁵. Momento esse que quase ocorre embates militares dentro do território brasileiro, propiciando um verdadeiro conflito armado na posição de Jango assumir ou não a presidência da República.

⁵ Sobre a Campanha da Legalidade, ver o trabalho de: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil-1961-1964**. 8. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

Depois de muitas negociações, Jango e seus apoiadores juntamente com a oposição acabaram fazendo um acordo político, a solução encontrada para o impasse seria adotar o regime parlamentarista no Brasil⁶. A medida do parlamentarismo solucionou de momento a crise institucional, acalmando os ânimos inflamados e afastando o perigo até mesmo de conflitos armados dentro dos limites do território brasileiro.

Com o desfecho nesse episódio, João Goulart passou a ser chefe de Estado, tendo a incumbência de nomear um gabinete administrativo para direcionar os rumos políticos a qual o país deveria seguir.

Conforme observou Caio Navarro de Toledo (1982), ficou programado que haveria um plebiscito no qual a população optaria pela continuidade do regime parlamentarista ou pelo retorno ao regime presidencialista. Esse plebiscito deveria ocorrer no final do governo de Goulart, porém, foi adiantado e o povo optou pela volta ao regime presidencialista.

A vitória de Goulart no plebiscito que ocorreu em 06 de janeiro de 1963 parecia representar um apoio popular a seu governo. Porém, é necessário levar em conta que haveria eleições presidenciais no ano de 1965, e outros políticos como Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto eram prováveis candidatos. Não haveria interesse por parte dessas lideranças políticas assumirem a presidência da República em um formato de regime parlamentarista, o que possivelmente contribuiu a superar o regime parlamentarista no Brasil (FICO, 2014).

Dessa forma, após o período de parlamentarismo, que durou de 1961 até o início do ano de 1963, João Goulart tem finalmente a oportunidade de assumir a presidência da República com amplos poderes. Entretanto, durante seu governo tornaram-se aparentes vários problemas estruturais na economia e na política dentro da conjuntura que se encontrava o Brasil naquele momento.

Problemas esses que foram se acumulando no decorrer dos governos anteriores ao seu mandato, dentro de complexas questões de ordem principalmente econômica que o Brasil estava inserido. Pairava um clima de incertezas marcado por forte inflação e descontrole econômico, conforme analisou (LUNA & KLEIN, 2014).

Após o plebiscito, em breve tempo Jango constituiu um novo ministério que estaria disposto a trabalhar no âmbito de colocar propostas de reformas estruturais para o país

⁶ Sobre a negociação e implantação do regime parlamentarista no Brasil, ver: FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou o presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

e executá-las de maneira que viabilizasse a recuperação econômica do Brasil. Esse ministério refletia o fortalecimento do partido de Goulart, o PTB, partido que recebeu o maior número de pastas administrativas dentro do Estado brasileiro naquela ocasião. Tinha como finalidade única recuperar o crescimento econômico e conter a inflação, e não permitir mais nenhuma crise institucional.

Era fundamental ao presidente João Goulart o propósito de solucionar a crise econômica que atravessava uma acentuada queda de taxas de crescimento econômico (LUNA & KLEIN, 2014).

Esse fato aliado a altos índices de inflação fez com que o governo de Jango adotasse a tentativa de pôr em prática uma política econômica planejada, capaz de intervir nas necessidades que aconteciam naquele momento delicado da vida econômica do Brasil.

Como tende a ocorrer em todo regime [...] o Executivo anunciava que seu Plano de Governo tinha condições de resolver em profundidade os impasses e as dificuldades enfrentadas pelo conjunto da sociedade brasileira. Essa ambiciosa proposta foi denominada Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-social: 1963-1965. (TOLEDO, 1982, p. 42).

Para o governo Goulart era necessário conseguir criar uma forma de conter a inflação, dando estabilidade à economia e ao seu governo por consequência. O principal pensamento da política planejada foi apresentado por meio do plano trienal, elaborado nos meses finais de 1962, pelo economista Celso Furtado, ministro extraordinário do planejamento, com apoio de San Tiago Dantas, ministro da fazenda.

O plano trienal tinha por meta combater a todo o custo a inflação e, simultaneamente, atingir um elevado índice de desenvolvimento econômico para o país. Ao mesmo tempo seriam colocadas em vigor reformas estruturais que eliminariam de maneira gradual barreiras sociais, fator esse considerado crucial pelo governo de Jango.

Segundo Skdimore (2010), o plano trienal apresentava dois eixos principais: um que seria no âmbito de uma reforma bancária e administrativa. E outro que propunha a necessidade de instituir uma política de reforma agrária. Essas reformas possibilitariam abrir caminhos para o fortalecimento da produção existente dentro do país, com isso o governo acreditava que fortaleceria a economia.

Porém, aquilo planejado com o plano trienal não atingiu o esperado e não proporcionou um fortalecimento à economia.

Na análise de Caio Navarro de Toledo:

O plano, antes de completar 06 meses de duração, inviabilizava-se política e economicamente. Nem os empresários, nem os trabalhadores lhe ofereciam qualquer apoio. [...]. O malogro do Plano se revelou de forma completa ao se proceder ao balanço do ano de 1963: nem houve desaceleração da inflação, nem aceleração do crescimento foram alcançadas. Houve, sim, inflação sem desenvolvimento. (1982, p. 52).

Além de não atingir os resultados esperados, o fato de falar em distribuição de riqueza, reforma agrária, dentre outros pontos desse contexto, naquele período poderia ser confundido com uma política voltada ao comunismo, mesmo que as intenções de Goulart fugissem a isso. Ao abordar temas como esse, o governo de Jango era visto com desconfiança pela parte conservadora da sociedade brasileira, que se pautava no pensamento que deveria ser mantido a todo custo no Brasil “os pilares da ordem estabelecida”. (REIS, RIDENTI, MOTTA, 2014, p.8).

Conforme observou Nelson Werneck Sodré (2014), existe um ponto importante a ser considerado, sendo o clima de bipolaridade existente na época. A disputa entre os blocos capitalistas e comunistas respectivamente liderados por Estados Unidos (EUA) e União das Repúblicas Socialista Soviética (URSS). Lados esses que buscavam áreas de influência por todo o globo, dentro da conjuntura do que se convencionou denominar de Guerra Fria, blocos esses que se divergiam com suas políticas ideológicas e modelos de economia, sociedade e governo. Fator esse que também influenciava o pensamento de grupos políticos no Brasil.

Há medida que o governo falava em reformas estruturais para o país, lados se divergiam, favoráveis ou contrariamente a situação de reformas. Esses posicionamentos por parte da sociedade corroboravam para uma possível divergência mais acentuada a administração do governo de João Goulart.

Com o correr do ano de 1963, o clima foi ficando cada vez mais tenso na política brasileira. Não foi um simples episódio que colocou em cheque o presidente João Goulart, mais uma longa crise econômica, seguida de conturbadas questões sociais e políticas dentro do cenário brasileiro.

Existia uma cobrança nada suave para um posicionamento de Jango. E ao adentrar o ano de 1964, ano esse marcado pelo golpe civil-militar, o clima estava cada vez mais propício para acontecer uma intervenção no governo por parte de setores conservadores dentro do país.

1.2 As reformas de base

Com o passar do período presidencialista de João Goulart, esse tentava se apoiar em programas que o aproximasse da massa populacional brasileira, a fim de manter a estabilidade de seu governo. Para isso, tornou-se fundamental colocar em vigor seu ideal político de implantação de reformas de base. Tendo em vista que esse ideário já se fazia presente no plano trienal de desenvolvimento econômico, isto é, as reformas de base estavam inseridas no plano elaborado por Celso Furtado e San Tiago Dantas.

Segundo Luis Alberto Moniz Bandeira (2010), o papel político de João Goulart estava focado em sua especificidade de orientação nacional reformista, posição essa que expressava em seu programa a implantação das reformas de base cruciais a seu governo e ao desenvolvimento do Brasil.

De acordo com Caio Navarro de Toledo, existiam algumas propostas ideológicas no período que corresponde o pré 1964:

- 1) Liberalismo não-desenvolvimentista, de orientação não-industrialista. [...] reunidos em torno da UDN, da FGV, do Conselho Nacional de Economia, da Associação Comercial do Estado de São Paulo e outras entidades. Entre os mais conhecidos defensores destas posições estavam Eugênio Gudín e Octávio Bulhões;
- 2) Liberalismo desenvolvimentista, de orientação não-nacionalista. Perspectiva ideológica que se vincula à burocracia pública. Entidades representativas: BNDE, Comissão Mista Brasil - EUA. Entre seus economistas, destacam-se Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva etc.;
- 3) Desenvolvimentismo privatista: CNI, FIESP. “Herdeiros” de Roberto Simonsen: João Paulo de A. Magalhães, Hélio Jaguaribe e outros;
- 4) Desenvolvimentistas nacionalistas. Entidades como ISEB, CEPAL, setores do BNDE, PTB. Figuras representativas: Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Evaldo C. Lima, Guerreiro Ramos e Vieira Pinto;
- 5) Socialistas/Comunistas. PCB e PSB. Intelectuais representativos: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães e outros. (2004, p. 18-19).

É notável a percepção que as propostas de reformas apresentadas por Goulart tinham claro aspecto de mudanças que se faziam necessárias dentro das instâncias socioeconômicas existentes no país. “Um projeto de República [...] nacionalista, baseado no protagonismo do Estado em aliança com as classes populares das cidades e dos campos, [...]”. (REIS, 2014, p. 12).

Colocar as reformas de base em vigor seria dar um passo importante no processo de desenvolvimento do Brasil, dentro do contexto nacional reformista que pretendia atingir João Goulart.

Como observou Reginaldo Benedito Dias:

[...] identificado, quando muito, com uma espécie de “capitalismo humanizado e patriótico”, cuja materialização supunha a implantação das chamadas reformas de

base. A rigor as reformas de base, entre as quais se destacavam as reformas agrária e universitária, não se contrapunham ao capitalismo, mas preconizavam em linhas gerais, um desenvolvimento econômico baseado na distribuição de renda, na afirmação do mercado interno e em políticas de perfil nacionalista. (2003, p. 19).

As reformas poderiam servir para Jango em pontos importantes, além de prever um desenvolvimento socioeconômico tão necessário ao país, era a forma encontrada pelo presidente para conseguir apoio popular ao seu governo. A proposta das reformas de base tornou-se a bandeira essencial da fase presidencialista do governo Jango, após a frustração ocasionada pelo desenvolvimento do Plano Trienal.

Ângela de Castro Gomes observou que:

“De 1954 a 1964, vários partidos trabalhistas são criados, e várias são as lideranças que no interior do PTB, buscam redefinir os conteúdos programáticos do partido e suas bases de atuação [...]. Um tempo que evidenciou o poder de apelo do trabalhismo [...] a ideologia trabalhista continuou marcada pela defesa dos direitos do trabalhador, pelo sindicalismo, pelo nacionalismo e pela proposta de um Estado intervencionista e protetor, [...] vinculou-se abertamente a outras questões, entre as quais a luta pelas reformas de base”. (2007, p. 74-75).

A atuação de membros do PTB, não a sua maioria, mas uma quantidade significativa assumia posição de nacional reformismo e atrelavam-se a João Goulart, em um posicionamento programático partidário, sendo que esse posicionamento estava alinhado às questões que estavam contidas nas propostas de reformas. A palavra de ordem do presidente Jango com o correr do ano de 1963 passou a ser de “colocar as reformas em prática”.

Lucília de Almeida Neves destacou que

Reforma agrária, controle de remessas de lucros, extensão do direito de votos aos analfabetos, reforma da Previdência Social, restrição aos investimentos estrangeiros, incentivo as organizações de trabalhadores rurais, amplo programa de sindicalização dos trabalhadores urbanos, eram propostas e ações que conformaram à utopia reformista (2014, p. 79).

É nosso intuito observar na sequência as reformas pretendidas por João Goulart, verificando alguns elementos contidos nas propostas apresentadas por elas.

Conforme Luis Alberto Moniz Bandeira (2010), as reformas foram enviadas ao Poder Legislativo em forma de mensagens nos anos de 1963 e 1964. Pretendiam dar solução aos problemas socioeconômicos existentes no Brasil. As propostas de reformas logo se tornaram a grande marca de Jango e, posteriormente, causaram fortes motivos para sua deposição no golpe civil-militar de 1964.

Para melhor compressão dos itens contidos nas mensagens das reformas de base enviadas por João Goulart ao Congresso, foi oportuno observar um trabalho contido no CPDOC/FGV⁷:

a) A reforma agrária:

No que se refere à reforma agrária, nesse primeiro item a ser observado estava contido na mensagem presidencial aos parlamentares brasileiros que de imediato deveria ocorrer uma alteração no texto constitucional para tornar viável em questões econômicas à implantação da reforma agrária no país.

Conforme apresentava a Carta Magna de 1946, os pagamentos que deveriam ser realizados com a desapropriação das terras para a realização da reforma agrária traziam em seu teor “pagamento prévio em dinheiro”. O texto apresentado dessa forma tornava inviável a realização dessa reforma por uma questão onerosa, o Estado não suportaria realizar os pagamentos das desapropriações que deveriam ser realizadas. Porém, não era esse o único problema, pois, esse tema tornara-se muito controverso propenso a negociações suspeitas e fraudulentas.

Para tanto, Jango propunha que esse item fosse alterado para pagamento com “títulos da dívida pública do Estado”. Fator esse que causou grande conturbação, conforme apresenta Caio Navarro de Toledo

Diante da proposta do Presidente da República, unem-se proprietários rurais, setores da Igreja, congressistas liberais e conservadores, imprensa e etc., para denunciar a “reforma agrária radical” cogitada, segundo eles por Goulart. Na ótica desses grupos, a “revolução agrícola” deveria se fixar na “obediência aos preceitos constitucionais aliada a interesse prioritário pelo estímulo à produção” (1982, p. 31).

Segundo a análise de Toledo (1982), a reforma agrária também se referia a uma distribuição de terras mais justa para a população brasileira e juntamente acesso ao crédito para os trabalhadores rurais. O direito à propriedade estaria condicionado ao bem estar social, o que deveria promover maior acessibilidade à economia das camadas populares da sociedade brasileira.

⁷ Esse trabalho que se refere às reformas de base do período do governo João Goulart, encontra-se organizado em forma de verbete. MENANDRO. Heloísa. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 13/06/2011.

A proposta também previa a desapropriação das terras consideradas improdutivas. As terras que estivessem às margens das ferrovias e rodovias nacionais seriam utilizadas para a realização da reforma agrária (BARROS, 1992).

b) A reforma administrativa:

A reforma administrativa apresentava de imediato um ajuste na máquina administrativa federal. Na visão do governo Jango, tornava-se necessário um processo de reestruturação no aparelho do executivo federal. Essa reforma visava dar suporte a um órgão denominado Coordenação do Planejamento Nacional. Esse órgão teria o caráter de embasar os projetos considerados prioridades pelo governo no que se refere à iniciativa de buscar crescimento econômico e a modernização para o país.

Deveriam ser observados três pontos principais na reforma administrativa, conforme Heloísa Medrando (2010):

- I) observar propostas a fim de modernizar e reorganizar o sistema administrativo federal;
- II) alterar o sistema de material no serviço público e civil brasileiro;
- III) direcionar observações que se faziam necessárias ao Tribunal de Contas da União.

c) A reforma educacional ou reforma universitária:

A princípio, a reforma educacional ou universitária tinha como seu foco principal atribuir modificações em seus mecanismos de disciplina com a finalidade notável de ampliar e estabelecer aos docentes garantias que proporcionasse exercer suas funções com inteira liberdade para trabalhar. Aconteceria a “reforma universitária, assegurando plena liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra” (BANDEIRA, 2010, p. 314).

Outros pontos importantes previam a estabilidade na carreira do magistério e a elaboração de processos de seleção para que profissionais habilitados pudessem exercer a função docente no país. Tendo em vista a categoria estar apresentando altos índices deficitários.

Essa reforma visava à valorização do ensino público e sua ampliação por todo o território nacional, trazendo bases para combater o analfabetismo tão presente no Brasil naquele momento.

d) A reforma bancária:

Com todo problema inflacionário vivenciado no país, o presidente João Goulart visava à implantação de um órgão responsável e controlador dotado de autonomia com a finalidade de decidir e direcionar a política monetária e bancária. Esse órgão deveria agir de forma firme em relação ao processo de inflação descontrolada que se fazia presente em todo território brasileiro.

As medidas que a reforma bancária previam e que foram enviadas ao congresso em forma de mensagem deveriam dar suporte ao governo para explorar créditos necessários com a finalidade de impulsionar as forças de produção existentes no país, ajudando a afastar a crise econômica que rondava a sociedade brasileira.

e) A reforma política ou reforma eleitoral:

Em relação à reforma política ou eleitoral, essa tinha como finalidade buscar garantias de participação eleitoral a uma massa populacional que não fazia parte do quadro das pessoas aptas a votarem nas eleições existentes no país. Trazia em seu teor a “reforma política, extensão do direito de voto aos analfabetos e praças de pré, segundo a doutrina de que os alistáveis devem ser elegíveis” (BANDEIRA, 2010, p. 314).

Segundo Bandeira (2010), em 1963, o Brasil contava com uma população de cerca de quase 70 milhões de pessoas, e a população votante não atingia a casa dos 25%, ou seja, menos de um quarto da população brasileira estaria apta a votar e escolher seus representantes.

Essa reforma previa uma alteração direta na Carta de 1946, a qual impedia o voto dos praças e também das pessoas analfabetas. A alteração na constituição abriria caminhos para que essas pessoas pudessem ter o direito ao voto, aumentando o contingente apto a participar dos processos eleitorais.

f) A reforma fiscal ou tributária:

Essa reforma tinha como foco modernizar o aparelho arrecadador existente no Brasil e, juntamente com isso, buscar formas de combater a sonegação e as fraudes fiscais existentes no país. Esse objeto já se fazia presente no governo Jango desde o período

parlamentarista, e propunha a criação de impostos a serem arrecadados pela fazenda nacional aumentando a arrecadação do país.

Fazia parte dos assuntos propostos pelo governo Jango os seguintes temas:

O imposto de renda, imposto de consumo, imposto do selo, imposto único sobre lubrificantes líquidos e gasosos, imposto único sobre energia elétrica, contribuições de melhoria, disposições sobre conselhos de contribuintes, conselho superior de tarifas e processo fiscal e disposições diversas. (MENANDRO, 2010).

O governo acreditava que com essas medidas poderia criar condições para controlar a balança tributária que estava com saldo devedor, e isso ajudaria a controlar e estabilizar o caixa dos cofres públicos do país.

g) A reforma constitucional:

Por último, há de observar a reforma constitucional, que foi uma mensagem também enviada ao Congresso e tinha por finalidade realizar modificações na Carta Magna de 1946, e possibilitar a implantação e a viabilização das reformas de base propostas pelo governo.

Previa a “reforma da constituição para delegação de poderes legislativos ao presidente da República”. (BANDEIRA, 2010, p. 314). A reforma da Constituição de 1946 abriria espaço para a realização de outras reformas prevendo nitidamente a incorporação e alteração de parágrafos no texto constitucional que se referiam diretamente as reformas de base. Como exemplos observados nos pontos existentes na reforma agrária e na reforma eleitoral ou política.

As reformas não eram vistas com bons olhos por setores conservadores, sendo civis e militares opositoristas ao governo. A cada vez que se falava em reformas de base no país, posições de grupos progressistas e conservadores dentro da sociedade se divergiam, agitando as instâncias políticas existentes no Brasil.

1.3 Grupos de esquerda (FMP)

Na esfera política existe uma forma muito comum de referir-se aos grupos e denominá-los de pertencerem a esse ou aquele lado, sendo que o “lado” estaria relacionado a uma política de “direita” ou “esquerda”. Os termos: “direita” ou “esquerda”, utilizados na

política, vêm de um longo período histórico não como conceitos únicos, entretanto, apresentam relação ao espaço do campo político.

Esquerda e direita não indicam apenas ideologias. [...]. “Esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente a ação política, contrastes não só de ideias mas também de interesses e valorização a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda a sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer.” (BOBBIO, 1987, p. 33).

Em suma, os políticos “de direita” representariam o interesse de grupos dominantes e a conservação dos interesses das elites. Por outro lado, os políticos “de esquerda” teriam uma orientação reformista baseada na conquista de benefícios às classes sociais menos privilegiadas (BOBBIO, 1987).

Ao longo da história utilizam-se os termos: “direita” e “esquerda” para apresentar posicionamento ideológico de pessoas e grupos que se envolvem nas relações existentes dentro da esfera política, não sendo diferente existir essas denominações também no Brasil, sobretudo no momento que temos a oportunidade de analisar que se relaciona ao governo de Jango e ao golpe de Estado por ele sofrido.

De maneira concisa, tentaremos identificar grupos contrários que se inseriram em um âmbito ideológico voltado a uma política de “direita” ou “esquerda” dentro do cenário político brasileiro. Não abordaremos todos os grupos, mas apenas alguns que se destacaram na conjuntura existente nos primeiros anos da década de 1960 e desempenharam papel destacado nos antecedentes do golpe civil-militar.

Em um primeiro momento é necessário considerar alguns grupos que apoiaram as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart ao longo de sua estadia à frente da presidência da República.

Conforme apresentou Dias (2003), as reformas de base propunham uma política de reestruturação na situação econômica e social do Brasil. Dessa forma, entendemos que os grupos que as apoiavam apresentaram um posicionamento ideológico voltado a uma posição política de “esquerda”.

É importante ressaltar que mesmo os grupos apresentando interesse em apoiar as reformas de base, não é possível identificá-los pertencentes a um único plano de ação. Mesmo apoiando as ideias de reformas, nota-se que esses grupos se divergiam, sobretudo na questão de como seria colocada em prática tais reformas, conforme analisou Argelina Figueiredo (1993).

Segundo observou Reginaldo Benedito Dias

O alavancamento dos movimentos sociais adquiriu as formas mais variadas. No meio estudantil, destacaram-se a UNE (União Nacional dos Estudantes) e sua luta pela reforma universitária, inserido no programa mais amplo das reformas de base. Os trabalhadores do campo, buscando a reforma agrária e direitos trabalhistas, trilharam caminhos diversificados, cujos principais desdobramentos foram as Ligas Camponesas e a emergência do sindicalismo rural, expresso na fundação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Os trabalhadores urbanos, muito ativos no período, avançaram em sua organização intersindical, ultrapassando os restritivos limites da lei, que autorizava apenas a existência de organização por corporação. [...]. O CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) foi o principal instrumento dessa organização sindical. (1999, p. 181-182).

Torna-se oportuno verificar um movimento de âmbito reformista que reuniu em torno de si vários grupos com um mesmo propósito, isto é, de dar apoio às reformas de base propostas pelo presidente João Goulart no correr de sua administração política.

O movimento que nos referimos leva o título de Frente de Mobilização Popular (FMP). Organização essa que teve início no ano de 1962, ensaiando seus primeiros atos em torno ao apoio do retorno ao sistema presidencialista.

Embora heterogêneo e nem sempre unidos, os grupos de esquerda e os representantes do nacionalismo formaram no início do governo Goulart [...] uma “coalizão radical pró-reformas”. Eles eram o PCB, as Ligas Camponesas, o bloco Parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo CGT, organizações de subalternos das Forças Armadas, como sargentos da Aeronáutica, e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha, os estudantes através da UNE [...]. (FERREIRA, 2003, p. 352).

Eram esses e mais outros grupos que ocupavam uma posição na esquerda política do Brasil.

Conforme Paulo Schilling (1979), Leonel Brizola foi apresentado como uma das figuras mais importantes dentro da frente de mobilização popular, ou seja, o grande organizador do movimento, no qual o intuito principal de seu discurso seria a formação de contingentes populares como os “Grupos de Onze Companheiros” com o propósito final de possibilitar apoio às reformas de base.

Segundo Jorge Ferreira

Brizola unificava as esquerdas e daí sua ousadia no desafio. Seu nome passou a significar o que de mais a esquerda havia no trabalhismo brasileiro, expressando e unificando ideias e crenças de grupos heterogêneos e muitas vezes divergentes. [...] sob sua liderança surgiu a Frente de Mobilização Popular [...]. Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. (2003, p. 355).

A FMP, além de Brizola como liderança teve outros políticos que ocupavam cargos eletivos no Brasil. É importante relatar que estiveram inseridos no movimento líderes sindicais, lideranças e pessoas que estavam vinculadas a movimentos sociais.

É certo que cada grupo tinha por finalidade um objetivo particular que se vinculava aos propósitos expressos nas reformas de base do presidente João Goulart. A União Nacional dos Estudantes⁸ (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) aproximavam-se da ideia de reforma universitária e educacional.

As Ligas Camponesas tinham por finalidade principal a realização da reforma agrária. Reforma essa que em especial era uma bandeira levantada por todos os movimentos e lideranças envolvidos com a FMP, conforme relatou Jorge Ferreira (2003).

O “Comando Geral dos Trabalhadores [...] que atuou diretamente, com outras organizações populares, para realização das reformas de base durante o governo de João Goulart” (ANTUNES & SANTANA, 2014, p. 139) trazia de forma geral apoio a uma melhor estruturação para toda a classe trabalhadora, movimento sindical esse que se articulava tanto com os trabalhadores urbanos, como com os trabalhadores rurais.

Segundo Antonio L. Negro e Fernando T. Silva:

O CGT, esse movimento que atraía maciça adesão dos trabalhadores em diversas cidades do Brasil, refletia sem dúvida uma crença do movimento sindical no governo Jango como canal de ampliação dos direitos e das reformas [...] o CGT foi, em grande medida, responsável pelo dinamismo do movimento sindical entre 1961 e abril de 1964 [...]. (2003, p. 73).

Já em relação aos subalternos das Forças Armadas, movimento que também apoiava as medidas de reformas de base, esses buscavam melhores condições para desenvolverem seus trabalhos, pois, muitas vezes estavam privados do “apoio de suas famílias, sem poder contrair matrimônio e submetidos à dura rotina de atividades” (ALMEIDA, 2014, p. 144). Além desses fatos, pretendiam buscar uma participação mais assídua na vida política brasileira. Nesse contexto, as associações de subalternos das Forças Armadas devem ser caracterizadas dentro de conjunturas em torno de lutas sociais existentes no governo do presidente João Goulart.

A FMP esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, [...], mesmo a custo de uma política de confronto com a direita e os conservadores, incluindo o PSD. [...]. Apresentando-se como uma espécie de Frente Única de Esquerda, a organização liderada por Brizola procurava convencer Goulart a implementar as reformas de base unicamente com o seu apoio político,

⁸ Sobre a atuação da União Nacional dos Estudantes nesse período, ver: MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **Uma História da Une (1945-1964)**. Campinas: Pontes Editores, 2014.

desconhecendo outras organizações do leque partidário brasileiro, inclusive as de centro. (FERREIRA, 2003, p. 355).

Enfim, esses grupos representavam a esquerda e apresentavam objetivos próprios, mas que por finalidade principal se uniram no apoio as mudanças estruturais que acreditavam ser necessárias para o país.

Quanto ao Partido Social Democrático (PSD) apresentado na citação anterior, esse partido representava a maior parcela existente no Congresso Nacional, seguido pelo PTB e, em terceiro lugar, a UDN, e depois os demais partidos considerados menores sem muita representatividade, conforme demonstrou Lucília A. N. Delgado (2003).

Na eleição de 1962 “praticamente ficou colocado ao poderoso PSD, que se tornou responsável por 30,3% da representação na casa legislativa federal” (DELGADO, 2003, p. 142), e vários de seus parlamentares apoiavam ao governo de Jango. Mesmo assim o pensamento dos integrantes da FMP estava exposto em um tom de rompimento com os políticos pertencentes a esse partido político.

A FMP não aceitava o apoio de agremiações políticas que não estivessem vinculadas as suas propostas de ação. Torna-se interessante relatar que políticos moderados pertencentes à esquerda e líderes políticos centristas que chegaram a ocupar pastas ministeriais durante o governo Goulart e apoiavam as reformas de base também não tinham a aceitação da FMP, conforme observou (FERREIRA & CASTRO, 2014).

O movimento em torno da FMP pressionava o governo Jango a romper com qualquer outra forma de agremiação ou movimento político que não estivesse vinculado com seu pensamento de pôr em prática as reformas de base, como expressou Argelina Figueiredo (1993).

O tom na conversa da FMP era de reformas sem conciliação ou ceder espaço a qualquer outra forma de representatividade política que fugisse a sua maneira de conduzir o debate, e sempre eram direcionadas acusações contra lideranças políticas que não estavam em consonância com a FMP. Acusações de estarem em conluio com o capital nacional ou estrangeiro, contrariando então o interesse das classes menos privilegiadas economicamente no país. Críticas como essas foram feitas aos idealizadores do plano trienal, Celso Furtado e San Tiago Dantas.

Jango tentava se articular como podia, não existia a finalidade de romper com os políticos de uma posição mais centrista, existia a necessidade como em qualquer governo constituído legalmente de ter apoio do poder legislativo para se poder governar. Entretanto,

Jango era colocado em uma posição de fogo cruzado pela FMP ao pressioná-lo a romper com essas lideranças.

Os membros da FMP acreditavam que apenas o seu apoio seria o necessário para construir uma base sólida às reformas de base, sem mais precisar do apoio de outros grupos. Muitas vezes esse debate emergiu para o clima de fazer acontecer as reformas estruturais do país a qualquer custo, ou seja, deveria acontecer as reformas mesmo que fugissem dos padrões previstos na constituição. Nos meses iniciais de 1964, a bandeira única de luta dos integrantes da FMP era de fazer acontecer a reestruturação do país por meio das reformas de base.

Ao sintetizar as ações da FMP, é possível perceber que esse grupo agiu com o propósito de pressionar o governo Goulart na implantação imediata das reformas de base, e o rompimento com qualquer outro grupo que expressasse uma posição contrária às reformas. Os discursos inflamados realizados por lideranças da FMP, a exemplo de Brizola, possibilitaram acirrar ainda mais os ânimos de grupos conservadores que existiam no Brasil durante o governo de João Goulart.

Contudo, conforme observou Jorge Ferreira:

Cabe uma ressalva. Muitas interpretações, com tendência a personalizar a História, culpam a atuação de Leonel Brizola por desgastar politicamente João Goulart e ter provocado o golpe militar. Seu radicalismo, sua intolerância, seu sectarismo e sua pregação revolucionária teriam minado a autoridade do presidente e aberto caminho para sua deposição. Ora, analisando os componentes da FMP, ali estavam presentes líderes sindicais, camponeses, estudantes, e subalternos das Forças Armadas, grupos marxistas-leninistas, políticos nacionalistas. [...]. Essa era a esquerda da época que reconheceu Brizola como Líder do Movimento. Ambos Falavam a mesma linguagem e tinham projetos comuns. Era essa a esquerda brasileira da época, que vivia uma experiência de radicalização crescente (2003, p. 356).

A radicalização vivenciada pela esquerda não estava apenas na figura política de Leonel Brizola. A radicalização estava intrínseca nas esquerdas de forma geral, em suas lideranças e entidades como um todo, o que contribuiu com a construção de um terreno para aqueles que conspiravam contra uma ordem legalmente constituída e queriam aplicar um golpe de Estado.

1.4 Grupos de direita (IPES/IBAD)

Torna-se oportuno observar também as posições de grupos contrários aos apoiadores das reformas de base. Nesse contexto será feita referência aos grupos que

assumiram uma posição que se aproximou de uma política de “direita”, ou seja, nesse caso, contrários à implantação das reformas estruturais propostas por Jango.

Além das questões expostas em relação às reformas, também uma posição mais contundente e radical voltada para a própria deposição do mandato do presidente João Goulart. Nessa direção, observaremos o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Ao tempo que as esquerdas assumiam uma posição mais radical, com um discurso de implantação imediata das reformas de base, é possível verificar que no lado oposto grupos conservadores se articulavam em posição contrária às reformas, o que contribuiu com a existência de um clima político dotado de grande tensão no Brasil.

Conforme observou Jorge Ferreira

[...] grupos políticos, empresariais e militares articulavam-se em instituições para conspirarem contra o governo de maneira mais organizada. A primeira delas foi o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, o IPES. Fundado no início de 1962, inicialmente, publicava livretos, patrocinava palestras, financiava viagens de estudantes aos Estados Unidos e ajudava a sustentar organizações estudantis, femininas e operárias conservadoras. (2003, p. 359).

O IPES foi formado inicialmente por grupos de empresários com o foco de discutir a situação política econômica que o Brasil estava submetido. Eram grupos defensores do capital e da manutenção de um Estado conservador.

Esses grupos observavam com atenção a crescente emergência radical que vinha das esquerdas. O discurso em propósito das reformas tornava possível a existência de um clima de temor dentro da esfera política por aqueles que compunham o IPES. Para tanto, tornara-se necessário articular-se contra essa emergência que propunha uma modificação na estrutura existente do país no correr do mandato do presidente Jango.

Na análise de Lucilia A. N. Delgado

[...] Ação Democrática Parlamentar [...] conseguiu bloquear o projeto de reforma agrária enviado por João Goulart em 1963. [...]. Seus parlamentares eleitos em 1962, contavam com apoio financeiro do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), que fazia propaganda contra o governo Goulart e aos projetos sociais por ele encampados. [...]. (2003 p. 150).

Se existia a articulação de várias camadas subalternas da sociedade favoráveis às reformas estruturais, foi oportuno aos integrantes do IPES articularem mecanismos contrários a elas.

Dessa maneira, moldou-se à organização ideológica de agremiações que se colocassem em uma posição contrária aos pensamentos reformistas. A direita política foi buscar entre os estudantes, organizações femininas, dentre outras organizações o apoio no projeto de combater João Goulart e seus planos de reestruturação do Estado.

O campo conservador passou a ser o terreno propício para propagar ideias por meio de reproduções pedagógicas como livros, filmes da realidade econômica que o Brasil vivenciava, e apontar um mal comum para aquela situação vivenciada no país. O alvo principal, isto é, esse mal comum, passou a ser o governo de João Goulart e todos os grupos que por meio de um discurso radical, como a FMP, apoiava as reformas estruturais.

No correr do ano de 1963, o IPES radicalizou também seus discursos e ações, os grupos mais conservadores em hipótese alguma queriam permitir que os planos propostos por Jango caminhassem em um sentido de reestruturação da nação. Tudo isso temendo que o presidente viesse a se aproximar de uma visão pautada em governar o país com moldes inseridos em um olhar político à esquerda, contrário ao capital privado, segundo Barros (1992).

Com o passar do tempo, a radicalização dos grupos em torno do IPES cada vez mais se pautou na deposição do presidente João Goulart.

De acordo com Jorge Ferreira

[...] passaram a se aproximarem de setores militares, inclusive recrutando muitos oficiais reformados das Forças Armadas para criar um serviço de inteligência. O IPES passou a estocar armas [...]. Entre a sua fundação até março de 1964, gastou cerca de 200 a 300 mil dólares por ano para propagandear mensagens contra o governo na sociedade e entre os militares. Com verbas de grandes empresas estrangeiras, européias e norte-americanas, a organização estendeu influência nos jornais e agências de publicidade [...]. (2003, p. 360).

Os articuladores do IPES acreditavam na ideia que era necessário criar uma bandeira única para articular de forma eficaz a luta contra o governo de Jango e contra os grupos que apoiavam as reformas de base. Passou a ser necessário que a maior parte da sociedade comprasse a ideia que o governo de Goulart tornara-se um perigo para a sociedade brasileira e deveria ser combatido com veemência.

Aproveitando-se do clima de Guerra Fria existente no mundo, a bandeira do anticomunismo foi erguida, quando foi utilizado o propósito que aqueles que eram favoráveis às reformas de base, nada mais eram pessoas dotadas de ideologia voltada ao comunismo.

René Armand Dreifuss (1981) observou que o empresariado nacional envolto na luta contra o governo de Jango e suas propostas que poderiam contrariar seus interesses de

classe organizaram e subsidiaram por meio do IPES grandiosas campanhas de propaganda anticomunista.

Tudo isso por meio de conferências, cursos, artigos enviados a jornais e revistas, onde alertava o país para os males do comunismo, como se estivesse a ponto de ser implantada uma “República Sindicalista” no país, conforme gostavam de se referir os opositores de João Goulart.

Sempre batendo na tecla do anticomunismo, assustando sobretudo os quartéis com a suposta infiltração esquerdista no governo, o IPES, por meio do general Golbery do Couto e Silva, aproximou-se da Escola Superior de Guerra. (FERREIRA, 2003, p. 360).

Ao se aproximar da Escola Superior de Guerra (ESG), mesmo os militares legalistas, fieis não ao governo de Jango, mas sim ao regime democrático, passaram a temer a aproximação do comunismo nas terras brasileiras, pois uma das funções do IPES foi a de desenhar uma imagem de problemas e indecisão nos rumos do país. O IPES apresentava que o responsável por essa situação era o presidente Jango com sua política de esquerda, apoiado por movimentos sociais como os vinculados à FMP. O alto índice de propagandas veiculadas em território nacional e o clima tenso entre apoiadores e não apoiadores das reformas de base ocasionavam desgaste no governo de João Goulart que se aprofundava em uma crise política.

Nessa mesma conjuntura, torna-se necessário observar dentro do jogo político, e direcionar olhares também para outra organização. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) teve suas ações em conluio com o IPES, no entanto, são duas organizações diferentes, porém, com os mesmos objetivos.

O IBAD teve sua fundação no ano de 1959, tendo como principal objetivo alimentar um combate dentro do território nacional contra o comunismo.

[...] o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD. Igualmente sob a orientação da CIA, subvencionou diretamente candidaturas conservadoras nas eleições de 1962, todas comprometidas em defender o capital estrangeiro, condenar a reforma agrária e recusar a política externa independente. (FERREIRA, 2001, p. 360).

A finalidade do projeto de trabalho se pautou em seguir à risca uma oposição acirrada as políticas pretendidas por Jango. O IBAD teve por foco a defesa do capital estrangeiro que atuava dentro do território brasileiro, sobretudo articulando-se contra a política econômica independente pretendida por Jango. Dentro desses fatores também se apresentava a campanha contra as reformas de base.

No ano de 1962, o instituto ampliou suas atuações contribuindo diretamente para as candidaturas políticas que estivessem inseridas em um propósito claro de fazer oposição ao governo do presidente João Goulart. Era necessário o fortalecimento de parlamentares oposicionistas para combater o governo Jango.

Segundo Moniz Bandeira (2010), o IBAD além de atuar entre os políticos brasileiros, forneceu doações em dinheiro a organizações que se apresentavam contrárias ao governo como Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e a Frente da Juventude Democrática.

O IBAD se aproximou também de setores de trabalhadores e tentava se articular a movimentos sindicais, movimentos que fossem contrários principalmente ao CGT ou que tivessem algum propósito em especial contra outras organizações com proximidade aos preceitos comunistas.

É claro que um importante setor como dos movimentos estudantis não ficou de fora das investidas do IBAD, e foram realizadas contribuições em dinheiro a candidatos dentro dos movimentos acadêmicos que se posicionassem de maneira assídua contrária ao comunismo.

Ainda, segundo apresenta Moniz Bandeira (2010), a contribuição financeira de firmas norte-americanas ao IBAD foi confirmada por Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no Brasil. O embaixador disse ser afirmativo acontecer doações de empresas estrangeiras na campanha eleitoral de 1962, nesse fato Lincoln Gordon apresentou ter ocorrido uma estimativa de cerca de 5 milhões de dólares a campanha de políticos brasileiros.

Segundo Barros (1992), o IBAD era fruto do esforço do bloco empresarial conservador contrário às reformas, e desenvolveu diversas atividades com o propósito de desestabilizar o governo de Goulart, macular movimentos sociais de cunho progressista e difundir ideias anticomunistas. Para isso, se utilizou de instrumentos de comunicação de massa.

Com os veículos de comunicação em massa tornou-se viável atingir o governo, promovendo a degradação política de seu nome e de seus objetivos dentro da política nacional reformista.

No contexto de ataque ao governo de Goulart

Uma ampla campanha baseada na histeria anticomunista convenceu parcelas significativas da população formada por empresários, políticos, jornalistas, religiosos, sindicalistas, profissionais liberais, militares e trabalhadores de que Goulart, de fato, teria intenções de comunizar o país. (FERREIRA, 2003, p. 360).

Seria esse em especial o foco que essa instituição fundou suas bases dentro do jogo político que ocorreu ao final do governo do presidente João Goulart. Se as “esquerdas” aderiam a discursos radicais em torno das reformas, a ação da “direita” não se interessava em reformas estruturais, buscava recursos sem medir esforços contra as propostas de reformas apresentadas por Jango. A “direita” política contextualizava “a certeza de remover o governo Goulart para interromper o processo de esquerdização (ou comunização como se dizia)” (MOTTA, 2014, p. 49).

Aconteceu por parte dos conservadores um “conjunto de interesses ameaçado que se expressou em linguagem política com base na lógica binária de “nós contra eles” ou “democratas contra comunistas”, segundo as representações dos apoiadores do golpe”. (MOTTA, 2014, p. 49). Para a direita política, o governo Jango tornou-se um “perigo” e suas propostas de reformas para o país deveriam ser derrotadas a qualquer custo.

1.5 Comício, marcha e golpe civil-militar

No primeiro bimestre do ano de 1964, a situação econômica do Brasil parecia estar entrando em colapso sem solução à vista. Jango procurava elaborar acordos com o FMI, que propunha uma política mais conservadora à custa de redução de salários. Goulart também procurava buscar subsídios com países europeus. Entretanto, suas tentativas de planos para buscar solução ao problema financeiro brasileiro não ganhavam ares de encontrar um rumo certo a seguir, conforme apresentou Jorge Ferreira (2007).

Quanto à dívida externa do Brasil, era o governo estadunidense que tinha o poder para possíveis acertos, como o refinanciamento da dívida e, também, algum auxílio financeiro. Porém, parecia que o governo dos Estados Unidos não tinha nenhum propósito em auxiliar o governo de Jango, tendo em vista suas atitudes anteriores de apoiar a um discurso mais radical pautado no nacional reformismo, política externa independente e outros episódios que envolviam subsidiárias norte-americanas instaladas no país. Empresas que tinham passado pelo processo de desapropriação, isso com a aprovação do presidente João Goulart.

A de somar ainda esses fatos ao posicionamento contrário do presidente João Goulart em apoiar os Estados Unidos em efetivar uma intervenção militar a república cubana após o episódio da instalação de mísseis soviéticos em 1962, segundo as análises de (FERREIRA & CASTRO, 2014).

O clima na relação internacional com os Estados Unidos estava desfavorável para o governo de João Goulart. “Em fins de fevereiro de 1964, percebendo que de maneira sistemática coordenada, os norte-americanos iriam continuar a apertar o torniquete financeiro sobre o país, cujo resultado seria o agravamento da crise econômica” (FERREIRA, 2003, p. 381).

A crise se alastrava também em sentido político. Dentro do país parecia estar em jogo a disputa daqueles que estavam dispostos a apoiar as reformas de base e os grupos contrários que temiam as reformas e encontravam-se próximos às medidas de cunho conservador.

Tudo isso provocou um clima de debates e disputas contundentes, sem a previsão de acordos. De fato, a posição de João Goulart era delicada, pois todo político legalista tenta se equilibrar no poder buscando conciliação entre lados que divergem.

Para Jorge Ferreira, Jango tinha as seguintes opções:

[...] o presidente encontrava-se diante de alternativas muito restritas. Uma opção seria de nada fazer até o final de seu governo, deixando o país afundar no total descontrole monetário e financeiro, desmoralizando o projeto reformista e a si mesmo; uma outra aplicaria em aliar-se ao PSD e a UDN, aceitar as condições do FMI e implementar uma política conservadora à custa da repressão ao movimento operário e do rebaixamento dos salários dos trabalhadores; uma terceira incluiria apoiar incondicionalmente a Frente Progressista de San Tiago Dantas, subordinando-se aos limites impostos às reformas pelo PSD e afastando-se, definitivamente, dos grupos mais a esquerda de seu próprio partido; e por fim, aliar-se às esquerdas, acreditar nas forças que elas diziam dispor e, embora contrariando seu estilo, partir para a radicalização e o embate. Essa última foi sua opção. (2003, p. 381).

As opções de Jango não eram suaves para nenhum político que teria o intuito de estar à frente da administração por meio de bases legais e procurar governar seguindo os preceitos constitucionais. Jango não pretendia deixar seu ideal de lado, que era a implantação das reformas de base e cair em total desprestígio. O lado que o presidente João Goulart passasse a se aproximar com o propósito de se fortalecer politicamente, provocaria a reação imediata do outro com discursos contrários a sua adesão.

Jango aderiu à opção mais radical, se uniu ao grupo que estava em torno da FMP, do Comando Geral dos Trabalhadores, da União Nacional dos Estudantes, da Frente Nacional Parlamentar, dos subalternos das Forças Armadas, dos “Grupos de Onze”, dentre outros, que embasavam um discurso radical, em uma unidade de apoio às reformas estruturais.

Assumiu uma posição política não conciliadora, aumentando o tom de voz em torno do discurso das reformas de base imediata para o país. Isso na tentativa de conquistar

apoio popular e agir de forma mais contundente nas decisões de reestruturação social do Brasil.

Com o apoio dos grupos que aderiram ao projeto das reformas, começou a ser articulada uma série de comícios⁹, tendo como discurso principal a implantação imediata das reformas de base, a Lei de remessas de lucros, dentre outras medidas de cunho nacional reformista e de política externa independente.

I) Comício

A ideia dos comícios se pautava em ganhar a maior quantidade possível de apoio vindas das massas subalternas da população brasileira. Acreditava-se que com o apoio da massa populacional brasileira o congresso ficaria vulnerável e iria colaborar com a alteração dos artigos necessários na Constituição de 1946, o que tornaria possível a implantação das reformas.

No início de março de 1964, o clima político tornar-se-ia bastante difícil para o governo. A radicalização política assumiu proporções preocupantes para a manutenção da ordem democrática, particularmente com o anúncio da realização de um comício no dia 13 de daquele mês na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Com o evento, a aliança do governo com o movimento sindical urbano, com os trabalhadores rurais, e as esquerdas, notadamente o PCB e a ala radical do PTB, foi selada. (FERREIRA, 2003, p. 382).

O comício do dia 13 de março de 1964 ficou conhecido notoriamente como o “comício das reformas”. As informações apresentadas em diversos trabalhos acadêmicos são imprecisas quanto ao número de pessoas que compareceram ao comício. Os números oscilam entre uma estimativa de 200 a 300 mil pessoas.

Nesse comício houve a participação de várias lideranças que representavam as esquerdas. Líderes sindicais, representantes da UNE, políticos da FNP, dentre os políticos estavam o governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes, e também o principal líder da FMP, Leonel Brizola, que discursou novamente com entonação inflamada em torno da implantação das reformas sem uma política conciliatória, propondo de imediato as reformas e convocando o país para uma constituinte mediante aos projetos reformistas.

Segundo Carlos Fico (2014), o presidente João Goulart foi o último a discursar. Jango enfatizou a importância de alterar a constituição em prol da implantação das reformas.

⁹ Foi a partir do famoso comício das reformas no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, que Jango tentou uma articulação mais aderente à esquerda em torno do apoio as reformas de base.

No comício, o presidente João Goulart assinou decretos de desapropriação de áreas voltadas para a reforma agrária e encampação de refinarias de petróleo. O presidente anunciou que em breve promulgaria outros decretos com o teor de controlar os aluguéis. Dentro ainda de seu discurso anunciou que em breve enviaria ao congresso mensagens requerendo a alteração nos artigos da carta de 1946, com a finalidade de autorizar o pagamento com títulos da dívida pública para a desapropriação de terras com o propósito de realizar a reforma agrária.

Deve-se notar que também fez parte do discurso de Jango a extensão do voto no Brasil aos analfabetos e aos praças.

No dia 15 do mês de março, isto é, dois dias após o comício das reformas, Jango enviou ao congresso uma série de mensagens enfatizando o que tinha anunciado durante o comício. Com o comício ficou evidente que Jango se definiu por aderir e contar com o apoio das esquerdas e, dessa forma, iria a busca de apoio popular.

Com as mensagens enviadas ao congresso, Jango apresentou fazer a opção pela a implantação imediata do seu projeto por meio das reformas de base. Assumiu de vez essa postura mais radical, tendo em vista que sempre fez opção por uma política conciliatória.

De acordo com Carlos Fico (2014), vários outros comícios foram marcados com o mesmo propósito por todo o Brasil nos meses posteriores a março. O último seria na capital paulista marcado para o dia primeiro de maio.

Jango e o grupo que o apoiava, ou, apoiava as propostas de reformas de base pareciam acreditar que os comícios iriam angariar um número de seguidores necessários para se fortalecerem politicamente, contra os grupos de cunho conservador que lhes faziam divergências.

II) Marchas da família com Deus pela liberdade

Após a realização do comício das reformas na central do Brasil e as mensagens de Jango enviadas ao congresso requerendo mudanças na estrutura do país, os setores conservadores articularam suas reações contrárias a essas mudanças. As reações seguiram de forma imediata por meio dos parlamentares conservadores e de instituições contrárias as reformas.

O jogo político partiu para um estágio mais acirrado a partir da segunda quinzena do mês de março de 1964, com conturbações nos setores mais diversos da sociedade civil. De imediato, a organização proposta pelos setores conservadores da sociedade brasileira fez

eclodir as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Nesse movimento, houve uma grande adesão contra o governo de João Goulart, promovida também pela massa feminina.

A CAMDE, dentre outras entidades de cunho feminino que compunham organizações religiosas se articularam com outros grupos conservadores com a finalidade de organizar a “Marcha”, em protesto pelas ruas das principais cidades brasileiras. Algo que no correr do período atingiu também cidades interioranas¹⁰.

Os objetivos das marchas eram claros, promover um clamor por parte da população contra o governo. Nesse contexto, abre-se espaço para a opinião pública, buscando garantir oposição ao governo de Jango. Tendo em vista a ligação da organização das “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” com entidades religiosas, foi articulando-se como ponto principal de manifestações à luta contra um perigo de implantação do regime comunista no Brasil.

Não que o governo de João Goulart, tivesse a intenção de “comunizar” o Brasil. Porém, essa foi uma estratégia muito bem articulada, com o intuito de reunir grandes números de adeptos por uma causa única, ou seja, uma causa de levantar as bandeiras anticomunistas no país.

Não havia melhor lugar para esse tipo de manifestação ganhar corpo, se não dentro de entidades que se relacionassem com movimentos religiosos. A bandeira do comunismo em um país religioso como o caso do Brasil proporcionou que o embate político passasse para uma disputa também dentro do cenário religioso.

As manobras em torno das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” ajudaram a dar um ar de popularidade ao movimento que se direcionava contrário ao presidente João Goulart e aos grupos que o apoiavam em torno das reformas de base. Tornaram-se necessário que os setores conservadores abrissem espaço em meio à massa da população para dar respaldo ao posicionamento oposto às políticas do governo. Nessa estratégia, a possibilidade de um golpe que se armava poderia ser consolidado pelo apoio popular.

Segundo Jorge Ferreira (2003), o número das pessoas que participaram da primeira marcha na cidade de São Paulo superou as 500 mil pessoas. Os números são bem dispare, entretanto, é perceptível notar que as reações ao “comício das reformas” vieram em um tom pautado em descontentamento ao pensamento do governo Jango.

¹⁰ Sobre as várias “Marchas da Família com Deus Pela Liberdade” ocorridas no Brasil a partir da segunda quinzena de março de 1964, ver: FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

No dia 19 de março, a marcha na “cidade de São Paulo, um ato que mereceu o desprezo das esquerdas, mas que foi, no entanto, profundamente significativo, demonstrando à divisão e a radicalização política do país.” (FERREIRA, 2003, p. 386). As manifestações das marchas apresentam de maneira clara as investidas dos grupos conservadores contra João Goulart.

É evidente a radicalização nos ânimos que figuram a situação política brasileira, em março de 1964. Os grandes eventos (comício e marcha) promovidos por lados divergentes na política brasileira deixam expresso esse fato. É preciso levar em consideração esses episódios de manifestações no cenário brasileiro.

Existia de um lado o discurso inflamado das esquerdas, agrupando a população em torno do comício das reformas com uma aproximação de 300 mil pessoas no dia 13 de março e, por outro, à direita, que em sua estratégia agrupou ao que tudo indica um número maior de pessoas no dia 19 de março na cidade de São Paulo, em torno das manifestações que se pautavam contrariamente aos rumos pretendidos por Goulart e as esquerdas.

Segundo Lucília A. N. Delgado (2003), os partidos mais conservadores como a UDN agitavam também suas bandeiras por meio de seus parlamentares. Os proprietários do capital nacional e estrangeiro, além daqueles com pensamentos golpistas que pertenciam as Forças Armadas, se uniam com o propósito de desestabilizar e derrubar o governo.

Sem contar os governadores estaduais opositores de Jango, como era o caso de Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara, Ademar de Barros a frente do governo do Estado de São Paulo, e também a figura de Magalhães Pinto, governador do Estado de Minas Gerais. Além disso, é oportuno mencionar que no Estado do Paraná o governador Ney Braga também fazia oposição ao governo de João Goulart.

Todos esses grupos citados se reuniram em apoio às manifestações que repudiavam o governo de Jango. Manifestações que eram divulgadas com o apoio de meios de comunicação em massa opositores ao governo.

A questão é que as marchas e as manifestações seguiram pelo mês de março de 1964 por todo o Brasil, reunindo milhares de pessoas que compraram a ideia de que o perigo comunista estaria expresso nas propostas de reformas de base e na figura do governo Jango e nos grupos que o apoiava. Esse fato contribuiu com a desestabilização do governo Goulart.

Mesmo após o desfecho do dia 1º de abril de 1964, que culminou com a deposição do governo João Goulart, as marchas continuaram a acontecer em várias cidades do país. Das capitais as cidades interioranas. Na cidade do Rio de Janeiro, no dia 02 de abril

houve a “marcha da vitória”, que contou com a participação de cerca de 1 milhão de pessoas, segundo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2008).

III) Golpe civil-militar

À medida que caminhava o mês de março de 1964, os ânimos se acirravam em meio aos discursos das esquerdas e os grupos mais conservadores. Parecia iminente se armar uma intervenção no governo de Jango, pois em meio às agitações, o grupo golpista dentro das Forças Armadas se articulava.

Grupos que compunham as Forças Armadas, somados as parcelas conservadoras da sociedade civil, grupos políticos e importantes setores de instituições como a Igreja Católica, o empresariado e a grande imprensa, praticavam duras críticas contra o presidente João Goulart, conforme análise de Carlos Fico (2014).

Segundo João Roberto Martins Filho (2003), mediante as manifestações que aconteciam no país, o general Castelo Branco, no dia 20 de março de 1964, enviou uma circular reservada aos oficiais do alto comando militar brasileiro, a mensagem tinha por foco alertar os oficiais que os anúncios em torno de uma constituinte para a implantação das reformas de base e a agitação advinda do CGT tornaram-se um perigo a nação.

Segue trecho da circular apresentada por Castelo Branco

É preciso perseverar, sempre “dentro dos limites da lei”. Estar prontos para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constituídos e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública, a ser promovida pelo CGT¹¹.

O general Castelo Branco, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, enfatizava que a agitação não era conivente com o ideário adotado pelo alto comando das Forças Armadas brasileira. Ao observar o prestígio que Castelo Branco tinha nas Forças Armadas, essa sua iniciativa representou forte repercussão aos ensaístas do golpe de Estado que estaria se armando contra Jango.

Porém, partes importantes dos oficiais brasileiros eram legalistas e parecia não cogitar a intervenção militar sobre o governo de Goulart. Poderiam até mesmo não concordar com suas medidas, contudo, se apresentavam no propósito de não ferir a constitucionalidade existente no governo.

¹¹ Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 15/10/2014.

O clima ficou ainda mais tenso quando membros subalternos das Forças Armadas praticaram atos de protestos. No dia 25 de março, fuzileiros navais e marinheiros, contrariando proibições do Ministério da Marinha, se reuniram na cidade do Rio de Janeiro para realizar uma reunião no sindicato dos metalúrgicos com a finalidade de defender e requerer direitos para a categoria¹².

Conforme analisou Anderson da Silva Almeida (2014), de imediato o ministro da Marinha ordenou que os participantes da reunião fossem presos e sofressem punições severas. Contudo, as ordens dadas pelo presidente João Goulart eram para que os participantes fossem anistiados e não sofressem punições por parte do alto comando das forças armadas.

Logo na sequência a esse episódio, a UNE, o CGT, dentre outras instituições que representavam a esquerda política se solidarizaram com a causa dos subalternos das Forças Armadas, acirrando ainda mais a crise política.

A atuação do presidente Jango anistiando os subalternos das forças armadas atingiu de imediato não apenas os menos familiarizados com o seu governo, mas boa parte do comando militar que repudiou o ato como indisciplina.

Parecia que o presidente João Goulart não percebia a crise política que seu governo estava inserido.

Observou Jorge Ferreira que

[...] ainda no rescaldo da maior crise militar de seu governo, o presidente teria que decidir se iria na festa de posse da nova diretoria da associação dos sargentos no Automóvel Clube, no dia 30 de março, evento marcado com bastante antecedência. Na programação, constava o discurso de Goulart. Comparecer a uma festa de subalternos das Forças Armadas ainda sob cinzas de um motim de marinheiros, com a oficialidade da Marinha em rebelião passiva, era, no mínimo, imprudente. (2003, p. 390).

Jango optou por ir ao evento. Discursou em favor das reformas mais uma vez e em favor dos subalternos das Forças Armadas, dizendo que deveria existir “disciplina no respeito mutuo entre comandantes e comandados” (FERREIRA, 2003, p. 391). O fato de Jango participar desse evento tornou-se o ponto final na ação que culminou em sua deposição.

Para tanto, a parte conservadora da sociedade temia os atos do presidente, o acusando de tentativa comunista. E o alto comando das Forças Armadas, mesmo a maioria não envolvida com a política, começou a se preocupar com os atos do presidente, considerando esse ser conivente com a indisciplina.

¹² Sobre o episódio da rebelião dos marinheiros no Rio de Janeiro, ver: ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo leme a bombordo**: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil da rebelião de 1964 à anistia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

Dessa forma, abriu-se espaço para o levante golpista.

[...] A conspiração foi levada a efeito através de instituições de fachada, em especial o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). A Escola Superior de Guerra coordenava as iniciativas de conspiradores civis e militares. (ALVES, 1984, p. 24).

Dentre esse contexto, é importante citar um recente depoimento apresentado a Comissão Nacional da Verdade (CNV), verificou-se que o coronel do exército reformado, Erimá Pinheiro Moreira, denunciou que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) teria subornado o então comandante do 2º Exército – São Paulo, general Amaury Krueel, para que ele traísse o ex-presidente João Goulart e apoiasse o golpe civil-militar.

Em seu depoimento à Comissão Municipal da Verdade de São Paulo, o coronel reformado disse estar presente quando o general Amaury Krueel, ex-ministro da Guerra de Jango, recebeu U\$ 1,2 milhão do então presidente da Fiesp, Raphael de Souza Noschese, no dia 31 de março de 1964, com a finalidade de aderir aos golpistas¹³.

Ponto importante a refletir é que após o comício do dia 13 de março na central do Brasil e maior aproximação de Jango as classes populares, o golpe de Estado tornou-se inevitável. A partir de então, os golpistas buscariam somar forças a fim de derrubar Goulart do poder.

Mediante a movimentação das tropas golpistas no dia 31 de março, o Comando Militar de Jango aguardou suas ordens para resistir, mas a ordem não foi dada pelo presidente. Jango que se encontrava na cidade do Rio de Janeiro viajou para Brasília tentando articular sua permanência no poder, contudo, não encontrava mais nenhuma base política sólida. Ao final viajou para o Rio Grande do Sul a fim de organizar resistência, mas optou por não resistir, sobretudo se houvesse a resistência por parte do governo de João Goulart, poderia ocorrer o apoio dos Estados Unidos ao golpe naquilo que ficou conhecida como “Operação Brother Sam”¹⁴.

O presidente João Goulart já havia recebido a informação que o governo estadunidense havia se posicionado ao lado dos golpistas e reconheceria um novo governo brasileiro, segundo estudos de Carlos Fico (2008).

É preciso verificar que “[...] a tentativa de desestabilizar o governo de Goulart, e o apoio a sua derrubada por meio da “Operação Brother Sam” corresponde com o período de

¹³ Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/> acesso em: 01/10/2014

¹⁴ Sobre a “Operação Brother Sam” e o apoio dos Estados Unidos ao Golpe, ver: FICO, Carlos. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo**: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

maior preocupação norte-americana com a inserção do Brasil no contexto da Guerra Fria” (FICO, 2014, p.30).

Conforme Arquidiocese de São Paulo

Abril de 1964 resultou no arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento através das Reformas de Base. A partir daí, foi implantado um modelo econômico, que alterado periodicamente em questões de importância secundária, revelou uma essência que pode ser resumida em duas frases: concentração de renda e desnacionalização da economia. (2008, p. 60).

Houve a intenção “segundo o periódico Retrato do Brasil, o golpe veio para reprimir as organizações de esquerda, as entidades de classe, o CGT, a UNE, as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacional e o movimento dos sargentos e marinheiros”. (HELLER, 1988, p. 25).

Medida que se afina o pensamento destes grupos, direita e esquerda, conservador ou progressista, em fim, vem se acirrar os desfechos final do governo Jango, culminando nas duas décadas seguintes de um período onde em nome da democracia, ela mesmo, deixou de vigorar, não existiu. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2008, p. 57).

Dentro desse conjunto de ações se deu o desfecho do presidente João Goulart à frente da nação e de sua política nacional reformista que se pautava na reestruturação econômica e social do país. Não resistiu às forças conservadoras que se faziam presentes no Brasil. O essencial a analisar é que o golpe foi feito contra o programa das reformas de base, sobre o pretexto de combater a ascensão do comunismo.

2. O SISTEMA DE REPRESSÃO A PARTIR DO GOLPE DE 64

“Mais canhões, menos manteiga”. E, na verdade, não há como fugir a necessidade de sacrificar o Bem-Estar em proveito da Segurança, desde que essa se veja realmente ameaçada”.¹⁵

(Trecho retirado do trabalho realizado pelo General Golbery do Couto e Silva. Membro da Escola Superior de Guerra e primeiro diretor do Serviço Nacional de Informações).

Com a efetivação do golpe proferido ao presidente João Goulart, os mecanismos de oposição que derrubaram seu governo iniciaram um processo de repressão e perseguição aos indivíduos que de algum modo se solidarizavam as ideias que Jango propunha para a reestruturação do país.

Logo após o golpe civil-militar, um novo processo se iniciou dentro do Estado brasileiro, um processo que se vinculou a retirar de circulação qualquer pessoa que no período anterior ao golpe manifestou apoio favorável a um novo formato de modelo social para o Brasil. Formato de Estado que se amparava nas reformas de base propostas pelo governo de João Goulart.

Um grande aparelho de repressão foi organizado pelo Estado com a finalidade única de “varrer” qualquer pessoa que antes do golpe compartilhou de ideias reformistas para o país.

Nesse momento, temos por foco analisar as formas com que o novo governo investiu contra seus opositores a partir do início do Estado de Exceção implantado em abril de 1964. Torna-se possível verificar alguns dos mecanismos que se relacionaram ao processo repressivo iniciado com o golpe, processo marcado por violência física e psicológica.

2.1 A Escola Superior de Guerra

Em um primeiro momento, temos como objetivo verificar a Escola Superior de Guerra (ESG). Grupo esse que teve destacada participação na deposição do presidente João Goulart.

¹⁵ COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura Política – Nacional**: O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 13.

Segundo Maria Helena Moreira Alves

A Escola Superior de Guerra foi fundada em 1949, com a assistência de consultores franceses e norte-americanos, para treinar pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional. Seu papel foi ampliado no mesmo ano, passando a incluir o desenvolvimento de um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico. (1984, p. 24).

Conforme análise de Martha Huggins (1998), a Escola Superior de Guerra teve seus moldes formados a partir do modelo de criação naquilo que equivale ao “National War College”, escola de guerra existente nos Estados Unidos. A aproximação de oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com oficiais estadunidenses na Segunda Guerra Mundial, quando combateram juntos o “Eixo”¹⁶ na Itália, fez com que ocorresse uma aproximação ideológica das forças armadas brasileira em relação ao modelo de defesa e segurança nacional adotado pelos Estados Unidos.

Segundo a arquidiocese de São Paulo:

Terminada a guerra, toda aquela geração de oficiais, em fluxo maciço, passou a frequentar cursos militares norte-americanos. [...] profundamente influenciados por uma nova concepção a respeito de como entender a Defesa Nacional. Nas escolas norte-americanas tinham aprendido que não se tratava mais de fortalecer o Poder Nacional contra eventuais ataques externos, mas contra um inimigo interno, que procura solapar as instituições. [...] é fundada aqui a Escola Superior de Guerra. [...] nos anos de 1954 a 1964, a ESG desenvolveu uma teoria de direita para intervenção no processo político nacional. A partir de 1964 a ESG funciona também como formadora de quadros para ocupar funções nos sucessivos governos. (2008, p. 69-70).

Essa estreita relação da ESG com os oficiais militares estadunidenses fez com que parte significativa dos integrantes das forças armadas brasileiras se posicionasse contrariamente a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e ao modelo de Estado que se pautava no comunismo.

A aproximação das duas escolas, brasileira e estadunidense criou a possibilidade de colocar em vigor um inimigo comum, isto é, a doutrina marxista.

Em 1948, seguindo as diretrizes do “National War College”, foi formulado o anteprojeto que veio regulamentar a ESG. Esse fato foi desenvolvido com a participação de militares estadunidenses e militares brasileiros, esses últimos liderados pelo general Oswaldo Cordeiro de Farias. A ideia central do projeto direcionava para o policiamento por meio da contenção, colocando sobre a responsabilidade do país a luta contra a expansão do

¹⁶ Referencia ao lado formado na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) por: Itália, Alemanha e Japão (eixo: Roma - Berlim - Tóquio).

comunismo. Houve assistência e apoio vindo dos Estados Unidos na formação da ESG no Brasil (HUGGINS, 1998).

É válido lembrar que o posicionamento das forças armadas brasileiras contrário ao modelo de regime comunista já se fazia presente desde o levante de 1935 realizado no Brasil¹⁷. Essa antipatia de parte considerável de membros das Forças Armadas pela doutrina marxista não era nova.

Segundo João Roberto Martins Filho

[...] a divisão do Mundo sob a guerra fria serviu para agravar as tendências anticomunistas já existentes nas Forças Armadas, particularmente depois da rebelião de 1935. [...]. O mais correto, seria dizer que o grupo que fundou a ESG partia da percepção da necessidade de estreitar os laços entre elites militares e civis na luta contra o comunismo. (2003, p. 107)

Um dos papéis desempenhado pela ESG no período conspiratório que antecedeu a 1964 se vincula ao fato que personagens importantes que fizeram parte dos governos militares, estiveram em estreita ligação com essa instituição. Duas figuras merecem destaque quanto à participação na articulação do golpe de 1964.

Primeiro o general Golberi do Couto e Silva, um dos grandes idealizadores dos manuais de instrução que a Escola Superior de Guerra utilizava na formação de seus alunos. E também o general Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro general presidente a assumir o mando do executivo na esfera política do período ditatorial militar brasileiro, o qual após a sua posse como presidente passou a exercer o título de marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

De acordo com Arquidiocese de São Paulo

Consumada a deposição do presidente Goulart, a 02 de abril de 1964, houve um primeiro momento de indecisão: a qual ala as Forças Armadas não inteiramente homogêneas, assumiria o comando mais direto do aparelho do Estado? Acabou prevalecendo o grupo liderado pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. (2008, p. 69).

Tornando-se perceptível que no início do período militar brasileiro o grupo que tomou a frente da organização do Estado foi o grupo que se vinculava a Escola Superior de Guerra.

¹⁷ Sobre o Levante de 1935 ver: VIANNA, Marly. O PCB, a ANL e as insurreições de Novembro de 1935. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. N. **Brasil Republicano - O tempo do nacional estatismo**: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 65-103. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

Ao observar o papel da ESG na política brasileira, é possível verificar sua marcada posição na derrubada do presidente João Goulart do poder e sua posição na esfera administrativa logo após o golpe civil-militar.

Foi, principalmente, a partir de pessoal formado na ESG que se moldou o gabinete do primeiro presidente que assumiu o país dentro do regime militar.

A ESG não contava apenas com oficiais militares, mas também com civis das classes mais altas em seu quadro permanente e entre professores convidados, conferencistas e alunos. A participação civil tendia a aumentar com o passar dos anos. Entre 1950 e 1967, 646 dos 1276 graduados da ESG eram civis. Após o golpe graduados da Escola vieram a ocupar muitos dos cargos importantes nas instituições políticas e econômicas brasileiras. Entre os que concluíram cursos na ESG estavam 599 alto oficiais militares, 244 industriais, 200 ministros de Estado e burocratas de primeiro escalão, 97 diretores de órgãos governamentais, 39 parlamentares, 23 juizes federais e estaduais e 107 tecnocratas. (ALVES, 1984, p. 24).

É oportuno perceber que às investidas da ESG no processo de formação de seus alunos não apresentou olhares de aprimorar apenas as estratégias militares, mas também um interesse voltado a fatores sociais e econômicos que se vincularam a uma posição política adotada pelo Estado brasileiro no pós-golpe de 1964. Para tanto, graduou em diversos setores pessoas que estivessem em afinidade com o seu propósito de ação política.

A ESG em seu plano de ação se tornou uma espécie de agência interessada em questões de socialização próximas às classes mais favorecidas dentro do país. Militares e civis dentro do quadro de formação da ESG transformaram a entidade em uma verdadeira academia, que serviu de base para a formação do Estado de exceção no início do período militar.

Os membros da ESG acreditavam que o desenvolvimento do país deveria ocorrer juntamente ao interesse das classes mais privilegiadas. Entretanto, deveria existir todo um cuidado com os movimentos sociais existentes na sociedade. Os sindicatos e outras associações populares poderiam representar sinônimo de baderna e atrasos para o Brasil, às pessoas vinculadas a esses formatos de movimentos para a ESG representavam um perigo à nação.

Para os membros da ESG, o comportamento em torno de manifestações advindas de movimentos sociais não poderia ser tolerado no país, pois as conturbações eram prejudiciais ao bom desenvolvimento do Brasil e provocariam um agravamento no já fragilizado clima econômico que o país vivenciava.

Para tanto, antes mesmo do golpe civil-militar de 1964, a ESG já se preocupava em observar as pessoas que assumiam um posicionamento que não condizia com o modelo de Estado que propunha. Um modelo que não tolerava a participação política mais destacada de setores subalternos da sociedade brasileira.

Conforme análise de Maria Helena Moreira Alves

A mais importante tarefa do complexo ESG/IPES/IBAD antes da tomada do poder de Estado terá, sido talvez, a criação e a implantação de uma rede de informações, considerada eficaz a um Estado centralizado. O coordenador do empreendimento foi o General Golbery do Couto e Silva. Alguns Oficiais da ESG integravam também a equipe do IPES, trabalhando intensamente com o general Golbery no delineamento da rede de informações e no desenvolvimento de uma sofisticada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Antes do Golpe, este grupo já estava de posse de um completo e detalhado dossiê de informações sobre mais de 400.000 cidadãos brasileiros (1984, p. 25).

Esses brasileiros tornaram-se os primeiros alvos do processo de repressão que se iniciou logo após o desfecho do golpe. Com o número de 400 mil pessoas apresentadas, é possível perceber a dimensão de organização e atenção que a ESG exercia na tentativa de controle da sociedade.

Permite compreender o poderio que o Estado de Exceção pretendeu montar na proposta de exercer um direcionamento absoluto em relação à vida dos cidadãos brasileiros, ou qualquer outro indivíduo que estivesse em nosso território.

O papel da ESG na história política brasileira não foi pequeno, pois dessa escola surgiram figuras consideradas importantes na articulação política que resultou na derrubada do presidente João Goulart.

Na sequência ao golpe, partes consideráveis de pessoas que frequentaram as salas de aula da ESG passaram a assumir posições estratégicas e cargos considerados altos na máquina administrativa do Estado brasileiro.

2.2 A doutrina de segurança nacional e o inimigo interno

É oportuno observar as questões que compunham a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento e o “inimigo interno”. O modelo proposto dentro da doutrina de segurança nacional e desenvolvimento se baseava em um denominado “tripé econômico”¹⁸, o que deveria aproximar o Estado, o capital privado nacional e o capital privado internacional na montagem da política e também das questões econômicas a serem desenvolvida no país.

¹⁸ Sobre o termo apresentado “tripé econômico”, ver o trabalho de Maria Helena Moreira Alves (1984).

Para atingir o objetivo de desenvolvimento econômico, o Estado passou a ter uma grandiosa preocupação com o total controle das articulações e mecanismos políticos oposicionistas inseridos na nação. Para isso, a segurança alcançou altos patamares de controle social de toda a população brasileira. Passou a ocorrer o cuidado absoluto com os rumos que poderiam ser seguidos por grupos contrários ao governo.

Todo o desenvolvimento econômico que o Estado procurou atingir não teve de início uma preocupação com uma melhora dos padrões de vida social das classes subalternas da população brasileira. Dentro dos parâmetros propostos na doutrina de segurança nacional e desenvolvimento, o Brasil para alcançar o posto de país desenvolvido teria que submeter ao “sacrifício” algumas gerações de brasileiros. “É nesse contexto que podemos compreender a ideologia da segurança nacional: um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos”. (ALVES, 1984, p. 23).

Dentro dessa conjunção na montagem da doutrina de segurança nacional e desenvolvimento, passou a haver um novo foco de defesa adotado no país. O Estado se articula para uma guerra interna contra possíveis ideologias que poderiam contrariar as medidas adotadas pelo novo governo.

Ao tempo que teve como um de seus principais interesses, a defesa da nação contra o que estaria a se apresentar como a nova ameaça: o “inimigo interno”.

Hannah Arendt (1995) apresentou o conceito de “inimigo objetivo”, ou seja, o indivíduo ou grupo de indivíduos que por meio de alguma conduta eventualmente viesse a discordar da forma de condução do Estado direcionada pelo governo. Essas pessoas poderiam ser submetidas ao fato de serem isoladas, punidas e eliminadas. Todos os indivíduos dentro do Estado se tornariam potencialmente suspeitos, esses seriam colocados em uma esfera de inimigos objetivos dentro do estado de exceção, tal qual veio a ocorrer no Brasil em abril de 1964.

Dentre esse contexto, passou a existir no país à preocupação com as pessoas que estavam dentro do território nacional e não mais apenas uma preocupação com possíveis ataques externos.

A figura do “inimigo interno” poderia ser qualquer pessoa que estivesse dentro do território brasileiro e viesse a criar algum tipo de dificuldade ou impasse ao modelo de Estado adotado pelo governo militar. O adversário político no correr do período militar passou a ser “inimigo” de Estado, fugindo a tradicional disputa eleitoral.

A disputa agora estava em um patamar mais violento, plausível de repressão por parte daqueles que assumiram o mando político do Estado brasileiro. Em nome da segurança nacional, o Estado passou a ter como propósito atingir altos níveis de abuso de poder, prisões e torturas contra quem julgasse necessário.

Na análise de Mariana Joffily

De acordo com a concepção dos militares, essa nova forma de combate possuía como eixo a necessidade de fazer frente a um tipo de ameaça que se diferenciava dos conflitos tradicionais: ela provinha de cidadãos comuns, imbuídos de ideais comunistas, e empregava métodos como persuadir a população pela propaganda revolucionária, organizar ações de desestabilização do governo, preparar a guerrilha, criar zonas deflagradas. O inimigo era interno e a guerra não convencional [...]. (2014, p. 160).

Qualquer pessoa que apresentasse algum tipo de pensamento que viesse contradizer a posição política do governo passou a ser considerado “inimigo” e responderia criminalmente por seus atos.

Com o golpe civil-militar se fortaleceu o poder executivo ao ponto que o fortalecimento do poder executivo pactuou de uma total regressão no que se refere aos direitos democráticos. Para tanto, o Estado ponderou que mesmo as opiniões expressas a favor do governo de Jango antes mesmo do golpe, fossem resumidas como possível agressão ao interesse de desenvolvimento da nação. O governo militar que proferiu o golpe passou ver as pessoas não mais como simples adversárias políticas e, sim, pessoas consideradas inimigas de Estado passíveis de punições se fosse esse o caso.

Isso tudo dentro de um aparato de julgamento fora daquilo que previa a constituição brasileira, onde não se respeitou as garantias democráticas e constitucionais que previa a Carta de 1946.

A doutrina de segurança nacional apresentou

Seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. [...] Em nome do anticomunismo, a Doutrina de Segurança Nacional, com sua ênfase na sua segurança interna, leva inexoravelmente ao abuso de poder [...]. (ALVES, 1984, p. 27).

Os abusos de poder foram cometidos contra qualquer um que inserido no território brasileiro estivesse dotado de ideologia opositora ao governo militar. O simples fato de não concordar com as medidas propostas pelo novo governo não seriam aceitas e não poderiam mais vigorar no país.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), nascida nos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria e do antagonismo Leste-Oeste, teria sido simplesmente 'exportada' para o Brasil [...]. Com isso, o conceito de national security, adotado nas escolas militares no Brasil, juntamente com a ideologia anticomunista e a estratégia de contenção do poderio soviético (dominante em um mundo de confrontação global bipolar ou, como se dizia, de 'guerra total'), teria fundamentado, a partir de 1964, as políticas estratégicas do novo regime e, na linha ideológica do Brasil como 'baluarte do Ocidente', padrão de ação diplomática daí decorrente. (IPOLITO, 2009, p. 86).

O pensamento que apresentasse algum “acaso” a ideia do marxismo seria eleito pensamento inimigo e, desta forma, todos aqueles que manifestassem opiniões de cunho progressista para uma melhora social poderiam ser taxados de pessoas dotadas de ideologia comunista.

Com o advento da guerra Fria, elementos da teoria da guerra total e de confronto inevitável [...] incorporam-se a ideologia de segurança nacional na América Latina. A forma específica por ela assumida na região enfatizava a “segurança interna” em face da ameaça de ação indireta do comunismo. [...]. Os latinos americanos preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna [...]. (ALVES, 1984, p. 33).

A observar o Brasil durante o período do governo de João Goulart, nota-se que os movimentos sociais ganharam espaço em território nacional. Isso proporcionou o acontecimento de uma preocupação corrente com esses tipos de organizações por parte do governo militar.

Organizações que objetivavam o foco de articular alguma forma de posicionamento controverso ao governo militar que acabara de assumir o país tornaram-se alvos de repressão. A marcada participação política desenvolvida pelos movimentos sociais assustava ao novo governo.

Os movimentos sociais ligados aos grupos trabalhistas, estudantes, os “Grupos de Onze” dentre outros que faziam parte, por exemplo, da FMP que apoiava os projetos de Jango, estavam submetidos à apreciação da doutrina de segurança nacional como possíveis alvos a serem atingidos. Para o novo governo, representavam um perigo à sociedade brasileira. Foram esses grupos que dotados de uma ideologia reformista passaram a ser os “inimigos”, existentes dentro da nação logo após o desfecho do golpe civil-militar no país.

Para tanto, tornou-se necessário submeter a população a mecanismos de controle, mesmo que esses mecanismos se pautassem em julgamentos e prisões das mais arbitrárias possíveis.

Conforme apresenta João Roberto Martins Filho

Nesse quadro mais amplo, a nova doutrina acabava por destinar as forças Armadas um papel bastante amplo de defesa global das instituições nacionais. Como lembrou em conferencia na ESG o primeiro presidente do regime militar do pós-64, sua principal característica era a preocupação com a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica. (2003, p. 109).

Após o golpe de 1964, tornou-se necessário ao ver do grupo que assumiu o poder do Estado perseguir e pôr fim aos grupos políticos considerados reformistas. Tornou-se subversivo naquele momento do Estado brasileiro ser conivente com uma política que estivesse pautada nas reformas estruturais do país. Dentro desse quadro, todos os grupos e pessoas com uma posição política voltada às reformas de base foram consideradas uma ameaça à Segurança Nacional.

2.3 Os atos institucionais

O governo militar, ao assumir o poder com a deposição de Jango, tentou de toda a forma apresentar ao país um caráter dentro de aspectos que compunham um plano de legalidade. Para tanto, com a deposição do presidente João Goulart, assumiu o poder em regime provisório dentro da constitucionalidade apresentada no país o presidente da Câmara dos Deputados Pascoal Ranieri Mazzilli.

Porém, esse caráter apresentado de forma constitucional limitou-se a um simples papel “artístico”, um ensaio e não mais que isso.

Foi um grupo de militares que passou a estar frente do poder do Estado com a deposição de Jango. Uma junta militar formada por comandantes das três armas foi quem de fato assumiu o posto executivo no país.

Um dos primeiros feitos da junta militar foi a promulgação de um primeiro ato institucional colocado em vigor em poucos dias após a destituição do presidente João Goulart. A finalidade desse ato era apresentar um mecanismo que lhe amparasse legalmente frente à população.

Ao longo do período militar, vivenciado no Brasil, foi promulgado um total de 17 atos institucionais, seguidos de mais 104 atos complementares. Os atos institucionais e também os atos complementares apresentaram-se como base para servir de respaldo a centralização do poder que ocorrera no país após o golpe de 1964.

Torna-se possível dizer que o poder acumulado pelo executivo nacional ultrapassou o universo político e passou a estar centralizado nas mãos do executivo o poder de

decisão da vida política, econômica, social e também judiciária do país sem a devida apreciação que deveria ser submetida aos outros poderes.

Poucos dias após a deposição de Jango, a junta militar composta por comandantes das três armas, esses que representavam o “Comando Supremo da Revolução”, fez baixar o primeiro ato institucional. Esse documento apenas recebeu o título de primeiro ato após a promulgação de um segundo documento, pois, a princípio, seria apenas um ato institucional que seria colocado em vigor no Brasil (FICO, 2014).

Sendo claro que o teor do primeiro ato e dos seguintes apresentava diferenças, pois cada qual propunha um objetivo específico. É importante ressaltar que eles compartilharam de uma mesma proposta, ou seja, os atos institucionais tiveram a intenção de contribuir para a centralização do poder nas mãos do executivo.

O AI - 1, como ficou conhecido ao longo de nossa história, foi elaborado e composto por 11 artigos. Esse ato, antes da apresentação de seus artigos, trazia em sua composição uma espécie de preâmbulo aos fatos ocorridos no correr da deposição do presidente João Goulart.

O primeiro ato institucional procurava apresentar para a população de maneira bem articulada em sua redação seus objetivos, enfatizando a necessidade do fato de ter ocorrido a deposição de Jango. Enfatizaram que a deposição foi necessária para a existência de uma melhora política, econômica, social e também “moral” que deveria ocorrer na sociedade brasileira.

De acordo com Alves:

Sentia-se, com toda a evidencia, a necessidade de institucionalizar um novo aparato que “apoiasse” a revolução. Já no preâmbulo do primeiro Ato Institucional defini-se a autoridade como decorrente não do povo, mas do exercício de facto do poder. É o executivo que resolve manter a Constituição e o Congresso Nacional, limitando drasticamente seus poderes. (1984, p. 54).

Para tanto, se tornou necessário dizer no preâmbulo do AI - 1 que os fatos ocorridos tiveram propósitos dentro da vontade não só dos militares, mas também só se concretizaram graças ao apoio que receberam da sociedade civil. Foi enfatizado ter ocorrido uma revolução vitoriosa e essa revolução veio para se manter como base para a sociedade brasileira.

O que não deixa de ser verdade é a participação civil no golpe, o apoio de instituições civis na desestabilização do governo Jango é notável, como já observado anteriormente no papel desempenhado pelas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”

e também todas as articulações realizadas por políticos e empresários frente à deposição de Jango.

O AI - 1 teve como intuito absoluto expressar a centralização do poder e assegurar a eleição do primeiro general presidente Castelo Branco no início do longo período ditatorial militar vivenciado no Brasil.

A partir de sua formulação, tem início uma vasta montagem de listas expurgando da vida política brasileira as pessoas consideradas inimigas do novo governo à frente da nação. O AI - 1 serviu como aparato repressivo contrário às pessoas que apresentavam posicionamento de ideias coniventes com a apresentação da reforma social propostas por Jango.

A promulgação do Ato Institucional n. 1 efetivamente lançou, assim, as primeiras bases legais para aplicação da Doutrina de Segurança Nacional. Sua importância como instrumento jurídico para a institucionalização do Novo Estado foi sublinhada por Carlos Medeiros, que o redigiu, ao declarar que “sem o movimento civil e militar de março se confundiria com um golpe de Estado ou uma revolta destinada apenas a substituir ou afastar pessoas dos postos de comando e influência no governo”. (ALVES, 1984, p. 56).

O AI - 1 previa cassar mandatos e suspender por dez anos os direitos políticos das pessoas que o novo governo considerasse estar em conluio para qualquer ato que fosse contrário à Segurança Nacional. Era preciso, ao ver dos comandantes, preservar o país contra qualquer ameaça a ordem e a política social, a “moral e aos bons costumes”.

Listas de cassações e expurgos da vida política e do serviço público brasileiro enumeraram políticos e militares. Foram alvos também intelectuais, universitários, trabalhadores urbanos e rurais por todo o país. Desde pessoas mais conhecidas como figuras públicas de Jango e Brizola aos cidadãos que simplesmente partilhavam de suas ideias, como o caso dos membros pertencentes aos “Grupos de Onze”.

Conforme verificou Alves, o oitavo artigo do AI - 1:

[...] estabelecia que inquéritos e processos seriam instaurados “visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de Atos de guerra revolucionária”. Tais inquéritos aplicar-se-ia a casos individuais ou a ações coletivas. Este artigo lançou as bases dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs) que atingiram milhares de pessoas. (1984, p. 55).

Os Inquéritos Policial-Militares (IPMs) foram instaurados em todo o país. Eles apresentaram um alto aspecto de controle do poder que apenas passou a estar nas mãos do executivo. Torna-se válido observar que os IPMs tiveram caráter retroativo no julgamento dos

atos cometidos, isto é, abriram-se inquéritos contra aquilo que foi considerado crime no período anterior ao golpe de abril de 1964.

O “Ato Institucional continha medidas de controle do judiciário e suspensão dos direitos individuais, destinadas a abrir caminho para a operação limpeza” (ALVES, 1984, p. 54). Nesses moldes, o governo iniciou seu processo repressivo contra todos que considerou uma ameaça à segurança nacional dentro dos parâmetros propostos daquilo que considerava ser o “inimigo interno”.

2.4 Operação limpeza e a institucionalização dos IPMs

Algumas das principais características dos esforços destinados a ativar as forças repressivas no início da implantação do regime militar tiveram como propósito assegurar ao Estado controle sobre áreas sociais, políticas e militares com a finalidade única de não permitir qualquer ameaça ao novo governo que acabava de assumir o cenário político existente no país. Todo esse fator foi intitulado pelo codinome apresentado pelos militares de “operação limpeza”.

Assim:

Logo após o golpe militar, uma vasta campanha de busca e detenção foi desencadeada em todo país. [...] segundo técnicas predeterminadas de contra-ofensiva, para levar a efeito operações em larga escala de varredura e pente-fino. [...]. O objetivo era varrer todos que estivessem ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964. (ALVES, 1984, p. 59).

Dentro da conjuntura que se reuniram pessoas e movimentos sociais em apoio ao governo deposto, foi montado um grandioso aparato repressivo que tinha por finalidade única retirar de circulação as pessoas e grupos sociais, sobretudo os mais exaltados como os que compunham a FMP, dentre outros movimentos que no período anterior ao golpe manifestaram-se favoráveis às ideias de mudanças sociais no país.

A “operação limpeza” consistia em prender e punir as pessoas que assumiram um aspecto de afinidade ao pensamento do governo deposto. Punir as pessoas que se manifestavam pró-reformas dentro da nação e os grupos que se manifestassem favoráveis a uma maior participação das camadas subalternas da sociedade brasileira na vida política do país.

O apoio a pensamentos de uma política nacional reformista nos moldes apresentados por João Goulart foi considerado pensamento subversivo, e todas as pessoas e

grupos que traziam publicamente esses dizeres foram submetidos a partir do golpe a vivenciarem um intenso período de perseguição política.

Aqueles que participaram publicamente na luta pela implantação das reformas estruturais do Brasil passaram a ser alvos. Tornaram-se os “inimigos internos”, que na ótica do novo governo ameaçava o promissor desenvolvimento do Brasil.

Lançadas as bases, os militares podiam levar agora adiante seu projeto segundo as linhas traçadas na Grande Estratégia da Doutrina de Segurança Nacional. Para além da mobilização geral das forças repressivas do novo Estado, tal política – em conformidade com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional – tinha em mira áreas específicas e estrategicamente sensíveis de possível oposição: política, econômica, psicossocial e militar. (ALVES, 1984, p. 56).

O AI - 1 regulamentou a ação dos militares na busca de acabar com qualquer foco opositor. “No dia 27 de Abril o Governo Castelo Branco baixou um decreto-lei instituindo os IPMs (Inquéritos Policial-Militares). Os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta a eliminação do “inimigo interno”, como primeiro passo”. (ALVES, 1984, p. 56).

Isso dentro do quadro de linha estratégica com a finalidade de conter qualquer oposição que estivesse pautado em uma visão política, econômica, ideológica e também militar contrária ao novo governo. O governo militar, por meio de um decreto presidencial, tornou possível existir a “legalidade” na “caça” de seus opositores.

Os IPMs tornaram-se uma fonte de poder de fato para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar as investigações. Configuravam o primeiro núcleo do Aparato Repressivo [...]. Carentes de qualquer fundamentação jurídica formal, os IPMs não se submetiam a regras fixas de comprovação. Os próprios coronéis frequentemente estabeleciam os preceitos legais sobre os quais basear suas decisões. (ALVES, 1984, p. 57).

Elaboradas as listas de possíveis inimigos da ordem política e social, inicia-se o processo de perseguições com a finalidade de não permitir que nenhuma pessoa gozasse da liberdade de expressar opiniões contrárias aos ideais que o governo militar propunha para o desenvolvimento do país.

O fato é que aos grupos e pessoas não era necessário um grande ato “atentório” contra o país para serem considerados suspeitos e subversivos. Uma simples acusação poderia desencadear a abertura de um IPM.

Esse contexto de julgamento sumário ocorreu por todo país, já no início do golpe civil-militar não isentou regiões e buscou consolidar o golpe que derrubou Jango. Os chefes

militares não tinham o intuito de isentar nenhum acusado que de alguma maneira pudesse colocar em risco o que denominavam de “revolução democrática”.

Na maioria das vezes, essas pessoas apenas sofriam acusações verbais de opositores políticos, o que já bastava para que os agentes do Estado os considerassem pessoas que se enquadravam dentro do que previa a Doutrina de Segurança Nacional, isto é, uma ameaça à nação.

Segundo a arquidiocese de São Paulo:

O Ato institucional de 09 de abril, que deveria ser o único e acabou sendo o primeiro de uma série, editado seis dias antes da posse do general Castelo Branco, deixou bem claro: “A Revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma”. Quando se encerrou, a 11 de junho de 1964, o prazo que o primeiro ato havia estabelecido para as cassações, o balanço inicial foi de 378 atingidos: três ex-presidentes da República (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); seis governadores de Estado, dois senadores; 63 deputados federais e mais de três centenas de deputados estaduais e vereadores. Foram reformados compulsoriamente 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos e abriram-se cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas. (2008, p. 61).

Nesse balanço é possível verificar que, em pouco mais de dois meses, o novo governo agiu de forma implacável na caça de seus opositores políticos, utilizando-se da prerrogativa de considerá-los uma ameaça à nação. Foram numerosos os expurgos dentro do quadro político que compunha o cenário brasileiro, pois, na visão dos chefes militares, de alguma forma representava algum importuno ao governo e por isso um número de cassações tão elevada.

Dentro da administração pública, conforme apresentado, pelo menos 10 mil pessoas foram demitidas de suas funções e isso veio a abrir espaço dentro da máquina administrativa para outras pessoas, ou seja, novos funcionários que estavam comprometidos com os rumos que o novo governo queria dar ao Brasil.

Também nas Forças Armadas, o governo agiu de maneira implacável no que se refere a retirar dos círculos militares seus possíveis opositores. Ao tempo que afastou os militares de seus cargos com ligação ao governo deposto, possibilitou o ingresso de outros militares vinculados a formação da Escola Superior de Guerra.

Fica clara a demonstração de toda a eficácia que foi apresentada pelo AI n. 1, no qual a “operação limpeza” não apenas buscou seus opositores dentro dos quadros políticos e em meio aos funcionários públicos e militares, mas também toda a repressão articulada contra a população civil que é apresentado um balanço na investigação de pelo menos 40 mil pessoas atingidas nos primeiros meses do golpe.

Dentro desse quadro repressivo, vale notar que a estratégia desenvolvida nos moldes da “operação limpeza” buscou dismantelar as forças que compunham os movimentos sociais formados anteriormente ao golpe.

Esse número expressivo de pessoas já era observado antes mesmo da ação ocorrida em primeiro de abril de 1964. Já existia uma vigilância em torno da sociedade, desencadeada pelo complexo (ESG/IPES/IBAD). Após o episódio do golpe bastaram articular as perseguições para inibir os ânimos acirrados dos membros dos movimentos sociais, favoráveis às reformas de base.

É importante ressaltar que compo todo esse aparato de repressão imposto à sociedade brasileira, o general presidente “Castelo Branco criou a Comissão Geral de Investigações (CGI) para coordenar as atividades dos inquéritos policiais militares, que começavam a ser instaurados em todo o país” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2008, p. 61).

Comissão essa que agia em seu julgamento de forma sumária, sem respeitar as devidas apreciações dos direitos constitucionais que deveriam gozar os acusados. Isso ocorreu mesmo quando após o golpe civil-militar os chefes militares enfatizaram no preâmbulo do primeiro ato institucional que a constituição em vigência de 1946, seria respeitada.

Entretanto, a formação do aparato repressivo que se articulou com a “operação limpeza” logo no início do golpe civil-militar brasileiro abriu caminhos políticos dentro de uma centralização de poderes que passou a ser exercida com exclusividade pelo líder do executivo.

Nesses moldes, a “operação limpeza” se materializou na suspensão dos direitos democráticos em intervenções de sindicatos, nas cassações de direitos políticos, expurgos de militares nas Forças Armadas e funcionários do serviço público e, também, na instauração de centenas de Inquéritos Policial-Militares que apuraram atividades consideradas subversivas em todo o território brasileiro. A “operação limpeza”, amparada legalmente pelos IPMs, não poupou as pessoas que fossem consideradas ameaças ao novo governo.

2.5 O SNI informações e contrainformações

Com a finalidade de ter ao dispor um órgão de âmbito nacional para coordenar todas as atividades que tivessem relação com as informações e contrainformações que se vinculavam as questões de Segurança Nacional, o governo Castelo Branco após assumir o

poder do Estado cria o Serviço Nacional de Informações (SNI). Nessa conjuntura, o SNI passou a coordenar todos os órgãos que previamente já existiam e os que foram criados após o golpe, e aqui é importante nos referirmos às delegacias de polícia, essas que se tornaram responsáveis por inúmeros processos na repressão contra os considerados “inimigos”, como foi o caso dos “Grupos de Onze Companheiros” apresentados nesse trabalho.

Com a imposição do golpe civil-militar, tornou-se necessário aos olhos do novo governo acompanhar cada vez mais de perto a vida política da sociedade brasileira. O SNI foi “criado [...] em 13 de junho de 1964, e dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva, em pouco tempo ramificou-se, possuindo agências regionais em diversos pontos do país” (JOFFILY, 2014, p. 160).

Entretanto, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2006), já em 1936 as Secretarias de Segurança Pública de cada Estado da federação foram convocadas pela chefia de polícia do Distrito Federal e pelo Ministério da Justiça para um congresso, no qual foram discutidos vários assuntos no âmbito de integração dos Estados na esfera da segurança pública. Dentre a pauta discutida, ficou acertado que haveria cooperação e troca de informações entre as polícias de cada Estado. Nesse acerto, observa-se que a ideia de compartilhar informações sobre as ações de indivíduos ou grupos de indivíduos pelo poder de polícia já era discutida anteriormente ao governo militar.

Nesse contexto é possível observar que

Quando os militares apoiados por setores civis, deram o golpe, eles dispunham de algumas instituições repressivas para auxiliá-los na tarefa auto atribuída de extirpar o “perigo comunista”, ou a ameaça de implantação de uma “República Sindicalista” no país. Contavam com uma polícia violenta, habituada a torturar suspeitos e, em alguns casos aniquilar desafetos. (JOFFILY, 2014, 158).

Porém, tornara-se importante a criação de uma rede que possibilitasse manter o governo informado de tudo o que viesse a ocorrer dentro da esfera política e social do país. Nessa situação, a utilização das informações de indivíduos e organizações sociais obtidas pela polícia de cada Estado seria fundamental ao controle político da sociedade.

Segundo a arquidiocese de São Paulo

A imprensa frequentemente se refere à máquina criada nacionalmente para a “produção e operação de informações” com nome de Sistema Nacional de Informações (SNI) ou, simplesmente “Sistema”, que poderia ser visualizado como uma pirâmide, tendo na base as câmaras de interrogatório e, no vértice, o Conselho de Segurança Nacional (CSN). (2008, p. 72).

O papel do SNI dentro da nação articulou a captura de pessoas que tiveram comportamentos considerados dentro de um âmbito que ferisse a segurança nacional. O SNI possibilitou a criação de uma rede de informações que dava acesso aos mecanismos do Estado no papel de perseguir e prender pessoas acusadas de serem “inimigas internas”.

Um dos focos principais do SNI seria manter a presidência da República informada de todos os atos políticos existentes dentro do país. O SNI tinha por “objetivo de superintender e coordenar em todo o território nacional as atividades de informações, em particular as que interessam a Segurança Nacional” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2008, p. 73). Com a coleta das informações, possibilitava-se uma visão mais ampla ao governo em relação às tomadas de decisões e recomendações nas ações de SNI nas decisões apresentadas pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN).

Conselho esse com papel importante nas tomadas de decisões do Executivo, que figurava exercer controle absoluto dentro do Estado brasileiro. A montagem do SNI configurou já a elaboração e a incorporação de tomar como ações “uma série de medidas destinadas a eliminar quaisquer núcleos potenciais de oposição política, econômica e social” (ALVES, 1984, p. 78) existentes no Brasil.

O SNI fez parte de um formato muito bem articulado, para coagir e coibir todos que fossem considerados oposição. Para tanto, não importou aos agentes do Estado agir de maneira repressiva e arbitrária contra a população de modo geral.

Conforme se observa:

Segundo o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, as “Informações na Segurança Interna” são necessárias para identificar “antagonismos e pressões” e manter sob vigilância as atividades de oposição, para permitir que sejam adotadas medidas que se destinem a identificá-los aos agentes desses antagonismos e pressões, neutralizá-los e anulá-los. (ALVES, 1984, p. 72).

Dentro do aspecto de segurança nacional, os julgamentos eram sumários, e tornou-se fator primordial desarticular qualquer provável organização que estivesse seguindo um caminho inverso ao pensado pelo governo militar. O SNI funcionou como um órgão responsável por fazer uma sondagem dentro de todas as esferas da sociedade, tentando descobrir se algum grupo ou pessoa estava dotado de pensamentos contrários ao governo.

Para tanto, foi utilizado tudo o que tivesse a disposição do governo no controle e repressão aos considerados “inimigos”. Os militares das três armas, a polícia militar, federal e civil, dentre elas as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), as guardas municipais e

tudo mais o que pudesse ser utilizado pelo governo no controle da sociedade. O SNI contou também com informantes pertencentes à própria sociedade civil.

O SNI tornou-se uma espécie de agência com a função única de investigação usando métodos de espionagem contra a própria população, a fim de preservar a centralização do Poder Executivo.

A criação do SNI, [...] foi um passo decisivo para a formação do Aparato Repressivo e a efetiva organização de uma rede de informações necessária na busca da Segurança Interna. [...] ao final do primeiro ano, estava instaurado o Estado de Segurança Nacional, e criadas as bases para as mais amplas medidas de controle que se fariam necessárias nos anos seguintes. (ALVES, 1984, p. 79).

A montagem de Estado de Exceção desde o início seguiu desarticulando qualquer organização que fizesse oposição ao governo. O AI - 1 abriu os caminhos para a “operação limpeza”, juntamente com a criação de uma rede de informações e contrainformações que varreu pessoas ou grupos oposicionistas que antes do golpe estiveram vinculados a ideia de um modelo de Estado diferente do adotado pelo grupo que derrubou Jango.

A repressão contra tudo e contra todos se iniciou de maneira imediata já nas primeiras horas do golpe e preparou de forma bem articulada um terreno propício para continuar a reprimir quem ousasse se opor ao governo.

3. OS “ONZE COMPANHEIROS” E O NORTE PARANAENSE

Nós, os 11 brasileiros abaixo-assinados, constituímos nesta data um “Comando Nacionalista”, [...] e nesta data estamos também comunicando nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, Realização imediata das Reformas de Base (principalmente a reforma agrária), e a libertação de nossa Pátria da espoliação internacional, conforme a denuncia que esta na Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas¹⁹.

(Modelo de ata proposta por Leonel Brizola, para a formação dos “Grupos de Onze Companheiros”, em novembro de 1963).

Era seguindo esse modelo de ata pré-elaborada por Leonel Brizola, que milhares de pessoas assinaram listas de formação de “Grupos de Onze” por todo o país. Essas listas foram utilizadas como prova de acusação na participação “subversiva” contra as pessoas que compartilharam das ideias de reformas propostas no Brasil durante o governo Jango.

No norte paranaense, pessoas aderiram aos ideais de reformas de base e também organizaram a formação de “Grupos de Onze Companheiros”. Assinaram listas com esses dizeres propostos por Brizola e tiveram seus nomes arrolados em acusações perante a polícia política e a justiça militar logo após o desfecho do golpe.

Inicialmente, realizaremos alguns apontamentos sobre a ideia de formação dos “Grupos de Onze” e, na sequência, algumas considerações sobre o processo de formação do norte paranaense a fim de uma compreensão melhor do contexto social vivenciado nessa região do Estado, observando alguns dos processos sociais e políticos da região que marcaram o período que antecedeu o episódio que se deu o desfecho do golpe civil-militar de 1964.

Por fim, realizaremos uma análise de como se deram a organização dos “Grupos de Onze Companheiros” nas cidades epigrafadas nesse trabalho, bem como seus propósitos, objetivos e como foi a repressão advinda do Estado nessa região do Paraná contra as pessoas que aderiram ao movimento.

3.1 Os “Grupos de Onze Companheiros”

Conforme já observado em tópicos anteriores os “Grupos de Onze Companheiros” que se originaram no pensamento de Leonel de Moura Brizola, também foram organizados no norte paranaense. Os grupos deveriam ter por finalidade apoiar as reformas estruturais

¹⁹Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

previstas pelo presidente João Goulart dentre outros pontos que atingissem os interesses sociais das classes menos favorecidas no Brasil.

Não é tarefa fácil ter a noção exata da quantidade de “Grupos de Onze Companheiros” também intitulados de “Comandos Nacionalistas” que se formaram nas mais diferentes regiões do país. O projeto “Brasil: Nunca Mais”, elaborado pela arquidiocese de São Paulo (2008), apresenta uma quantia de 12 processos que se referem ao movimento, processos esses que transitaram pelo Superior Tribunal Militar em Brasília²⁰. Porém, milhares de outros grupos tiveram um esboço de articulação em várias partes do território brasileiro naquele período. Não obstante, deram origem a processos judiciais que ficaram estacionados nas comarcas regionais, sem uma progressão a outras instâncias judiciais.

De acordo com a arquidiocese de São Paulo:

É impossível calcular a quantidade de Grupos de Onze que foram constituídos no país a partir do segundo semestre de 1963 e dos que começaram também a ser planejados. Mas praticamente em todos os Estados do Brasil seguiu-se uma onda de respostas positivas ao chamamento, com a mais alta intensidade sendo observada no Rio Grande do Sul e demais Estados do Sul. (1987, p. 112).

Segundo cálculos do deputado Neiva Moreira, que militou ao lado de Leonel Brizola na organização da FMP, cerca de 60 a 70 mil pessoas se organizaram em “Grupos de Onze Companheiros”. O próprio Brizola avaliou ter se formado em torno de 24 mil grupos em todo país (FERREIRA, 2007). Entretanto, verifica-se que essas informações são bem imprecisas e contraditórias, quanto ao número real de grupos e pessoas participantes do movimento.

Nesse contexto, é importante ressaltar que dentro da Doutrina de Segurança Nacional o perigo iminente não estava mais fora das fronteiras do Brasil, mas sim dentro de seu próprio território. Na lógica do novo governo, qualquer um poderia ser subversivo e estar apto a atentar contra as “liberdades democráticas”. Os integrantes dos “Grupos de Onze” também encabeçaram as listas de acusados subversivos logo após o desfecho do golpe civil-militar.

Conforme trabalho realizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, “Direito a Memória e a Verdade” (2007), pessoas que integraram

²⁰ A pesquisa “Brasil: Nunca Mais” verificou que vários processos continham citações a “Grupos de Onze”, porém, por questões metodológicas, esses processos foram focalizados dentro de outras temáticas, por não apresentarem apenas relações aos grupos. Assim, especificou pertencer apenas ao movimento uma quantia de 12 processos que transitaram pelo Superior Tribunal Militar (STM). Para verificar a apresentação desses 12 processos, ver: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. 36º ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 115.

“Grupos de Onze” logo nos primeiros dias após o golpe foram submetidas à tortura física e psicológica, o que contribuiu para que suas vidas fossem ceifadas²¹.

Observaremos o que foram os “Grupos de Onze Companheiros” idealizados por Brizola. Movimento esse que esboçou seus primeiros passos no segundo semestre de 1963 e, com o golpe em abril de 1964, todo movimento foi desarticulado caracterizando um curto período de existência. Entretanto, foi este um episódio que também deixou linhas escritas na história recente do país, o que merece algumas considerações.

Os pronunciamentos de Leonel Brizola favorável às reformas de base e outros enunciados de melhoria sociais dirigidos à classe trabalhadora atingiam diversas regiões do Brasil dentro do discurso que se fazia presente para a mobilização e formação dos “Grupos de Onze Companheiros”.

Segundo Carlos Fico:

Brizola [...] promovia iniciativas que contribuía ainda mais para o acirramento de posições, tal como fez com a proposta dos “Grupos dos Onze”, [...]. Os grupos deveriam “organizar-se em defesa das conquistas democráticas de nosso povo e fazer resistência a qualquer tentativa de golpe, venha de onde vier” – dizia o então deputado federal. Conforme as orientações que Brizola lançou em novembro de 1963, os grupos dos onze deveriam agregar todas as forças da esquerda que naquele momento, multiplicavam-se. (2014, p.42-43).

Considerável número de pessoas aderiu à ideia de se organizarem em “Grupos de Onze Companheiros” em apoio às propostas de reformas.

Na análise de Jorge Ferreira:

Os nacional-revolucionários brizolistas produziam ideias, mas também formas de organização. Em sua estratégia de luta extraparlamentar, Brizola em fins de 1963, pregava a formação dos “grupos de onze companheiros” ou “comandos nacionalistas”. No manifesto em que defendeu a formação dos comandos, Brizola, após traçar um quadro de pobreza e submissão dos trabalhadores e da exploração imperialista sobre o Brasil, dizia que os nacionalistas, até aquele momento, tinham feito um grande esforço para conscientizar e esclarecer os milhões de brasileiros, “sobre as causas e as verdadeiras origens de nossos males, dos sofrimentos e injustiças” que recaem sobre o povo. (2007, p. 556).

A proposta de Brizola em torno dos “Grupos de Onze” estava pautada na organização que deveria ter por finalidade básica um melhor esclarecimento do cidadão brasileiro. Essa organização deveria ser observada em três principais preceitos, que seria utilizada como mola propulsora de formação dos grupos.

Segundo verificou Elenice Szatkoski:

²¹ **BRASIL**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito a Memória e Verdade. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

A organização dos Grupos dos Onze Companheiros, ou Comandos nacionalistas, se centrava em três princípios básicos: defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, reformas imediatas e libertação nacional. Para compor esses grupos era necessário registrar em ata a organização do grupo, a qual era padrão, já vindo impressa no documento, onde eram registrados os nomes do comandante e também do subcomandante, além do objetivo, que era: Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrária e urbana e, sagrada determinação de luta pela libertação de nossa pátria da espoliação internacional. (2003, p. 102-103).

As propostas que apresentavam os “Grupos de Onze” seguiam uma lógica dentro daquilo que Brizola caracterizava como conquista básica para o país, ou seja, um total pensamento de vigor nacionalista, com o rompimento com qualquer forma de vínculo ao capital estrangeiro e uma luta pautada em conquistar garantias sociais e democráticas à população brasileira.

Para atingir as mais remotas regiões do país, Brizola constituiu por meio de veículos de comunicação uma forma ágil para conseguir transmitir suas mensagens.

Segundo pontuou Thomas E. Skidmore:

Em 1963 Brizola tentou institucionalizar seu eleitorado. Ele conseguiu o controle de uma cadeia de emissoras de rádio (Mayrink Veiga) e começou a organizar [...] os “Grupo dos onze”. No começo de 1964 ele lançou o próprio jornal semanal “O Panfleto”, [...]. Estimulado por seus próprios jornais e rádios, Brizola tinha uma audiência mais ampla para pregar medidas radicais (moratória da dívida externa, assembleia constituinte no lugar do congresso) [...]. Ao mesmo tempo podia transmitir instruções e exortações aos “grupos dos onze”, que, de acordo com “O Panfleto”, atingiria a anunciada marca de cem mil grupos em junho. [...]. (2010, p. 326).

A todo custo, Brizola trabalhava com o intuito de organizar em torno da FMP uma grande massa que esboçasse afinidade às reformas de base e o rompimento com qualquer forma que se aproximasse de uma política de conciliação.

Na visão de Paulo Schilling (1979), a formação dos “Grupos de Onze” se fundamentava em um movimento de massa, o que propunha potencial organização e que poderia atingir até o final de 1964 um movimento com elevado número de integrantes. “A partir do movimento de massas constituído pelos “Grupos de Onze” pensava-se se organizar numa segunda etapa o partido revolucionário, já então considerado indispensável por Brizola” (SCHILLING, 1979, p. 243). A grande massa deveria ser composta por milhares de brasileiros que iriam aderir ao movimento em várias regiões do Brasil.

A figura de Leonel Brizola era tida com grande carisma por segmentos subalternos da sociedade brasileira. Seu clamor à organização em favor das reformas eram ouvidos com

manifestações de aceitação por esse lado da sociedade. Percebendo a tensão na política vivenciada no país, Brizola inflamava o tom de seu discurso ajudando a esquentar ainda mais o clima político vivenciado no Brasil.

Conforme apresentou Diego Pacheco:

No final de 1963, através da Cadeia do Esclarecimento, Brizola conclamou a população a organizar-se em grupos de onze pessoas. A definição de onze membros se fez evocando-se a imagem simbólica de um time de futebol. O esporte mais popular do Brasil serviu como alegoria para a compreensão rápida por parte da população dos objetivos dos trabalhistas radicais. Esses “times do povo” deveriam ter um “capitão” que lideraria os grupos com o objetivo de lutar pela manutenção democrática e pelas reformas de base. A metáfora, por sua vez, não seria apenas didática, mas transmitiria, em si, os valores coletivos que os trabalhistas atribuíam àquele tipo de organização. (2012, p. 119).

Leonel Brizola escolheu 11 pessoas pela popularidade do futebol no Brasil, pois, um ano antes, ou seja, em 1962, o Brasil tinha conquistado seu segundo título mundial na copa sediada no Chile o que aumentou o carisma da população brasileira com esse esporte. Foi uma maneira positiva encontrada por Brizola para tornar o movimento “Grupos de Onze” popular em meio aos brasileiros.

Com o intuito de entender melhor como se organizaram os “Grupos de Onze Companheiros”, é oportuno verificar os fins e objetivos propostos por Brizola em uma espécie de “Cartilha” de organização do movimento.

Veremos na sequência, trechos retirados de uma cartilha produzida por Leonel Brizola nos meses finais de 1963, um chamado a organização e articulação dos grupos:

[...] Passamos a viver momentos decisivos de nossas vidas e de nossa história. Aproximamo-nos rapidamente de um desfecho deste período cruel que se iniciou desde o fim da última guerra. O Presidente Getúlio Vargas, em 1954, decidiu morrer, dramaticamente, para que nos brasileiros, sob o impacto de seu sacrifício, viéssemos compreender a grande mensagem contida em sua carta-testamento. O imortal brasileiro decidiu morrer para que nós despertássemos. Sua mensagem é uma convocação dirigida a todos os brasileiros e patriotas para a luta contra a espoliação internacional de nossa Pátria, por ser esta as causas e origens profundas deste quadro de injustiças, de sofrimentos, de angústia e de pobreza que vem tornando a vida humana insuportável em nosso País [...].²²

Em primeiro lugar, Brizola apela à figura de Getúlio Vargas, sendo “evidente o envolvimento dos grupos brizolistas com o getulismo, pois, a Carta Testamento de Getúlio Vargas é reivindicada como texto fundador e orientador [...] político que marcava a formação dos grupos” (PACHECO, 2012, p. 118). Brizola ainda apresenta estar se aproximando de um

²² Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

“desfecho” no qual os brasileiros esclarecidos, nacionalistas, patriotas deveriam se unir a qualquer custo contra os males provocados pela espoliação da nação. Leonel Brizola considerava que a causa dessa espoliação advinha dos interesses do capital.

Na sequência, Brizola culpa quem seriam os responsáveis a seu ver pelo quadro de pobreza existente no país e, também, pela grave crise que assombrava o Brasil naquele período. Acusa uma minoria de brasileiros de ser responsável pela denominada espoliação do país, em favor de interesses estrangeiros.

Sendo que:

[...] Uma minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e as finanças, a grande imprensa, os controles da política até aos negócios internacionais – associou-se ao processo de espoliação de nosso povo. Esta minoria é hoje o que podemos chamar de anti-povo. Não deixam que as reformas se realizem e opõe toda a sorte de obstáculos a defesa dos interesses nacionais, porque as reformas e a libertação de nosso povo representariam o fim de seu privilégios anti-sociais e anti-nacionais. Cada dia que passa a situação fica pior para o nosso povo [...]. O anti-povo, a minoria privilegiada e dominante em crescente reação, (em defesa de seus privilégios) apertará o cerco contra o povo procurando manter o controle da situação em suas mãos.²³

Brizola elege grupos contrários à população e aos interesses da nação, não específica na cartilha nomes, mas nomeia os grandes latifundiários, os grandes empresários e a grande imprensa, acusando-os de serem egoístas e vendilhões da pátria e detentores de privilégios.

Dentre esses, os quais Brizola denomina contrários aos interesses da população subalterna, com toda certeza estaria também seus rivais políticos, a exemplo Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara, e outros membros do partido político União Democrática Nacional (UDN) e também do Partido Social Democrático (PSD), grupos que ele fazia repúdio a uma política de conciliação pretendida por Jango. Segundo Brizola, o controle desses grupos seriam obstáculos às reformas propostas pelo presidente João Goulart, e não permitiam que entrassem em vigor os interesses nacionais, pois isso significaria a libertação do povo e o fim de privilégios da elite.

Em seus discursos, Leonel Brizola clamava ao povo para se unir e colocar em prática manifestações das mais variadas expressando seu inconformismo com a situação vivenciada no país. Seria oportuno naquele momento, pôr em prática protestos por reajustes salariais, choques no campo e greves a favor de um país socialmente mais justo.

Leonel Brizola apresenta como as massas eram vistas pelos grupos conservadores:

²³ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

Para esta minoria, como ocorre já agora, os que reclamam e lutam contra este estado de causas, são agitadores, extremistas, radicais, subversivos, fidelistas, comunistas e tudo o mais que se lê e ouve diariamente. E daí caminham para o Estado de Sítio, para as pressões, para medidas policiais contra o que chamam de agitação, para as restrições das liberdades públicas e individuais, para o chamado governo forte, para o golpe e a ditadura. Dirão sempre que tudo é feito em defesa da ordem, da democracia do desenvolvimento econômico, da liberdade, da família brasileira e de nossas tradições cristã. Ordem para esta minoria é ordem dos cemitérios; democracia é o regime de minorias privilegiadas; desenvolvimento econômico é o enriquecimento dos grupos e empobrecimento do povo [...].²⁴

Na visão de Brizola, os grupos conservadores com toda a certeza reagiriam frente às manifestações populares, procurando manter o controle da população a fim de preservar sua condição e status social. O povo seria classificado por uma minoria como agitador, radical, subversivo, comunista, entre outras denominações que o colocaria em uma posição de não respeitador da ordem política e social, meramente classificado como “traidores da nação”.

Para Brizola, a qualquer manifestação advinda por parte da população poderia surgir autoridades golpistas com a finalidade de restringir as liberdades garantidas pela constituição, classificando medidas para um governo pautado em autoritarismo. Apontava Leonel Brizola que os grupos que mantêm privilégios sempre defenderiam que medidas de controle autoritário seriam necessárias à defesa da ordem, do desenvolvimento econômico e da liberdade da família brasileira.

Ao seguir verificando a cartilha, Leonel Brizola apresenta uma resposta ao que fazer com o quadro de pobreza existente no país:

[...] E o que fazer? É a pergunta que formulam, por toda a parte, milhões de brasileiros patriotas e nacionalistas. Até agora o que se tem feito é um grande esforço pela conscientização e esclarecimento dirigido a cada um dos 70 milhões de brasileiros. Milhões e milhões de brasileiros já despertaram, já adquiriram a necessária compreensão sobre as causas e as verdadeiras origens de nossos males, dos sofrimentos e injustiças que vem recaindo sobre o nosso povo. Esses milhões de homens e mulheres de todas as gerações estão por ai espalhados pelas cidades, bairros e vilas, favelas e pelo interior deste país, já conscientes e esclarecidos sobre os deveres que se impõem neste momento, a todos nós brasileiros. A quase totalidade, porém, pensa, fala ou age, apenas isoladamente. A si mesmo vive perguntando o que fazer, como e quando fazer, o que lhe cabe. Milhões de brasileiros aguardam uma orientação, uma palavra de ordem. Ressalvando o grande esforço de organização dos trabalhadores em seus sindicatos, dos estudantes e camponeses, de alguns líderes populares, intelectuais e de muitos dos nossos irmãos militares, é este o panorama geral de nosso país. Milhões e milhões de brasileiros esclarecidos e informados estão mais do que prontos para agir e fazer alguma causa, clamando por uma tomada de posição das lideranças e pela distribuição de tarefas, mas todos ou quase todos, sem qualquer articulação, imobilizados pela inexistência da organização que viria justamente dar impulso e canalizar a força invencível que representa o povo brasileiro mobilizado [...].²⁵

²⁴ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

²⁵ Arquivo Público do Estado do Paraná. Idem.

A palavra de ordem proferida por Brizola era a de organização, ou seja, os milhares de cidadãos brasileiros esclarecidos deveriam se unir em busca de um bem comum. Sendo esses brasileiros, trabalhadores, estudantes, intelectuais e também como colocou Brizola, “os irmãos militares”, responsáveis por se oporem ao que considerava espoliação nacional e defesa dos direitos democráticos.

Fica evidente que o intuito era o de reunir o maior número de pessoas em torno dos “Grupos de Onze” e realizar pressão em pró das reformas estruturais do país. Acreditava que com a aderência de um grande contingente de pessoas, a proposta dos “Grupos de Onze” poderia ter a conquista de espaço que afastaria qualquer iniciativa contrária às reformas, advindas de grupos reacionários.

Leonel Brizola tentaria mobilizar grandiosa massa populacional a somar força a outras organizações:

Através da organização de pequenas unidades, teremos como articular e reunir imensos contingentes do povo brasileiro as organizações existentes como, sejam, a FMP (Frente de Mobilização Popular), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), Sindicatos, UNE (União Nacional de Estudantes) e suas organizações, organização dos SEM TERRA, e “LIGAS CAMPONESAS” e outras organizações locais ou regionais, dentro do objetivo de consolidar e cimentar a unidade das forças populares e progressistas, de nacionalistas civis e militares [...]”²⁶.

Os “Grupos de Onze” deveriam seguir o mesmo caminho que outras organizações de movimentos sociais como a FMP, CGT, UNE, Ligas Camponesas e também grupos dos subalternos das Forças Armadas. Caminhos de uma luta nacionalista, “convocando” homens e mulheres da cidade e do campo a lutar pelas reformas de base.

Os anos que correspondem 1945 a 1964, tido como período de existência democrática no Brasil, representa um período pautado em aumento significativo quanto ao engajamento das classes mais populares dentro da política no país. Houve um aumento considerável de movimentos sociais em busca de direitos políticos e garantias sociais por todo o Brasil.

A montagem dos “Grupos de Onze” em 1963 estava atrelada às condições políticas que o país estava inserido. Sua proposta se embasava em torno de uma justiça social de maior evidência. As reformas de base apresentavam em seu conteúdo o melhor acesso das camadas subalternas aos direitos democráticos e a uma melhor distribuição da riqueza social por todo o país.

Verificando ainda as instruções de que Brizola apresentava na cartilha:

²⁶ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

Um grupo de onze companheiros pode parecer pequeno dado o grande número, os milhões e milhões de patriotas e nacionalistas existentes, em nosso País, e dispostos a cumprir as tarefas que a Pátria comum está exigindo de nós. Pode parecer pequeno, mas também pequeno é um simples tijolo. E é exatamente com pequenos tijolos reunidos, somados, interligados, cada um com sua função e adequadamente dispostos é que se fazem as construções ou se complementam os grandes edifícios de concreto armado [...]. Assim, qualquer brasileiro que tenha sua consciência de patriota queimando de inconformidade com os sofrimentos e injustiças que aí estão esmagando nosso povo, onde quer que se encontre, pode e deve tomar a iniciativa junto aos seus companheiros e amigos de sua vizinhança (em primeiro lugar), da fábrica, do escritório, da sua classe, do rincão onde vive, pelas lavouras e pelos campos, para a organização de um “Grupo dos Onze”, reunir-se e fundar a organização²⁷.

Conclamando a população a se organizar, independente de ser trabalhador urbano ou rural, pois, a união dessas pessoas poderia providenciar uma eficácia na conquista de seus direitos sociais.

Apresentou Leonel Brizola:

FINS E OBJETIVO: Atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo (luta e resistência a qualquer tentativa de golpe, venha de onde vier) pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrária e urbana, e sagrada determinação de luta pela libertação de nossa Pátria da espoliação internacional²⁸. (grifo do autor).

Na medida em que se analisa e pontua a cartilha, essa que tem como objetivo a orientação e formação dos “Grupos de Onze”, verifica-se que Brizola relata a importância de estar preparado para lutar pela liberdade democrática. Pessoas nas mais diferentes regiões do país, ao receber essas orientações tratavam de organizar uma lista, contendo 11 nomes em torno da ata pré-elaborada, que era enviada ao endereço da Rádio Mayrink Veiga. Essas pessoas viam em Brizola um homem com grande prestígio nacional; eram pessoas que estavam entusiasmadas pelo anúncio da realização das reformas.

Formando-se o grupo, outra tarefa seria ouvir sempre pela Rádio Mayrink Veiga e os pronunciamentos de Brizola, e estarem atentas às orientações. Fato considerável é que sempre eram lidas listas contendo o nome das pessoas que aderiram ao movimento “Grupos de Onze” nessa rádio, segundo Thomas E. Skidmore (2010).

Na maioria das vezes, eram pessoas simples, que ao ouvirem seus nomes pronunciados em uma rádio de cadeia nacional, por uma grande líder político da época como era Brizola, ficavam envaidecidas acreditando contribuir de forma eficaz com as reformas estruturais do Brasil.

²⁷ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

²⁸ Arquivo Público do Estado do Paraná. Idem.

Segundo observou Marli de Almeida Baldissera:

No entanto, no entendimento das camadas mais simples, não havia nada mais natural do que seguir as indicações de Brizola. Ele encarnava as aspirações de mudança que a maioria da população precisava. Era como se as pessoas entendessem que se Brizola pediu para se organizar em Grupos de Onze é porque é certo, importante e necessário. Não havia, pelo menos na grande maioria das pessoas que tomaram a iniciativa de formar os Grupos e, menos ainda por parte daquelas que assinaram as listas, um intuito de guerra revolucionária [...]. (2003, p. 66).

Muitas das pessoas que atenderam ao chamado de Brizola acreditavam simplesmente estar contribuindo para que viesse a ocorrer melhoras em suas condições sociais. A grande maioria era trabalhador rural e urbano nos grandes centros ou também no interior do país.

Conforme observou Marli de Almeida Baldissera (2003), longe da ideia de colocar em vigor uma luta mais acirrada para a conquista de direitos sociais e políticos, os trabalhadores rurais sonhavam com a terra, os trabalhadores urbanos com melhores condições de trabalho e salário, como ainda sonham.

Não obstante, ao assinarem as listas não imaginavam que após o desfecho do golpe em 1964 seus nomes constando naquelas listas seriam utilizados como prova evidenciando que eles haviam cometido um “crime” contra a ordem política e social.

O golpe civil-militar de 1964 não isentou ninguém e veio de forma a alterar a vida de muitos. O fato de pessoas organizarem listas de “Grupos de Onze” se tornou uma prévia de sua condenação, os membros dos grupos foram considerados subversivos, investigados e punidos pelo novo regime já em abril de 1964.

O golpe civil-militar causou imenso antagonismo em meio à sociedade brasileira. Enquanto muitos se manifestavam favoráveis ao que foi intitulado de “revolução democrática”, outros já eram reprimidos pelo novo governo. Enquanto “nas praças ressonavam os slogans das Marchas da família, com Deus pela liberdade, nos porões e nas salas de tortura ecoavam os sons dos gemidos e modelavam-se as máscaras dos tormentos físicos” (HELLER, 1988, p. 9).

O período de repressão propunha uma limpeza dos partidários às ideias voltadas para o fortalecimento das esquerdas, aqueles que tinham uma vida política mais atuante, foram os primeiros alvos da repressão a partir de abril de 1964. Aqui no Estado do Paraná, a “repressão atingiu centenas de pessoas, entre políticos, militares, estudantes, intelectuais e dirigentes sindicais”. (HELLER, 1988, p. 35).

Sobre as perseguições aos “Grupos de Onze”:

Desde o primeiro dia de abril de 1964 a repressão desfechada se abateu com certa predileção sobre esses grupamentos, apontado-os indiscriminadamente como comunistas e vinculados ao PCB. Nas mais provincianas cidades do interior foram presos e perseguidos cidadãos que estariam articulando a formação de Grupos de Onze e centenas de inquéritos foram instaurados pela própria polícia local, indicando esses seguidores de Brizola. Na maioria das vezes os processos contra os Grupos de Onze tinham início na justiça comum, ao nível das Comarcas, e isso explica relativamente o número reduzido de ações penais dessa natureza que alcançaram à esfera do STM. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p.112).

Esses processos fazem parte dos denominados “IPMs da Subversão”. São processos que estão dentro do contexto da operação limpeza, tendo como objetivo reprimir aquilo que foi considerado “crime” antes do golpe civil-militar²⁹.

O princípio do governo ditatorial foi retirar de circulação todos aqueles que estivessem em afinidade com o pensamento do governo deposto. Dentre esse quadro, os integrantes dos “Grupos de Onze”, estiveram presentes nos grandes centros urbanos e também nas cidades do interior do país, como é o caso das cidades de Querência do Norte e Itaguajé, que veremos dentro da sequência desse trabalho.

No caso dos “Grupos de Onze”, o fato das pessoas também prestigiarem Leonel Brizola como figura importante da política nacional, poderiam essas receber o título de “agitador comunista”, ou simplesmente “simpatizante do comunismo”, o que já poderia causar ao acusado a abertura de um inquérito policial, dentro do quadro de segurança nacional.

Com muita frequência, aparece logo no início dos processos, uma portaria assinada pelo general Estevão Taurino de Rezende, presidente da CGI, - Comissão Geral de Investigações – autorizando a abertura do IPM com base nos poderes a ele atribuído pelo Comando Supremo da Revolução, através do Ato n. 9 que foi baixado em estreita conexão com o Ato Institucional de 09 de abril de 1964 (Ato n. 1). No essencial são processos que abordam como sendo delitos, inúmeras atividades desempenhadas pelos réus em consonância com as propostas e as concepções políticas do governo derrubado, seja na esfera Federal, seja no âmbito dos Estados e Municípios. São focalizados como crimes comportamentos que, certamente, configuravam virtude e prestígio até o dia 31 de março. Afinidade com o governo João Goulart, simpatia por suas propostas, alinhamento ideológico com o espírito reformista de então, participação nas diferentes estruturas da administração pública, são transformados em crime contra a Segurança Nacional, naquela ótica costumeira dos governos ditatoriais, de fazer a lei voltar atrás, desconsiderando a completa reviravolta ocorrida no conceito de “legalidade” na ruptura de abril de 1964 (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p. 240).

No propósito de fazer a “lei voltar atrás”, o que chama a atenção é a rápida mobilização dos meios repressivos que logo após o golpe se achavam espalhados por todas as áreas do país, dos grandes centros a mais pacata cidade interiorana.

²⁹ Sobre “IPMs da Subversão”, ver: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Perfil dos Atingidos**. Petrópolis: Vozes, 1987.

Conforme analisou Jorge Ferreira, a maior consequência dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”:

Foi a de gerar o medo-pânico entre os conservadores e a direita civil-militar. Mesmo que a iniciativa de Brizola não tivesse tido tempo para prosperar, a imprensa supervalorizou o movimento, publicando notícias assustadoras sobre supostas ações – na maioria das vezes imaginadas pelos donos dos jornais – dos “comandos nacionalistas”. Comunismo e guerra revolucionária eram as imagens disseminadas. (2007, p. 556).

Dentro do pensamento das forças que faziam oposição ao governo de João Goulart e a suas propostas de reformas de base, os “Grupos de Onze Companheiros” representaram temor à ala conservadora do país, pois, para eles, os membros dos grupos não passavam de agitadores, subversivos e comunistas revolucionários.

Porém, uma observação deve ser realizada, o fato de ser nacionalista não era crime. Era ilegal naquele momento o PCB. Assim, foi direcionado aos integrantes dos “Grupos de Onze” que pretendiam disseminar uma revolução comunista no país e, foram essas notícias e acusações que circularam pelos meios de comunicação oposicionistas ao presidente João Goulart.

Na prática, os “Grupos de Onze Companheiros” não realizaram nenhuma grande ação. Contudo, esse movimento ajudou a causar grande alvoroço à ala conservadora nos momentos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, acirrando ainda mais o clima político brasileiro.

3.2 O norte paranaense

Sobre o norte paranaense, em primeiro momento é necessário observar que a colonização da região está dentro de uma conjuntura que deve ser relacionada a um processo de (re)ocupação, pois antes da colonização recente iniciada no século XX, deve-se levar em consideração a presença de outros povos, os quais em períodos anteriores habitaram essa região do Estado.

É importante conferir que parte da história oficial apresentada sobre o processo de colonização do norte paranaense tende a descaracterizar a existência de povos indígenas e caboclos em períodos anteriores (NOELLI & MOTTA, 1999).

Esse é um cuidado necessário, pois existe a apresentação de trabalhos que tendem a caracterizar a história oficial a qual “não considera que a região já estava ocupada e que só

se efetiva quando a “cultura ocidental cristã” ocupa determinado território” (TOMAZI, 1999, p. 54).

Sendo necessário verificar que:

[...] o processo de colonização da região [...] dirigido pelo Estado e empreendido por companhias particulares, deve ser compreendido como um processo de (re)ocupação, pois quando o Estado e as companhias colonizadoras decidiram povoar a região a partir da década de 1920, ela já era ocupada por populações indígenas e caboclas; mas para legitimar a posse das mesmas os colonizadores procuravam divulgar em seus documentos oficiais a história de uma ocupação pioneira. (MOTA apud ROMPATTO, 2012, p. 36).

É interessante pontuar a existência de um processo sendo que o pioneiro do século XX nessa região não seria o pioneiro da ocupação, mas sim pioneiro do processo de (re)ocupação do norte paranaense.

Muitas vezes é possível perceber que um dos intuitos que segue por parte da história oficial seria o de ofuscar ou mesmo retirar de cena um processo marcado por intensa violência na colonização da região. Violência essa que na tentativa de obtenção pela posse da terra a qualquer custo por parte de empresas colonizadoras no norte paranaense não respeitou as populações que já habitavam essa área do Estado.

Outro ponto importante a ser observado sobre o processo de colonização da região está relacionado à forma de obtenção da terra pela qual foi adquirida a permissão para o processo que deu origem à colonização do norte do Paraná. Grandiosas glebas territoriais eram distribuídas a empresas privadas como forma de pagamento, por algum tipo de serviço prestado ao Estado.

Segundo Ângelo Priori:

[...] o Estado poderia alienar suas terras, na extensão de seu domínios, para aqueles que se propusessem, pelo trabalho, torná-las úteis ou então, fazer algum serviço que viesse beneficiar a comunidade. Foi nesse sentido que o Estado, sem muitos recursos financeiros, repassou grandes quantidades de terras a empresas privadas. (2011, p. 22).

Com essa forma de concessão realizada pelo Estado não demorou muito até surgirem disputas pela posse de terras, que dificilmente não entravam em processos de litígios e, por muitas vezes, terminaram não só no norte paranaense como em tantas outras áreas do Estado com conflitos armados, os quais foram responsáveis por inúmeros casos de violência seguida de morte.

Somando esse fato de concessão de terras no processo de colonização e ocupação do interior do Estado é preciso lembrar também do famoso programa “marcha para o oeste”

desenvolvido pelo presidente Getúlio Vargas a partir do início da década de 1930, programa no qual o presidente Vargas objetivou que “o Brasil criará, pela primeira vez, a possibilidade de efetivar um reordenamento agrário” (PRIORI, 2011, p. 12).

É necessário sempre lembrar que:

A questão das terras no Paraná, e mais especificamente na região norte, desde o século passado, sempre esteve eivada de problemas vinculados à posse/propriedade efetiva da terra. Nesse período, existiam milhares de posseiros com suas roças e ranchos, os quais lutaram pelo domínio pleno da terra que ocupavam desde há anos, contra terceiros, geralmente pessoas e famílias ricas que viviam nas cidades e que se utilizavam dos mais variados expedientes (inclusive a ‘grilagem’ de terras, bem como pistoleiros e “jagunços”) para manter seus domínios. (TOMAZI, 1999, p. 66-67).

Na disputa pela posse da terra tornou-se comum a utilização dos temíveis jagunços, pistoleiros, que exerciam a função de “limpar” os territórios dos indesejados posseiros que tentavam apenas tocar suas vidas, juntamente com a vida de suas famílias na tentativa de sobreviver.

Percebe-se que grandes foram os problemas que se vinculam ao conhecido termo “grilagem”, quadro esse que seguiu deixando pelo caminho numerável quantidade de vítimas.

Segundo Hortência D. Scaliante:

[...] com o avanço da frente de expansão e o processo de ocupação de terras novas em regiões do Paraná [...] configuraram também novas áreas de conflitos fundiários, aparecendo como uma “versão moderna da Conquista” expulsando aqueles que não possuíam o documento de posse das terras que habitavam, muitas vezes a mais de uma geração. (2012, p. 90).

Com o passar dos anos da colonização dentro do processo de (re)ocupação, tornou-se evidente verificar a existência de processos em disputas pela posse das terras, dentro de conflitos violentos. Um dos exemplos clássicos existente no norte paranaense foi o caso da denominada “Guerra de Porecatu”³⁰.

A terra da promessa do norte paranaense da primeira metade do século XX despertou o interesse e passou a existir dentro de um complexo panorama marcado por brutalidade nas relações pela posse da terra.

Segundo análise de Nelson Tomazi:

[...] o que se pretende mostrar com essa fantasmagoria é que há uma especificidade no processo de (re)ocupação, que é falado apenas como “ocupação”. Essa especificidade foi designada inicialmente tendo por base a “Floresta Exuberante”, a

³⁰ Sobre esse conflito, ver: PRIORI, Ângelo. **O Levante dos Posseiros: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo.** Maringá: Eduem, 2011.

fertilidade da terra , bem como a presença da terra roxa, sendo designada como “Terra da promessa” o “Novo Eldorado”, a “Nova Canaã”..., expressões que estarão presentes nas diversas narrativas desde o início deste século até os dias de hoje. (1999, p. 64).

Por meio de propagandas, as empresas colonizadoras instauraram a necessidade de apresentar um local exuberante, dotado de grandes oportunidades, sem nenhum tipo de conflito para uma clientela que estivesse disposta a abrir caminhos, cultivar lavouras e contribuir para com o desenvolvimento da região.

As companhias colonizadoras não poderiam em hipótese alguma deixar perceber aos seus clientes que poderia existir algum importuno, conflito, desconfiança nessas novas “terras da promessa” ou “novo el dourado” conforme apresentou Nelson Tomazi (1999).

Um ponto que merece atenção, segundo a análise de José Henrique Rollo Gonçalves (1999), parte da memória oficial tentar fazer do processo de (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná, um local onde existiu uma espécie de divisão social da terra, ou reforma agrária, pautada nas mais diversas condições de justiça existente.

Enfatiza Gonçalves (1999) que as companhias por meio de propagandas, que por muito tempo serviu como fonte e base para a produção da história do ponto de vista oficial, procuraram apresentar teses que escondeu por detrás das propagandas uma realidade conflituosa existente na região.

Vale ressaltar que, naquele período, mediante a essas propagandas realizadas pelas companhias colonizadoras, a região Norte do Estado do Paraná transformou-se em um grande atrativo, sobretudo para a produção cafeeira. As propagandas enfatizavam a existência de um solo fértil e outros atrativos que se relacionavam a um clima agradável no norte paranaense, pronto para a exploração, “uma região determinada à prosperidade”.

Segundo Cássio A. S. Guilherme (2011) e Maurílio Rompato (2012), filmes eram realizados em formato de propaganda e rodados nas salas de cinema de várias regiões do Brasil, com a finalidade de divulgar as terras que as companhias colonizadoras queriam vender, e assim reunir pessoas que estivessem dispostas a fazer parte do processo de colonização dessa região do Estado.

Com o correr dos anos, a região Norte do Estado do Paraná chamou a atenção de grande quantidade de pessoas no período que corresponde o final da Segunda Guerra Mundial e as décadas seguintes. Período que essa região transformou-se em importante centro produtor da cultura do café no Brasil.

Segundo Ângelo Priori:

[...] após a Segunda Guerra Mundial, o centro dinâmico do café no Brasil deslocou-se do Estado de São Paulo para o Estado do Paraná. Esse movimento proporcionou um grande impulso na expansão da fronteira agrícola até o limite da ocupação total das terras disponíveis para o café. (2012, p. 105).

É notável perceber que grandioso número de pequenas cidades passou pelo processo de emancipação política a partir desse período em todo norte do Estado, pois o atrativo de alcançar uma boa condição econômica atingiu expressiva quantidade de famílias das mais variadas regiões do país, que passaram a migrar para o norte paranaense.

Conforme Cássio A. S. Guilherme:

[...] nas décadas de 1950-1960, à região acorriam milhares de pessoas em busca do sonho de ficar ricas com o plantio de café, sonho comum tanto aos proprietários rurais como para os trabalhadores braçais (meeiros, parceiros ou peões assalariados), ou seja, havia o processo de (re)ocupação das terras e expansão da fronteira agrícola com rápido crescimento demográfico [...]. (2012, p. 70).

Existiu um mesmo propósito entre proprietários e também trabalhadores, os objetivos se relacionavam com o sonho de acumular riquezas e possibilitar as suas famílias melhores condições de vida e prosperidade.

Entretanto, além dos episódios marcados por violência em relação à posse da terra, é oportuno verificar também que a região Norte do Paraná foi tomada por outras questões que não se separam de problemas ocorridos nas áreas rurais, pois os problemas não se apresentaram apenas sobre as questões de litígios pela posse da terra, mas, também, ao fato de existir grande quantidade de trabalhadores rurais submetidos a processos de exploração, que com o passar dos anos começaram a se organizar. Esta organização objetivava a finalidade de conquistar direitos sociais e melhores condições de trabalho nas lavouras existentes do norte paranaense.

Com o passar do tempo, foram surgindo na região organizações de trabalhadores, assim, nota-se que:

No Paraná do século XX, as décadas de 1950 e 1960 foram intensas para os movimentos sociais. [...]. Um desses movimentos surgiu no campo, na forma de organização de sindicatos de trabalhadores rurais. [...]. O surgimento de órgão de representação no Norte do Paraná antecipou-se, entre os trabalhadores rurais, uma ampla discussão acerca das condições de vida e de trabalho. Os baixos salários e as constantes privações que eram submetidos acabaram possibilitando aos trabalhadores uma identidade de interesses que até então não se faziam presente. (PRIORI et al. 2012, p. 160-161).

Dentre esse contexto, a região Norte do Estado do Paraná passou a ser significativa nos fatos que relacionava as lutas sociais. A organização dos trabalhadores procurava buscar

uma identidade, o que despertava o interesse de grupos antagônicos possibilitando a emergência de conflitos entre a classe trabalhadora e a classe de proprietários. Esse é um fato não exclusivo da região Norte paranaense, contudo, é de grande valia citá-lo para demonstrar que essa região não esteve isolada dos problemas sociais e políticos existentes no país.

Um episódio que merece destaque nessa linha de análise se relaciona à formação e desenvolvimento das relações entre trabalhadores e patrões existentes, que possibilita observar o fortalecimento de disputas políticas e sociais vivenciadas na região.

É oportuno citar um fato ocorrido na cidade de Maringá no ano de 1961. Fato marcado entre o lançamento da Frente Agrária Paranaense (FAP), uma organização pertencente à Igreja Católica que procurava organizar a classe trabalhadora rural e ao mesmo tempo combater às influências comunistas. Em linha oposta à realização do II Congresso de Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, vinculado aos movimentos sociais do campo.

Foi um episódio que lados buscavam áreas de influência em meio aos trabalhadores pertencentes não só à região Norte do Paraná, mas, também, a outras regiões do Estado, esse momento foi marcado por grandes divergências ideológicas, existindo ali o acirramento dos ânimos por parte de ambos os lados³¹.

É necessário levar em conta também nesse período a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural e a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que foi organizada durante o governo de João Goulart. Jango propunha a finalidade de amparar os trabalhadores rurais, o que despertou ao mesmo tempo um clima de repúdio por parte dos empregadores a política proposta por Jango.

Vale observar que

[...] a maioria dos sindicatos de trabalhadores reconhecidos no Norte do Paraná nos anos de 1962 e 1963 eram influenciados pelo PCB ou pelos populistas. Não é por menos que a Frente Agrária Paranaense, apoiada pelos empregadores rurais, desenvolvia uma política de hostilidade contra o Governo João Goulart e seu Ministério do Trabalho. (PRIORI et al, 2012, p. 161).

Dentre a política pretendida por Goulart, é adequado levar em consideração que as ideias pautadas no nacional reformismo se fizeram presentes na região do Norte paranaense, por meio das reformas de base. E em meio a essas ideias apresentaram-se talvez as mais

³¹ Sobre esse episódio ocorrido na cidade de Maringá no ano de 1961, que teve como fato principal a disputa entre a organização de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e a Igreja Católica, ver: PRIORI, Ângelo. Lutas Sociais e Conflito Político: alguns temas da história de Maringá (o II Congresso de Trabalhadores Rurais e a formação da Frente Agrária Paranaense). In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

significativas para a região, ou seja, à reforma agrária e a luta por melhores garantias trabalhistas. Essa situação oportunizou que essa região do Paraná estivesse marcada por disputas sociais e políticas.

Dessa maneira, nos antecedentes do golpe civil-militar de 1964, pessoas ouvindo o chamado de Leonel Brizola para apoiar as reformas de base propostas por Jango, também se organizaram em “Grupos de Onze Companheiros” no norte paranaense. Essas pessoas apresentaram simpatia às ideias voltadas a uma política reformista e tornaram-se alvos da repressão no período pós-golpe. São esses fatos que veremos na sequência, com indivíduos que aderiram ao movimento brizolista “Grupos de Onze” nas cidades de Querência do Norte e Itaguajé.

3.3 O “Grupo” em Querência do Norte

O município de Querência do Norte teve sua emancipação política na década de 1950, esse município se insere no contexto do processo de re(ocupação) existente no norte paranaense, local que despertou o interesse de muitas famílias que migraram para a região no intuito de desbravarem a terra e conseguirem riquezas advindas com a cultura do café.

A economia do município é predominante agrícola e os solos do mesmo apresentam boa produtividade para as mais diversas culturas. O começo de sua colonização ocorreu na década de 50, promovido pela empresa Brasil Paraná, que definiu o traçado urbano da sede do Município de Querência do Norte, após três anos em 1953, já chegavam os primeiros colonos vindos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Região Nordeste. Criado através da Lei Estadual n. 253, de 26 de Novembro de 1954, foi instalado oficialmente em 05 de Dezembro de 1955, sendo assim desmembrado de Paranavaí.³²

No Estado do Paraná a lei estadual n. 253 de 26 de novembro de 1954, possibilitou a emancipação política de vários municípios, dentre eles o município de Querência do Norte, cuja localização encontra-se na divisa do Estado do Paraná como o Estado de Mato Grosso do Sul. Hoje essa região é denominada de extremo noroeste do Paraná, o município é banhado pelo rio Paraná e também pelo rio Ivaí.

Observou Maurílio Rompatto (2012) que o município de Querência do Norte pertencia juntamente com outros municípios da região, a colônia Paranavaí³³. Apesar disso,

³² Breve histórico sobre a organização e formação política do município de Querência do Norte, a base de dados para essa consulta encontra-se disponível em: <http://www.querenciadonorte.pr.gov.br/> acesso: 10/03/2014.

³³ Sobre a colônia Paranavaí, ver: MARCELO, Paulo. **História de Paranavaí**. Paranavaí, 1988.

Querência do Norte foi colonizada por uma empresa privada, denominada Brasil Paraná Loteamento S.A. propriedade de Carlos Antônio Franchello.

Segundo Adélia Aparecida de Souza Haracenko (2002), a empresa Brasil Paraná Loteamentos S.A. mantinha seu escritório instalado na cidade de Londrina, desenvolvendo propagandas sobre prosperidade que poderia ser alcançada na região que compõem o município de Querência do Norte.

Para praticar a colonização da faixa territorial que detinha a concessão em Querência do Norte, a empresa Brasil Paraná, contava com uma estrutura composta de corretores e veículos para apresentarem os lotes territoriais aos compradores interessados em ingressar no cultivo do café³⁴.

Segundo nos apresenta Haracenko:

O município de Querência do Norte, que a partir de 1950 começa a ser colonizado pela Brasil-Paraná, de propriedade de Carlos Antonio Franchello e sócios, responsável pelo loteamento de parte do município, porque a outra parte era grandes latifúndios de propriedade duvidosa e conflituosa, sendo na maioria terras de concessão. (2002, p. 32).

Verificou-se que nesse período no Estado do Paraná ocorreram “doações de grandes extensões feitas pelo governador Moises Lupion a seus amigos” (HARACENKO, 2002, p. 30). Esse foi um período marcado por grandes conflitos envolvendo grilos de terras e violência no campo. O caso ocorrido em Querência do Norte ajuda a retratar o processo de concessão de terras no Estado do Paraná.

Contudo, o restante da faixa territorial que compõem o município de Querência do Norte ficou sobre os cuidados da companhia colonizadora de terras Brasil Paraná Loteamento S.A., que realizou propagandas e despertou o interesse de diversas famílias que pretendiam migrar para a região, atraídas pela riqueza que a cafeicultura poderia oportunizar.

Ainda segundo a análise de Haracenko

Na fase de colonização dois personagens estiveram envolvidos no processo de ocupação e exploração nas das terras em Querência do Norte: o migrante gaúcho e catarinense, e o migrante nordestino. A diferença, no entanto, é que enquanto o gaúcho e o catarinense chegavam na expectativa de conquistar o acesso a terra, na condição de proprietário, o nordestino visava mais o mercado de trabalho procurando emprego junto ao proprietário sulista. (2002, p. 83).

³⁴ Sobre o processo de propaganda e colonização realizado pela Companhia Brasil Paraná Loteamento S.A., ver: HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **Querência do Norte: Uma Experiência de colonização e reforma agrária no Paraná**. Maringá: Editora Massoni, 2002.

Nesse contexto, verifica-se a existência de não apenas uma frente pioneira no processo de “re(ocupação)” nessa localidade, mas é apresentado pelo menos duas frentes. Pessoas vindas da região Sul do Brasil, ou seja, vindos dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tendo em vista o Paraná também pertencer à região Sul e também à frente migratória vinda da região Nordeste.

É possível verificar uma tendência preferencial ao migrante sulista no processo de compra dos lotes na colonização dessa localidade. Deste modo, “ao comentar sobre o processo migratório para o município de Querência do Norte, cujo nome já deixava clara a intenção da preferência pela migração sulina” (GUILHERME, 2012, p. 35), percebendo que a palavra “querência”, que intitula o município, faz saudação aos migrantes sulistas.

Ao ressaltar também a existência de outra frente formada por pessoas vindas da região do Nordeste brasileiro, sendo que a maior parte dos integrantes dessa frente migrou para trabalhar como mão de obra (HARACENKO, 2012).

Entretanto, apesar de existir o sonho das famílias conquistarem um lote de terras a fim de alcançar melhores condições de vida, esse poderia ser um objetivo muitas vezes não conquistado. Porém, o fato de ocorrer à realização do sonho de adquirir sim ou não um pedaço de terra, não se relacionava à região de origem do migrante. Sendo possível também destacar que migrantes da região Sudeste contribuíram para a formação dos pequenos núcleos no processo de “re(ocupação)” dessa região do Paraná.

O município de Querência do Norte foi formado em torno da produção agrícola, no caso dessa localidade, principalmente, no período de colonização do município em torno da cultura cafeeira, sendo que diversas contradições marcaram o cotidiano dessas pessoas.

Uma contradição em especial merece destaque, a que se pautava nas relações de trabalho existentes entre proprietários e não proprietários. O trabalhador da terra e sua família eram submetidos a duras condições de trabalho e privações de direitos sociais³⁵. Ressaltando que nos anos finais da década de 1950 e primeiros anos da década de 1960, os trabalhadores rurais tentavam se organizar em virtude de conquistar melhores condições de trabalho, salários, reconhecimento de sindicatos rurais e da reforma agrária.

Não obstante, essas articulações de lutas sociais foram suprimidas pelo golpe de 1964. Observa-se que em Querência do Norte também houve a organização dos trabalhadores

³⁵ Sobre as condições de trabalho e a contrariedade a qual o trabalhador rural era submetido, vale verificar o trabalho de: PRIORI, Ângelo. **O protesto do trabalho**: a história das lutas sociais dos trabalhadores rurais no Paraná: 1954-1964. Maringá: Eduem, 1996.

rurais por meio de um sindicato rural e dessa organização sindical ocorreu a formação do “Grupo de Onze Companheiros” no município.

Conforme observado anteriormente, os “Grupos de Onze” tinham por foco o apoio às reformas de base, e também o intuito de reivindicar o fortalecimento de amparo legal aos trabalhadores. Nesse contexto, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Querência do Norte, nos anos de 1963 e 1964, foi o ambiente propício para se organizar o movimento “Grupos de Onze”.

Com a finalidade de melhor compreensão desse episódio, torna-se oportuno conferir um Inquérito Policial Militar (IPM) que retrata a repressão sofrida pelos integrantes do “Grupo de Onze” em Querência do Norte.

Levando em consideração que esse formato de processo seguiu a linha da repressão apresentada pela “operação limpeza”, que desenvolveu o intuito de retirar de circulação qualquer cidadão que no período anterior ao golpe manifestou-se favorável aos projetos de reformas estruturais do país, ou mesmo tivesse expressado com maior fervor reivindicações de cunho social.

Esse IPM nos oportuniza analisar a montagem do processo na esfera da comarca local, e sua progressão para a Justiça Militar. Observaremos as acusações dos agentes do Estado contra os integrantes do “Grupo de Onze Companheiros” em Querência do Norte, juntamente com os depoimentos dos acusados e testemunhas no processo, até a sentença proferida pelos juízes militares.

Essa análise permite interpretações de fatos que marcam a formação de movimentos sociais antes da deposição do presidente João Goulart até o processo repressivo utilizado pelo Estado na desarticulação desses movimentos. Possibilitando verificar quais foram os “atos” e o que foi considerado “crime” realizado pelo “Grupo de Onze” formado no município de Querência do Norte, fato esse que possibilitou a abertura de um IPM.

O processo se iniciou em 25 de abril de 1964, isto é, poucos dias após a deposição do presidente João Goulart. Foi elaborada uma portaria de abertura de um IPM local pelo delegado de polícia da cidade de Querência do Norte, o major Plínio Walger.

O delegado apresentou que “tendo em vista ter existido neste município um sindicato de trabalhadores rurais, que como tantos outros no país, transpiravam ter relações com ideologia comunista” e por meio desse sindicato foi organizado o movimento “Grupo de Onze” ou “Comando Nacionalista” na cidade de Querência do Norte, e a partir desses indícios

tornou-se necessário proceder a averiguação dos envolvidos com o sindicato, existindo a finalidade de apurar os fatos que atentaram contra a “ordem e a política social” do país³⁶.

Juntamente com essa portaria, o delegado major Plínio Walger emitiu um radiograma com o intento de localizar e prender para interrogatório o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Querência do Norte. O presidente do dito sindicato era o senhor Prudêncio Balbino da Costa, que juntamente com o senhor Noé Brandoni, dirigia o sindicato em Querência.

Na montagem do inquérito, o delegado inicia a convocação de testemunhas e de acusados que em Querência do Norte tiveram participação na formação do “Grupo de Onze”, ou em outras atividades vinculadas ao sindicato rural. Convocou também pessoas que apresentaram informações a respeito do sindicato e de seus dirigentes, como foi o caso das testemunhas utilizadas nos depoimentos de acusação na elaboração do processo.

Nessa conjunção, no dia 26 de abril de 1964, o major Plínio Walger convocou a depor duas testemunhas, sendo a primeira o senhor João César Bonfim, brasileiro, casado, na época com 59 anos de idade, natural de Livramento - Estado da Bahia. O senhor João César Bonfim estava exercendo no período a função de administrador na fazenda Rio Novo, localizada no município de Querência do Norte, conforme informações contidas no processo.

João César Bonfim declarou ao delegado que:

Prudêncio Balbino da Costa era presidente do sindicato, criando por várias vezes problemas entre patrões e empregados, incitando os colonos a não respeitarem os acordos, e provocando um clima de ódio dos lavradores para com os proprietários ou administradores; que além de Prudêncio haviam outros nomes que colaboravam na agitação [...] que a interferência do Senhor Prudêncio pode ser perfeitamente comprovada [...] que ex-colono da Fazenda Rio Novo, foram convidados por Prudêncio Balbino da Costa, para em companhia de outros companheiros, para assaltarem e roubarem o comércio [...] que diante dos acontecimentos o depoente trouxe os fatos as autoridades [...].³⁷

A segunda testemunha a prestar depoimento na delegacia de Querência do Norte ao delegado major Plínio Walger foi o senhor José Nehme, que era de naturalidade libanesa, casado, comerciante, no período com 38 anos de idade.

O senhor José Nehme declarou que

[...] tendo ciência do movimento revolucionário, no qual as Forças Armadas e governadores democráticos lideraram o movimento de deposição do Governo de Jango que estava implantando o comunismo no Brasil, e sabendo diante mão que Prudêncio era um dos que acompanhavam e apoiava a política perigosa de Jango, [...] que ouviu rumores de que Prudêncio ordenara a lavradores, incitando-os a

³⁶ AEL-ARQUIVO EDGAR LEUENROTH, Projeto “Brasil: Nunca Mais” (BNM): Processo nº 292.

³⁷ AEL. BMN. Processo nº 292.

invadirem e assaltarem o comércio, não podendo precisar o dia, presumindo que foi ainda no mês de março; perguntado sobre qual a pessoa que lhe trouxe ao conhecimento sobre os rumores, o mesmo respondeu que não sabia, porém eram os boatos que corria na cidade. [...].³⁸

Mediante a essas informações, o delegado de Querência do Norte, major Plínio Walger, determina que a polícia militar no dia 28 de abril de 1964, dirija-se ao Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Querência do Norte, com a finalidade de realizar busca de “material que contenha ideologia comunista ou subversiva, ou ainda quaisquer armas e munições”³⁹.

Na busca realizada na sede do sindicato foram apreendidos alguns itens, sendo realizado um termo de apreensão, apresentando existir na sede do sindicato o seguinte material:

[...] um ofício nº 8/63 do sindicato da lavoura de Loanda, [...] comunicando a remessa de 50 exemplares do Jornal Terra Livre (jornal de linha perigosa). [...] uma copia de documento contendo quatro folhas dirigidas ao Deputado Leonel Brizola [...] solidarizando-se ao “Movimento Nacionalista” [...] uma copia de carta dirigida ao então Presidente João Goulart solidarizando-se ao comício de 13/3/1.964 assinada por Prudêncio Balbino da Costa e Noé Brandoni pelo P.T.B., com as palavras finas “CONSTITUINTE COM JANGO PARA AS REFORMAS DO PAIZ” [...].⁴⁰

Esses documentos foram utilizados como provas na acusação dos dirigentes do sindicato rural de Querência do Norte. O relatório de Inquérito elaborado pela polícia militar, não apresentou existir nenhuma arma ou munição na sede do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Querência do Norte.

Porém, um dia antes, ou seja, no dia 27 de abril de 1964, o senhor Prudêncio Balbino da Costa foi detido na cidade de Paranavaí, local em que residia um de seus filhos, e foi conduzido até a cidade de Querência do Norte com a finalidade de ser interrogado pelo delegado Plínio Walger sob a acusação que lhe foi feita pelas testemunhas do processo: o senhor João César Bonfim e o senhor José Nehme, sobre os fatos de assalto ao comércio local por lavradores que residiam em fazendas localizadas em Querência do Norte, no período próximo da deposição do presidente João Goulart.

No período, Prudêncio Balbino da Costa estava com 63 anos de idade, era casado, natural de São José do Rio Preto - Estado São Paulo, e exercia a profissão de lavrador e também trabalhava em uma marcenaria em Querência do Norte, conforme consta no processo.

³⁸ AEL. BMN. Processo nº 292.

³⁹ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁴⁰ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 855.105, Caixa 105 – Relatório de Diligências – AG. Raimundo Sales (Maringá e Adjacentes)

No momento detido foi conduzido à cidade de Querência do Norte, declarou em depoimento que:

[...] no ano de 1962 começou a se interessar pela coletividade, ingressando praticamente na vida política, no mesmo ano idealizou e esboçou a Associação Rural de Querência do Norte, a qual, porém não possuía caráter oficial, [...] que em março de 1963, ficou fundada a União Geral dos Trabalhadores de Querência do Norte, [...] que no final de 1963 a União Geral dos Trabalhadores de Querência do Norte, foi transformada em Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Querência do Norte; que o senhor Noé Brandoni na qualidade de vice-presidente do Sindicato era pessoa bastante esclarecida, pois o sindicato ao convidá-lo já sabia que o mesmo havia o curso de contador, além de ser financista [...] que desde dezembro [...] recebe exemplares de “TERRA LIVRE” os quais eram remetidos pelo Presidente do sindicato de Paranavaí, [...] que conversando com um alfaiate desta cidade por nome Gerson, o mesmo perguntou ao declarante porque não fundava em Querência o chamado “GRUPO DE ONZE”, pois aquele houvera pela Rádio Mayrink Veiga as bases de formação do grupo achando-as interessante; que o indiciado achou boa a ideia, mas como não tinha qualidades para organizá-la procurou o orientador técnico do sindicato, o senhor Noé Brandoni o qual elaborou as diretrizes municipais do comando nacionalista “Grupo dos Onze” [...] que o indiciado não sabia realmente os propósitos do Grupo dos Onze, porém como ouviu dizer que era um movimento nacionalista e baseado na Carta de Getúlio Vargas simpatizou-se com o mesmo, não sabendo ao certo seu inteiro teor, que o indiciado jamais recebeu alguma instrução a subversão ou revolução, nem jamais ouviu falar em movimentos armados, [...] que o indiciado por ocasião no dia 1º de abril, estava em Querência do Norte, porém não se manifestou, [...] porquanto tinha sido distribuído nos últimos dias de março um convite para o dia cinco de abril, para uma explanação do Estatuto do Trabalhador Rural, [...] que o indiciado confessa fazer acordos entre patrões ou administradores e empregados da lavoura, [...] que no dia seis do corrente o indiciado saiu de Querência do Norte com destino a Paranavaí, ali permanecendo até o dia vinte e sete quando foi detido; que assim o fez porque temia sofrer alguma violência por parte de algum fazendeiro.⁴¹ (grifo do autor).

No depoimento de Prudêncio Balbino da Costa são apresentados alguns pontos importantes sobre a formação do “Grupo de Onze” em Querência do Norte. Primeiro, que ele simpatizou com a formação do grupo devido acreditar ter suas bases na carta testamento de Vargas. Percebe-se que a figura de Getúlio ainda era bem presente na vida dos brasileiros mesmo após quase dez anos de sua morte, e Brizola se utilizou dela para a organização do movimento.

Relatou o depoente que acreditava ser algo bom para a cidade, sobretudo para os lavradores, tendo em vista que a formação do “Grupo de Onze” em Querência do Norte foi organizada a partir das bases do Sindicato de Trabalhadores Rurais, e um dos principais pensamentos para os integrantes do grupo era o ideal de reforma agrária e a ampliação de direitos sociais a esses trabalhadores.

É possível perceber que quanto ao fato das testemunhas apresentarem em seus depoimentos acusações sobre um assalto ao comércio, o senhor Prudêncio rebate as acusações

⁴¹ AEL. BMN. Processo nº 292.

dizendo ser um convite apenas para uma explanação sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, a ser realizada no dia 05 de abril de 1964.

Entretanto, com a derrubada do governo Jango, preferiu se afastar de Querência do Norte, “que assim o fez porque temia sofrer alguma violência por parte de algum fazendeiro”, pois, com certeza, a atuação do sindicato frente aos trabalhadores poderia estar provocando incômodo aos proprietários rurais.

Na sequência do processo, no dia 29 de abril de 1964, o delegado Plínio Walger determinou que fosse procedida uma busca na casa de Noé Brandoni, o outro dirigente do sindicato, cuja finalidade dessa busca seria a de localizar algum tipo de material de cunho subversivo ou ideologia comunista.

Neste mesmo dia, Noé Brandoni foi detido e conduzido à delegacia de Querência do Norte, foi apresentado segundo a ficha de qualificação que o indiciado “se encontra com fundadas suspeitas por ideologia comunista [...] e em seguida seja indiciado, ouvido e qualificado na forma da lei”⁴².

Na casa de Noé Brandoni, a polícia militar apresentou vários itens encontrados, conforme relatório da delegacia de polícia de Querência de Norte. Sendo fotografias do indiciado com políticos, cartas e livros de diversos autores, material composto por diversos temas sobre o universo da política.

Segue parte do relatório que apresentou material considerado “subversivo” existente na casa de Noé Brandoni:

[...] cinco fotografias tamanho (5X6), contendo grupo de pessoas que figuram juntos o indiciado na companhia do líder comunista “Luis Carlos Prestes”, tiradas em 1.961, segundo anotações do próprio indiciado. [...] uma copia de carta endereçada a Fidel Castro – Chefe da Revolução – Havana em duas folhas pelo indiciado; [...] uma carta de La Republica de Cuba, Poder Ejecutivo Oficinas del Primer Ministro, assinada por Juan A. Orta, Director General – Jefe de Despacho endereçada ao indiciado [...] reiterando agradecimentos; [...] um livro de N. Bukharin ABC do Comunismo, edições elipse; [...] um livro Marx e Engels – obras escolhidas, pela editora vitória [...].⁴³ (grifo do autor).

Todo o material apreendido na casa de Noé Brandoni foi utilizado como prova nas acusações por ele sofrida frente à justiça militar, cuja principal acusação do indiciado foi de ser “comunista”.

Conforme consta em sua ficha de qualificação contida no processo, neste período, senhor Noé Brandoni estava com 42 anos de idade, era solteiro, natural de Santa Maria -

⁴² AEL. BNM. Processo nº 292.

⁴³ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 855.105, Caixa 105 – Relatório de Diligências – AG. Raimundo Sales (Maringá e Adjacentes)

Estado do Rio Grande do Sul, chegou a Querência do Norte em 1952, tornando-se proprietário de um sítio onde trabalhava com a lavoura de café.

Noé Brandoni tinha formação de contabilista e era militante político do PTB desde os tempos que vivia no Estado do Rio Grande do Sul, e mantinha uma vida atuante dentro da militância política preservando contato com Leonel Brizola e outras lideranças do PTB, conforme consta em seu próprio depoimento.

Declarou o senhor Noé Brandoni que

[...] estuda política em jornais desde 1929, a pedido de seu pai que não sabia ler; que estuda política em livros desde 1943, quando quis classificar fascismo e comunismo, coisa que até hoje faz, que daquela época para cá estuda ainda os demais sistemas políticos do mundo, procurando entender os tipos de estados e o porquê da inquietação da humanidade; [...] em março de 1963, compareceu a uma reunião em Querência, na qual foi instituída a Associação Geral dos Trabalhadores de Querência do Norte, não obstante, [...] teve a honra de ser eleito vice-presidente. [...] respondendo as perguntas feitas pela autoridade, o indiciado respondeu que: realmente constituiu o chamado “Grupo dos Onze”, isto é, diz o indiciado que apenas redigiu os termos, sendo a pedido do senhor Prudêncio, e orientado no Jornal “Panfleto” e mais uma palestra radiofônica que escutou na Rádio Mayrink Veiga em novembro, digo outubro próximo findo; que a relação dos nomes que constituíram o “Grupo dos Onze” foi elaborada pelo senhor Prudêncio Balbino da Costa, Presidente do Sindicato; que o indiciado não concorda que o chamem de comunista, nem tão pouco que esteja comprometido em qualquer esquema comunista; que sabendo que o chamam de comunista, ele ouvindo o sermão do Vigário dentro da Paróquia local em dias de setembro do ano próximo findo, do qual o vigário hostilizava o Sindicato chamando-os de comunistas, aos seus promotores o indiciado tomou a palavra para rebater as acusações do Senhor Vigário, dizendo que era membro do sindicato, no qual colaborava, não era comunista e não sabia da existência de algum comunista, fazendo ver o vigário às finalidades do sindicato, segundo o sindicalismo brasileiro, que o senhor vigário, enfraqueceu-se na argumentação e levou a discussão para falso argumento; que o falso argumento do vigário foi: o sindicato é de católico perguntou o padre? E que o indiciado respondeu: não...o sindicato é de lavradores brasileiros; então tornou o padre: logo o senhor mesmo está dizendo que o sindicato não é católico; portanto é comunista, ao que os restantes irromperam com salva de palmas; que o indiciado não gosta de vir a Querência porque é chamado de comunista, que o povo de Querência assim o entende porque o indiciado ao fazer suas orações políticas o faz num certo conteúdo ideológico programático que denomina trabalhismo diferenciado do que chamam comunismo, pois que o trabalhismo salvaguarda a iniciativa privada e o capital; o Estado garante lucros ao capital patronal e impõe deveres sociais a empresa, o que tem franco apoio nas encíclicas, principalmente Rerum Novarum, Mater et Magistra e Pascis in terris; o trabalhismo no entender do indiciado é uma doutrina reformista da nação, sem suprimir as liberdades públicas, como o voto. [...]⁴⁴

Na ficha de qualificação do senhor Noé Brandoni, o delegado apresentou que o motivo de sua detenção era: “Ideologia Comunista – Suspeita”⁴⁵.

Um fato interessante a ser observado no depoimento do senhor Noé Brandoni seria o desentendimento que ocorreu entre ele membro do sindicato e o vigário local. Foi comum

⁴⁴ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁴⁵ AEL. BMN. Processo nº 292.

nesse período a disputa entre lideranças sindicais e a Igreja Católica sobre o controle e orientação dos trabalhadores rurais.

Esse foi um fato marcado por intensa disputa na região, sobretudo com os Congressos dos Trabalhadores do Campo realizados em Londrina e Maringá (1960/1961), respectivamente, e com a criação da Frente Agrária Paranaense organizada pela Igreja Católica, fatos já observados anteriormente nesse trabalho.

No depoimento de senhor Noé Brandoni, conforme o próprio processo apresenta, foi ele vinculado ao PTB e dotado do pensamento ao que tudo indica trabalhista reformista. Queixava-se de ser constantemente denominado comunista, inclusive pelo vigário local. Ser chamado de comunista no período posterior ao golpe poderia causar ao acusado graves problemas com a justiça.

Na sequência que segue a apresentação do IPM, verifica-se que em 30 de abril de 1964, o delegado Plínio Walger continua suas averiguações sobre as ações realizadas pelo sindicato. Determinando a ser intimadas várias pessoas para comparecerem na delegacia com a finalidade de prestarem depoimentos sobre questões que se relacionavam a organização sindical de Querência.

Assim:

Faustino Martins Feliciano, João Machado Meireles, Antonio Miguel Sales e Joaquim Vital Filho, para serem inquiridos, acerca dos fatos referentes a um convite de assalto ao comércio, a convite de Prudêncio Balbino da Costa, segundo depoimento do senhor João César Bonfim [...].⁴⁶

Segundo as informações colhidas no IPM, as quatro pessoas citadas acima exerciam a função de lavradores em fazendas localizadas no município de Querência, eram filiadas ao Sindicato de Trabalhadores da Lavoura de Querência do Norte e prestaram esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas juntamente ao sindicato.

É oportuno reproduzir trecho do depoimento prestado por Faustino Martins Feliciano no período com 35 anos de idade, casado, lavrador, natural do Estado de Minas Gerais.

O depoente

[...] respondeu que em 20 de novembro de 1963, foi convidado pelo senhor Prudêncio B. da Costa, para fazer parte do sindicato [...] prometendo que o sindicato prestaria assistência médico-hospitalar com 10% de desconto em uma das farmácias, assistência judiciária, etc. diante de tantas vantagens achou interessante ingressar no sindicato. [...] que o senhor Prudêncio avisava quando o sindicato se reunia, quando

⁴⁶ AEL. BMN. Processo nº 292.

então o Inquirido comparecia; que nos dias de março, o senhor Prudêncio avisou aos membros do sindicato que iria haver uma passeata no dia vinte e cinco de março, na qual os trabalhadores deveriam vir armados de um pedaço de peroba, de aproximadamente cinquenta centímetros, que essa peroba seria apenas para dar respeito e não bater em ninguém, [...] que o senhor Prudêncio disse que não precisava ter medo, pois que a lei permitia, e que ele Prudêncio iria com a Constituição aberta na mão, e a polícia não poderia fazer nada; que nesta passeata estava previsto inclusive um assalto ao comércio; que porém o senhor Prudêncio resolveu suspender a passeata, dizendo ter feito um abaixo assinado ao Governador do Estado, com (sessenta) assinaturas, sendo que o governador havia respondido que iria tomar as providências; que o inquirido assinou um abaixo assinado [...] que os lavradores ganhavam não dava para a alimentação e que as fazendas davam em vez de dinheiro, ordens, para os armazéns, e que os armazéns vendiam com acréscimo de 20% (vinte por cento) porque demoravam para receber; e que se não fosse tomadas providências, que os lavradores seriam obrigados a assaltarem os armazéns e atacarem o comércio; que dia 5 de abril iria haver uma reunião do Sindicato, porém esta somente foi anunciada em fins de março, mas não chegou a se realizar. [...] ⁴⁷. (grifo nosso).

O depoimento do senhor Faustino Martins Feliciano corrobora com a acusação feita ao senhor Prudêncio Balbino da Costa pelos senhores João Cezar Bonfim e José Nehme quanto à data da manifestação e assalto ao comércio na cidade de Querência do Norte, marcado para o dia 25 de março de 1964. Porém, nenhuma manifestação ocorreu.

Contudo, além desse fato, é preciso direcionar a atenção a outro relato. Em seu depoimento, o lavrador João Martins Feliciano expressa que os trabalhadores recebiam seus pagamentos por meio de ordens para os armazéns, ou seja, o pagamento recebido pelo trabalho era em forma dos denominados “vales” ou “barracão” e não em dinheiro, algo muito comum no processo de exploração dos trabalhadores rurais. Dessa forma, os trabalhadores tinham o poder de compra de seus salários reduzido em até 20% não sendo suficiente nem para a alimentação, conforme consta no depoimento.

Isso fortalece a compreensão das condições que os trabalhadores rurais eram submetidos nesse período não só em Querência do Norte, mas, fato esse que era comum em todo o Brasil. Pela mudança de práticas como essa, que possibilitava a exploração dos trabalhadores rurais, eram organizados sindicatos em defesa de direitos sociais e da dignidade dessas pessoas. Em meio a esses problemas de exploração, os sindicatos tentavam tomar alguma providência e, com toda certeza, geravam importunos aos proprietários locais causando conflitos entre patrões e empregados.

Aqui vale notar o porquê do senhor Prudêncio Balbino da Costa dizer em seu depoimento ter se dirigido a cidade de Paranavaí no período posterior ao golpe de 1º de abril, temendo alguma agressão dos fazendeiros locais logo após a deposição do governo Jango. O

⁴⁷ AEL. BMN. Processo nº 292.

sindicato encontrava apoio nas políticas propostas por João Goulart, com sua deposição esse apoio foi perdido.

Os demais três depoentes, isto é, os senhores João Machado Meireles, Antônio Miguel Sales e Joaquim Vital Filho, seguem o mesmo contexto do depoimento prestado pelo senhor Faustino Martins Feliciano sobre a atuação do sindicato frente aos lavradores de Querência do Norte, e a organização da manifestação idealizada pelos dirigentes do sindicato rural.

Na sequência, o major Plino Walger continua a realizar intimações quanto aos fatos que se relacionavam ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Querência do Norte. Foram intimados a comparecer no dia 02 de maio de 1964: Alexandre Rodrigues Belém, Joaquim Graciano, Celso Carvalho Rozzo, Lídio Tiago da Silva, Pedro Francisco Batista e Anfilófilo Cruz do Nascimento. Essas pessoas responderam as questões sobre a reunião e a passeata programada pelos dirigentes do sindicato. Em seus depoimentos também disseram participar do sindicato e, apresentaram que existia um elevado grau de pobreza em toda aquela região.

Relatou em seu depoimento o senhor Celso Carvalho Rozzo “o povo da Rio Novo e da Gleba Vinte e Nove estavam revoltados em face da crise, pois estavam passando privações e até fome”⁴⁸. Rio Novo e gleba Vinte Nove eram fazendas localizadas no município de Querência do Norte, o qual o sindicato procurava articular a organização entre os lavradores em torno de direitos sociais.

Sobre a formação do “Grupo de Onze”, Alexandre Rodrigues Belém, que era lavrador, com 37 anos de idade, natural do Estado da Bahia, e também assinou a lista de formação do “Grupo de Onze” em Querência do Norte, declarou que

Com respeito ao Grupo de Onze, respondeu que estava no Sindicato, havendo chegado naquele momento, quando o senhor Prudêncio pediu ao inquirido que assinasse uma lista do “Grupo de Onze” [...] alegando que a lista tinha que ser enviada urgentemente pelo senhor Noé Brandoni que se achava presente, [...] o inquirido perguntou ao Senhor Noé: Qual a finalidade do Grupo de Onze? ao que o mesmo respondeu que o documento visava uma manifestação de solidariedade ao governo, nos seus propósitos de realização das reformas de base principalmente a agrária, incentivando o movimento camponês por estas reformas, que sendo assim o inquirido assinou o documento [...]⁴⁹ (grifo nosso).

Os demais depoimentos prestados pelos lavradores seguem esse mesmo contexto apresentando fatos sobre as tentativas de ação do sindicato. Todos os depoentes apresentaram

⁴⁸ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁴⁹ AEL. BMN. Processo nº 292.

existir em meio aos lavradores um grave caso de pobreza. Os lavradores relatam não saberem das “intenções” pretendidas pelos dirigentes do sindicato, isto é, intenções de ultrapassar princípios legais, contrariando a ordem. É natural que frente às autoridades policiais as pessoas temendo algum tipo de represália por parte dos agentes do Estado, se defendam contrariando sua participação em algum engajamento político maior em meio à agremiação ou associação que faziam parte. Coube a esses lavradores se defenderem, e alegaram não querer causar problemas à ordem em Querência do Norte.

Nesses fatos, coube ao delegado major Plínio Walger convocar aqueles que assinaram a lista de formação do “Grupo de Onze” em Querência do Norte para prestarem depoimentos.

Segue trecho:

[...] senhor escrivão intime a comparecer nesta Delegacia de Polícia hoje às quinze horas, Giuseppe Capelato, Geraldo Diniz Cordeiro, Júlio Olmedo, Lázaro Fernandes, Benedito Rozzo, Abdias Benicio Coelho, Gerson dos Santos, João Bispo da Costa e Miguel Tavares Coelho, para serem ouvidos em inquirição sumária, sobre acusação que lhes são feitas de pertencerem ao “GRUPO DOS ONZE” [...] ⁵⁰.

O nome dessas pessoas encontrava-se na lista elaborada por Prudêncio e Noé, os organizadores da formação do “Grupo de Onze Companheiros” em Querência do Norte, segundo os relatórios do delegado da cidade. Assim, torna-se oportuno verificar os depoimentos prestados pelas pessoas que constavam seus nomes na lista de formação do grupo. O primeiro a prestar depoimento foi o senhor Giuseppe Capelatto, casado, natural do Estado do Rio Grande do Sul, na época com 49 anos de idade.

O senhor Giuseppe disse que Prudêncio Balbino da Costa

[...] convidou o inquirido a que assinasse aquele documento, “Grupo dos Onze”, dizendo que aquilo é para reivindicar melhorias para o local e para unir o povo; que o inquirido assinou de boa fé, e somente ontem é que veio, a saber, por ocasião de um discurso [...] na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, o que significa o Grupo dos Onze, pois se soubesse que eram essas as intenções não teria assinado aquele documento; perguntado se fazia parte do sindicato disse que não, perguntado se fazia parte de algum esquema ou de ideologia comunista ou de subversão respondeu que não [...] ⁵¹ (grifo nosso).

Júlio Olmedo, que era casado, no período com 59 anos de idade, era comerciante natural do Estado do Rio Grande do Sul.

⁵⁰ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁵¹ AEL. BMN. Processo nº 292.

Declarou que

[...] nunca foi sócio do sindicato [...] que o senhor Prudêncio pediu que assinasse um documento para o bem do lugar [...] que para sua grande surpresa esta sabendo agora que assinou para este tal “Grupo de Onze” que na realidade até o momento o inquirido não sabe bem do que se trata, mas imagina que seja mau, isto quando ouviu ontem um discurso de um orador participante da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que se referiu ao Grupo dos Onze [...] não sabendo de qualquer movimento subversivo que tivesse programado em Querência [...]”⁵² (grifo nosso)

Nos depoimentos prestados pelo senhor Giuseppe Capelatto e senhor Júlio Olmedo é citada a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Mesmo após a deposição de Jango, esse movimento liderado por integrantes da Igreja Católica, políticos opositores a Jango, dentre outros grupos, continuou por algum tempo por todo o país, dos grandes centros ao interior em cidades de pequeno porte, como foi o caso de Querência do Norte.

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” na cidade de Querência ocorreu em 1º de maio de 1964⁵³, ou seja, um mês após o golpe civil-militar. A marcha ocorreu em uma conjuntura de ataque as ideias consideradas de cunho comunista. Como observado, não que a formação dos “Grupos de Onze” fosse dotada de ideologia comunista, como se sabe, sua idealização foi elaborada por Leonel de Moura Brizola dentro dos preceitos do nacional reformismo.

Apoio às reformas de base era confundido com discurso de implantação de uma república sindicalista, esse foi o discurso utilizado contra Jango e seus apoiadores. A vitória do golpe contra o trabalhismo e o nacional reformismo teve como pano de fundo uma invenção de luta contra o regime comunista, essa ideia foi disseminada por todo país.

Outro a depor sobre a formação do “Grupo de Onze” foi Lázaro Fernandes, casado, estava com 49 anos de idade, natural de Quatiguá - Estado do Paraná, desenvolvia a função de motorista e, também, exercia no município de Querência do Norte a função de delegado suplente, além de exercer mandato de vereador de acordo com seu próprio depoimento.

Declarou que

[...] procurado pelo senhor Prudêncio para fazer parte do “Grupo de Onze”, mas não aceitou, dando como desculpa que já pertencia ao P.D.C. onde é vereador, e que não poderia pertencer a dois partidos, que a relação de seu nome na lista foi uma inconseqüência do senhor Prudêncio. [...] estando ausente o Delegado Major Plínio Walger que teria ido a Curitiba, o inquirido, tendo automaticamente assumido a Delegacia, tomou enérgicas providências, mandando avisar que caso concretizasse a passeata o mesmo mandaria prender seus promotores, que em hipótese alguma pode

⁵² AEL. BMN. Processo nº 292.

⁵³ AEL. BMN. Processo nº 292.

ter ideologia comunista, pois foi eleito pela bandeira do Partido Democrático Cristão [...]”⁵⁴

Em seu depoimento, senhor Lázaro Fernandes se posiciona de maneira agressiva contra qualquer acusação por ele sofrida, pois enfatiza defender a bandeira do Partido Democrático Cristão (PDC), e em hipótese alguma poderia estar de acordo com qualquer preceito comunista, relatou que no momento que exercia a função de delegado substituto “tomou enérgicas providências”, quanto à realização da passeata idealizada pelos líderes do sindicato, passeata denunciada pelos senhores João César Bonfin e José Nehme.

É importante frisar que o PDC, agremiação política que fazia parte o senhor Lázaro Fernandes era o mesmo partido político do governador do Estado do Paraná no período do golpe, isto é, o senhor Ney Braga, um dos grandes apoiadores do golpe civil-militar que destituiu o presidente João Goulart do poder.

Na sequência, observaremos ao depoimento do senhor Miguel Tavares Coelho, que era casado, com 36 anos de idade, natural do Estado de Pernambuco, exercia a função de carpinteiro.

Declarou ao delegado que

[...] não sabia qual a real finalidade deste Grupo fosse bem outra, ou seja, com sentido revolucionário de linha perigosa; que é vereador pelo Partido Republicano, [...] seus princípios pessoais e de linha partidária são bem contrários ao que pregava o senhor Leonel Brizola [...].⁵⁵

O senhor Miguel Tavares que exercia a função de vereador em Querência do Norte, assim como o senhor Lázaro Fernandes, diz pertencer ao Partido Republicano (PR) e apresenta ter ideia política contrária a Leonel Brizola. Torna-se válido lembrar que, no Estado do Paraná, o PR se colocou ao lado do governador Ney Braga em apoio à deposição de João Goulart.

Também depôs o senhor Benedito Rozzo, que era casado, comerciante, natural do Estado São Paulo e estava com 31 anos de idade:

[...] assinou a lista na boa fé; que depois que assinou é que veio, a saber, do propósito do “Grupo de Onze”, e se tivesse sabido antes jamais teria assinado aquela lista, que não faz parte do sindicato, nem sabia da revolta contra o comércio previsto para vinte e cinco de março; que o inquirido não tem ideologia comunista; [...] não

⁵⁴ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁵⁵ AEL. BMN. Processo nº 292.

tendo tempo a se meter em política, justamente foi facilmente enganado pelo senhor Prudêncio. [...] ⁵⁶

O senhor Benedito Rozzo alega ter sido enganado pelo senhor Prudêncio Balbino da Costa e disse ainda que não gostava de se meter em política e coloca em seu depoimento “que não tinha nenhuma ideologia comunista”.

Em seu depoimento, senhor Geraldo Diniz Cordeiro, que era lavrador, no período estava com 55 anos de idade, era casado e natural do Estado de Minas Gerais, declarou sobre sua participação no “Grupo de Onze”:

[...] respondeu que era sócio do Sindicato de Querência por convite de Prudêncio, e que certo dia o referido levou-lhe uma lista dizendo para assinar que era com respeito ao sindicato, que agora para surpresa do inquirido, está vendo seu nome incluído neste tal “Grupo de Onze”, [...] que o inquirido é crente em matéria de religião e é o inimigo número hum do comunismo [...] ⁵⁷

João Bispo da Costa, lavrador, casado, com 38 anos de idade, natural do Estado da Bahia.

[...] respondeu que era sócio do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura, mas que jamais assinou no tal de “Grupo de Onze”, e que na realidade nem sabe o que mesmo significa; que nada sabe com referencia a algum plano de agitação ou subversão da ordem no município; que perguntado se tinha ideologia comunista, o mesmo respondeu: “Deus me livre!. [...] ⁵⁸

Abdias Benício Coelho, casado, com 47 anos de idade, exercia a função de carpinteiro em Querência do Norte, natural do Estado de Pernambuco:

[...] respondeu que era sócio do sindicato dos Trabalhadores da Lavoura, mas que na lista do grupo dos onze, nunca assinou, nem sabe o que quer dizer este grupo; que nada sabe com respeito a alguma agitação, como também não quer saber de comunismo [...] ⁵⁹

Nos três depoimentos apresentados anteriormente, torna-se possível verificar que os senhores Geraldo Diniz Cordeiro, João Bispo da Costa e Abdias Benício Coelho, os dois primeiros lavradores e o terceiro carpinteiro, eram vinculados ao Sindicato de Trabalhadores da Lavoura de Querência do Norte. Sem dúvida, buscavam melhores condições de trabalho e melhores condições sociais para suas vidas e de suas famílias, pois esse foi o objetivo de se filiarem a um sindicato. Entretanto, o momento tornara-se delicado e a negação de participar

⁵⁶ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁵⁷ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁵⁸ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁵⁹ AEL. BMN. Processo nº 292.

de forma mais presente as reivindicações sociais é a saída encontrada contra uma acusação de maior gravidade que poderia vir dos agentes do Estado.

Outro depoimento foi realizado por Gerson dos Santos, que no período estava com 36 anos de idade, casado, natural do Estado de Sergipe e desenvolvia a função de alfaiate na cidade.

[...] respondeu que realmente colocou a sua assinatura no “Grupo de Onze”, sendo até quem deu a ideia ao Senhor Prudêncio, porém quando escutou no Rádio, teve uma ótima impressão, e jamais pensou que o seu objetivo seria o de revolucionar e agitar, principalmente em face do seu título de “Comando Nacionalista” que jamais imaginou que tal grupo tivesse caráter subversivo [...] seus ideais foram sempre anti-comunistas; que nada sabe sobre um possível clima de agitação que estivesse por suceder em Querência do Norte [...]⁶⁰

Foi possível perceber que a lista que tomou posse o delegado de Querência do Norte, major Plínio Walger, quanto à formação do “Grupo de Onze” é dotada de pessoas que desenvolviam funções diversas na cidade. Eram comerciantes sem ligação ao sindicato, políticos eleitos no município e até mesmo o suplente do delegado local, além dos lavradores vinculados ao sindicato. Pessoas que migraram para Querência do Norte, vindas de Estados do sul, sudeste e também nordeste.

Segundo os depoimentos, alguns assinaram a lista e outros não. Contudo, todos se defenderam das indagações que o delegado se preocupou em realizar, sobre suas convicções ideológicas, ou seja, se realmente eram defensores de um pensamento comunista e estavam apoiando alguma atividade subversiva no período anterior a “revolução”.

As pessoas que assinaram a lista se colocaram na defensiva, afinal, há poucos dias ocorrera o golpe e um novo governo conduzia o país, não seria prudente naquele momento alegar apoio ao pensamento do governo deposto, visto como isso poderia implicar em um problema maior com a justiça militar.

Algumas pessoas que assinaram as listas de formação de “Grupos de Onze” poderiam de fato não saber o que eram os grupos, apenas acreditavam que seria uma forma de beneficiar a região que habitavam.

Após tomar o depoimento de todos os envolvidos com a formação do “Grupo de Onze” em Querência do Norte, o delegado Plínio Walger, em 02 de maio de 1964, elabora um relatório final. Nesse relatório, apresenta suas conclusões sobre os fatos de formação do “Grupo de Onze” e das atividades do sindicato.

Concluiu o delegado

⁶⁰ AEL. BMN. Processo nº 292.

Prudêncio Balbino da Costa, residente neste município há seis anos, vinha desde o principio do ano próximo findo preparando um programa subversivo a ordem, [...] com a inclusão do seu grande companheiro Noé Brandoni e com a própria situação nacional, na qual o governo de João Goulart deixou campo livre a agitadores, pois assim lhe convinha para poder conseguir as chamadas reformas de base, [...] que estavam integrados no mesmo esquema de agitação; recebia jornais vermelhos como Panfleto e Terra Livre [...] no dia vinte e cinco de março estava programada uma agitação em Querência [...] aliais Prudêncio usou argumento mais fácil: “A Fome” e usou de outro bastante conhecido “A Exploração dos Negociantes” [...] Prudêncio suspendeu e transferiu a reunião para 5 de abril. Veio a revolução democrática das forças armadas que reconduziram o Brasil ao caminho da “Ordem e do Progresso” os reais líderes civis e militares acabaram com a anarquia a indisciplina que ameaçava ruir a estrutura nacional; [...] o povo que ontem marchou pelas ruas com Deus pela Liberdade dificilmente será novamente iludido de maneira tão fácil, porém é preciso que esse homem seja punido pois seu crime não é comum, é um crime contra a Segurança Nacional. [...] Noé Brondani, gaúcho militante no P.T.B. desde sua mocidade, homem de uma inteligência inconcebível, mas de uma ideologia comunista, que ele nega ter, [...] ele era o engenheiro, o arquiteto o homem da caneta [...] amigo de tantos outros Petebas-comunistas ou Comunistas-petebistas. [...] o que convém ressaltar no entanto nesse relatório são frases escritas por Noé, revelando seu instinto revolucionário; entre outras pode ser constatado: “Nosso caminho deve ser revolução e fuzilamento. Viva Fidel” “a solução está no pau-furado como Fidel Castro, para mudar o regime”. (cartas dirigidas a Fidel Castro). Esta assim provada a ideologia comunista de um homem que por sua inteligência poderá ainda constituir um perigo a nação. [...] O Grupo de Onze e demais implicados não passaram de vítimas de golpes de Prudêncio e Noé, pois o primeiro tapeava e insistia e o segundo encaixava os nomes a revelia; as pessoas que assinavam, até hoje ainda não sabem na realidade o que significava este Grupo e qual era real finalidade. Não é justo pois que inocentes paguem pelos pecadores. [...]”⁶¹

Nas conclusões do delegado de Querência do Norte, os envolvidos com a formação do “Grupo de Onze” foram pessoas iludidas ou enganadas pelos líderes do sindicato local.

Para o delegado Plínio Walger, Prudêncio Balbino da Costa e Noé Brandoni, os dirigentes do sindicato, se utilizaram das condições sociais precárias para tapearem o povo, na tentativa de imposição de um regime subversivo idealizado por Jango e Brizola. O delegado teceu acusações aos dirigentes do sindicato a todo custo, tentando vinculá-los ao comunismo “petebas-comunistas ou comunistas-petebistas” ao levar em consideração o período dessas acusações, ambos os acusados foram enquadrados em questões que envolviam a Segurança Nacional.

O relatório do delegado major Plínio Walger foi remetido à DOPS, na capital do Estado do Paraná. Deste modo, os dois dirigentes do sindicato foram conduzidos para aquela cidade.

Os acusados Noé Brandoni e Prudêncio Balbino da Costa, em data de 28 de abril de 1.964, foram presos nesta cidade e processados como suspeitos de ideologia

⁶¹ AEL. BMN. Processo nº 292.

comunista e subversão da ordem, sendo que os mesmos, devidamente escoltados, foram entregues a Sub-Divisão Policial de Paranaíba e de lá conduzidos e recolhidos a Prisão Provisória do Ahú, a disposição da Auditoria Militar.⁶²

No dia 12 de junho de 1964, os indiciados foram interrogados novamente “sobre as ATIVIDADES SUBVERSIVAS na cidade de Querência do Norte”⁶³, o novo interrogatório ocorreu na DOPS, em Curitiba, realizado por uma comissão composta pelos capitães André Luiz dos Santos, Affonso Henrique Coelho, João Baptista Bezerra Leonel, e o delegado adjunto da DOPS Dr. Jorge Cunha da Gama Malcher, servindo como escrivão o 3º sargento Elazier Ribeiro da Silva.

Noé Brandoni respondeu as questões de praxe, sendo idade, naturalidade, profissão, estado civil, e se era comunista, e qual seu envolvimento com o “Grupo de Onze”. Após responder as primeiras questões disse não ser comunista, “e o que prega é a de fiscalizar o Capital privado dando-lhe garantias de lucratividade, impondo-lhe responsabilidade em relação aos trabalhadores⁶⁴”. Quanto ao “Grupo de Onze”, relatou Noé “que não fazia parte, contribuindo apenas com a sua orientação; orientação esta seguida da Rádio Mayrink Veiga que ouviu em outubro de sessenta e três”⁶⁵.

No depoimento de Prudêncio Balbino da Costa, realizado na DOPS, o indiciado foi perguntado por que teria sido preso

[...] respondeu que foi preso, julga por denuncia de alguém que não se conformava com a sua situação de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Querência do Norte. [...] que o sindicato servia para a união dos trabalhadores e a constituição de fundos para dar assistência médica aos mesmos, e ainda, reivindicações de seus direitos. Perguntado se é comunista ou se adota as ideias “socialistas” respondeu que não e que sempre, só desejou o bem dos trabalhadores e sua melhora de vida, batalhando por isso, motivo pelo qual deve ter desgostado muita gente. [...]⁶⁶

A partir de então, o capitão André Luiz dos Santos, responsável pelo IPM “Zona Norte do Paraná”, apresentou denúncia contra os dois acusados a promotoria da 5ª Região Militar no qual foi instaurado o IPM 272/64 esse renomeado para BNM 292, tendo como réus no processo Noé Brandoni e Prudêncio Balbino da Costa.

Em seu relatório de acusação, o capitão André Luiz dos Santos apresentou que

⁶² AEL. BMN. Processo nº 292.

⁶³ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁶⁴ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁶⁵ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁶⁶ AEL. BMN. Processo nº 292.

[...] Noé Brandoni por ter praticado os seguintes atos atentatórios contra a Segurança Nacional. Em meados de março de 1964, o denunciado, após receber instruções do comunista Leonel Brizola, organizou e colocou em funcionamento no seu município o chamado “grupo dos onze” [...] segundo a própria finalidade do “grupo dos onze” era agitar os meios rurais de sua zona, até conseguir seus intentos, ou seja, a luta de classes [...] fez propaganda pública de processos violentos para subverter a ordem política e social [...] comunista praticante amigo íntimo de Luiz Carlos Prestes com quem prava amizade tendo sido fotografado várias vezes na companhia deste líder comunista [...] enviou ao comunista Fidel Castro, cartas de apoio ao seu regime [...] incitou a luta de classe pela violência dizendo sempre aos seus comandados que “nosso caminho deve ser revolução e fuzilamento” no sentido de doutriná-los [...] Assim esta o denunciado incurso nas penas previstas nos artigos 11, letras “a” e “b” e 24 todos da Lei 1802 de 5/1/53.⁶⁷

Quanto a Prudêncio Balbino da Costa, o capitão Luis André dos Santos direcionou as seguintes acusações

Em virtude do denunciado em conluio com o comunista Noé Brandoni, ter organizado o “grupo de onze” do seu município, com a finalidade de subverter a ordem política e social da sua região, [...] criou no seu município clima de intranquilidade, através de manifestações hostis e de represálias, incitando elementos sindicais a obterem suas reivindicações pela violência. Esta incurso o denunciado nas penas previstas no artigo 24 da lei 1802 de 5/1/53.⁶⁸

Nas acusações realizadas pelo capitão André Luiz dos Santos, ele pediu para que os réus fossem enquadrados na Lei 1802/53. Lei que previa crimes contra a ordem e a política social em vigor no período de prisão dos acusados.

Quanto aos artigos que o capitão responsável pelo IPM indica para a acusação dos réus do processo, previstos na Lei 1802 de 05 de janeiro de 1953:

Art. 11. Fazer publicamente propaganda: a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social; b) de ódio de raça, de religião ou de classe; [...]. Art. 24. Constituírem ou manterem os partidos, associações em geral, ou, mesmo, o particular, milícias ou organizações de tipo militar de qualquer natureza ou forma armadas ou não, com ou sem fardamento, caracterizadas pela finalidade combativa e pela subordinação hierárquica.⁶⁹

Dentro desse contexto, os réus do processo IPM 272/64 ou BNM 292 foram presos e processados dentro da conjuntura que se apresentava a Doutrina de Segurança Nacional.

O promotor militar acusou Noé Brandoni no artigo 11 letra “a” excluindo a letra “b” do artigo 11 conforme tinha indicado o capitão André Luiz dos Santos. Noé Brandoni também foi denunciado no artigo 24 da mesma Lei.

⁶⁷ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁶⁸ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁶⁹ Lei 1802 de 05 de Janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm. acesso: 24/03/2014.

Quanto a Prudêncio Balbino da Costa, foi denunciado no artigo 24 da mesma Lei 1802/53. Com o decorrer do processo, foi oportuno verificar que o promotor militar pediu três anos de prisão para Noé e dois anos de prisão para Prudêncio:

Nas alegações do promotor militar:

Pelo referido já se vê que os acusados eram ativistas do Partido Comunista, sendo o acusado Noé Brandoni um economista formado, não podendo, alegar ignorância dos fatos que lhes são imputados [...] Prudêncio Balbino da Costa [...] ativo propagandista de ideias comunizantes. Ficou devidamente comprovado, nos autos, que os acusados formaram um grupo de onze companheiros, com a finalidade de subverter a ordem política social [...] os acusados eram intimamente ligados a elementos notoriamente comunistas [...].⁷⁰

Não localizamos no processo em momento algum ser apresentado que os acusados pertenceram ao Partido Comunista mesmo antes de ter sido colocado na ilegalidade, pois, essa é uma das acusações realizada pelo promotor militar. Evidente no processo são as manifestações de apoio a Jango e a Brizola.

O promotor se pauta que os acusados eram propagadores de ideias comunistas e então considerados de tentarem subverter a ordem e a política social por meio da formação do “Grupo de Onze”. Coube aos agentes do Estado direcionarem essas acusações aos réus, visto como, pertencer ao PTB, ser sindicalista e nacionalista não era crime, conforme já observado anteriormente ilegal naquele momento era o PCB.

Dentro da desenvoltura do processo, coube ao advogado dos réus, Dr. Roberto de Almeida – advogado de Of. Da Aud. da 5ª R. M. (Região Militar), apresentar alegações sobre a inocência de Prudêncio e Noé nos autos, pedindo a absolvição dos acusados.

Conforme se observa

[...] a esse setor, a despeito das argumentações da acusação oficial, considerando que eles dois organizaram ou constituíram os denominados “Grupos de Onze”, “data-vênia”, pelas provas dos autos, insuficientes e inseguras como estão carreadas, não admitem a punibilidade, porque não houve intenção criminosa [...] amparo em recente jurisprudência [...] ... referidos grupos não exercem qualquer atividade ou ação. Menos ainda tiveram caráter de milícias ou organização do tipo Militar, com finalidade combativa e pela subordinação hierárquica. [...] verifica-se que ambos não passaram de incultos, rudes e simplórios lavradores, que, na época de tumulto administrativo governamental, iludiram-se com os falsos profetas do partido popular, que era então o PTB⁷¹.

Nas alegações do advogado de defesa de Prudêncio e Noé, o advogado tenta apresentar que os artigos da Lei de Segurança Nacional, que os réus foram denunciados não

⁷⁰ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁷¹ AEL. BMN. Processo nº 292.

existia a comprovação da tentativa de organização de um grupo armado com tentativa de revolução, contra a ordem e a política social. A formação do “Grupo de Onze” em Querência do Norte se limitou à formação de uma lista contendo 11 nomes, dotada de pessoas simples. Sobretudo, alega ainda o advogado que os réus foram iludidos pelos “falsos profetas do PTB”.

Dentre todo o contexto de acusações e defesa dirigidas aos sindicalistas réus no processo IPM 272/64 ou BNM 292, coube aos juízes militares chegarem as seguintes conclusões e proferirem a sentença sobre a organização do “Grupo de Onze” em Querência do Norte, sob a liderança de Prudêncio Balbino da Costa e Noé Brandoni:

[...] verifica-se que o G. 11 [...] não teve qualquer atividade em conjunto ou isolamento, limitando-se na elaboração e remessa da lista devidamente assinada pelos seus componentes à rádio Mayrink Veiga [...] O “Grupo de Onze” [...] não caracteriza milícia ou organização do tipo militar [...] não houve ilicitude no procedimento dos acusados na formação do G.11 de Querência do Norte [...] “Quanto ao Grupo de Onze a simples leitura dos autos demonstra ter sido ele mais um entre tantos iludidos pela pregação até a data da revolução, não passando o referido Grupo de uma lista com onze nomes”. [...] Resolve o Conselho Permanente de Justiça do Exército, por maioria dos votos, absolver, como absolvido tem, os acusados Noé Brandoni e Prudêncio Balbino da Costa [...]”⁷².

Após o anúncio da sentença proferido pelo conselho Permanente de Justiça do Exército, a Procuradoria da Auditoria da 5ª R.M. apelou ao Superior Tribunal Militar (STM) em Brasília. Contudo, a sentença foi mantida com absolvição dos réus de suas acusações. Segundo os juízes do Supremo Tribunal Militar “a formação de uma lista contendo onze nomes, com alguma finalidade política, não figura crime. Tendo em vista nenhuma ação ter sido praticada pelas pessoas que assinaram a referida lista”.⁷³

Mediante ao IPM 272/64 ou BNM 292, cabe ressaltar algumas considerações. Conforme a própria sentença proferida pela justiça militar, não houve crime, mas sim apenas a elaboração de uma lista e envio de solidariedade ao governo deposto e ao deputado com mandato cassado Leonel Brizola em apoio às reformas de base.

Não obstante, problemas locais como divergência entre Sindicato de Trabalhadores Rurais e proprietários de fazendas proporcionou existir acusações de crimes contra a ordem e política social e também acusações de ideologia comunista contra os dirigentes do sindicato. As acusações partiram de apenas duas pessoas, sendo um comerciante e o administrador de uma fazenda situada na cidade de Querência do Norte. Fazenda que continha em seu quadro de trabalhadores pessoas filiadas ao sindicato local, conforme se verificou nos autos existentes no processo. O administrador da fazenda enfatizou em seu depoimento que o dirigente do

⁷² AEL. BMN. Processo nº 292.

⁷³ AEL. BMN. Processo nº 292.

sindicato “estava provocando um clima de ódio dos colonos para com os proprietários e administradores”⁷⁴.

As autoridades locais teceram acusações contra os dirigentes sindicais, utilizando-se da conjuntura da “operação limpeza” e da Doutrina de Segurança Nacional, essa que teve como finalidade afastar de circulação às pessoas que apoiaram antes do golpe as ideias reformistas apresentadas pelo governo deposto.

Vale notar que a tentativa de formação do grupo, que ficou limitada a elaboração de uma lista, foi realizada no período que se corresponde anterior à deposição do presidente João Goulart. Não consta no processo referência a nenhuma reunião, ou manifestação após o dia 1º de abril de 1964.

É evidente verificar que os militantes políticos e os dirigentes sindicais, que no período anterior ao golpe se solidarizaram com as propostas apresentadas nas reformas de base e também com a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, ou outros direitos sociais como é o caso dos réus no processo do “Grupo de Onze Companheiros” de Querência do Norte, encabeçaram listas de processos repressivos.

3.4 O “Grupo” em Itaguajé

Conforme apresenta o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o município de Itaguajé está localizado na região Norte do Paraná, é banhado pelo rio Pirapó e também pelo rio Paranapanema. Esse município está na divisa do Estado do Paraná com o Estado de São Paulo.

O Município de Itaguajé nasceu do expansionismo cafeeiro vindo do norte paranaense que se estendeu à região noroeste a procura das florestas frondosas e de sua terra fértil. Da cultura do café, instalada em meados do século, para a mecanização do solo na década de 70, o Município cresceu e se desenvolveu [...]. Criado através da Lei Estadual n. 253, de 26 de novembro de 1954, e instalado em 30 de novembro de 1955 [...] ⁷⁵.

Itaguajé nasceu também dentro do processo de re(ocupação), inserido no processo migratório principalmente de frentes paulistas e também do nordeste brasileiro na década de 1950.

⁷⁴ AEL. BMN. Processo nº 292.

⁷⁵ Breve histórico sobre a organização e formação política do município de Itaguajé, a base de dados para essa consulta encontra-se disponível em: <http://www.itaguaje.pr.gov.br/> acesso: 04/02/2014.

Conforme apresenta o histórico de formação e emancipação política do município, a produção cafeeira foi responsável por influenciar o processo de colonização do município e da região a sua volta. Para quem é considerável a quantidade de famílias que buscavam melhores condições de vida migraram para a região, no sonho de conquistarem riquezas com a produção do café.

Itaguajé, uma cidade interiorana como tantas outras cidades pertencentes ao norte paranaense, nasceu do processo migratório em meados do século XX, cuja economia baseada na produção agrícola com seus contrastes sociais e políticos, que não diferem de outras regiões interioranas do Brasil.

Cidade essa que poderia passar despercebida quanto aos fatos que marcaram a deposição do presidente João Goulart em abril de 1964, mas nos chamou a atenção por existir no Arquivo Público do Estado do Paraná uma pasta que faz menção a essa localidade, apresentando informações que se relacionam ao período de deposição de Jango e implantação do regime militar.

Ao tentar perceber o que poderia ter ocorrido em uma cidade com média de 5 mil habitantes, que despertou o interesse da polícia política em meio aos acontecimentos da deposição do presidente João Goulart, foi possível verificar que a formação de um “Grupo de Onze Companheiros” ou “Comando Nacionalista” foi o fator necessário para colocar pessoas residentes dessa cidade, na rota da repressão proferida pelo Estado a partir do golpe civil-militar de 1964.

Sabendo que o processo que corresponde à “operação limpeza” veio para punir os crimes anteriores ao golpe, nosso propósito é de analisar também quais foram os “crimes” cometidos pelos membros do “Grupo de Onze” que se formaram no município norte paranaense de Itaguajé.

Como de praxe, a DOPS-PR elaborou um dossiê composto por vários documentos, dentre eles, uma portaria instaurando inquérito policial local pelo delegado da cidade em 1964, o senhor Pedro Nicoletti, com a finalidade de apurar as responsabilidades criminais dos envolvidos na formação do “Grupo de Onze” da cidade de Itaguajé.

No relatório de inquérito sobre o “Grupo de Onze” de Itaguajé, encontram-se arrolados os nomes de Gerson Braz da Silva, Januário Francisco Filho, João Gregório da Silva, José Candido Moreira, José Ferrari, Júlio Guerino Pinaff, Manoel Alves de Souza, Manoel Julião de Souza, Milton Pepeci, Sebastião Vicente de Paula e Sizenando Macedo. São esses os 11 acusados de subversão contra a ordem e a política social na cidade de Itaguajé.

Esse dossiê informa também os antecedentes políticos e ideológicos das pessoas ligadas ao grupo, abrindo inquérito contra os mesmos que prestaram apoio ao ex-presidente João Goulart e Leonel Brizola no processo de repressão, iniciado após a implantação do regime militar.

Atentar-nos-emos aos depoimentos prestados na Delegacia de Polícia de Itaguajé e aos relatórios elaborados pelo delegado observando que esses fatos foram realizados em um breve período após o golpe. Torna-se oportuno verificar que em junho de 1964, o senhor Pedro Nicoletti, delegado da cidade de Itaguajé elaborou a seguinte portaria

Tendo chegado ao conhecimento da autoridade Policial que em princípio deste ano de 1.964, pessoas residentes desta cidade, estariam se organizando para constituir o GRUPO DE ONZE COMPANHEIROS ou COMANDO NACIONALISTA, bem como tendo chegado ao conhecimento desta autoridade que entre as pessoas da dita organização, havia um “cabeça” e mentor que se tratava do senhor Januário Francisco Filho e José Ferrari; também sendo de conhecimento que as referidas pessoas enviaram manifestos de solidariedade ao movimento de subversão a ordem pelo então Presidente da República, senhor João Goulart e seu cúmplice Dep. Leonel Brizzola, cujo manifestos foram enviados por intermédio da Agência do correio de Santo Inácio neste Estado, devidamente assinado por onze (11) pessoas residentes nesta cidade, nomeie escrivão ad-hoc ao senhor CELSO PEREIRA VALÕES, a quem determino abertura de Inquérito Policial para apurar as responsabilidades criminais, devendo o referido escrivão intimar a prestar declarações no presente Inquérito Policial os Srs. Sebastião Vicente de Paula, Januário Francisco Filho, José Ferrari, José Candido Moreira, Milton Pecece, Gerson Braz da Silva, Sizenando Macedo, Júlio Guerino Pinaff, João Gregório da Silva, Manoel Alves de Souza, Manoel Júlio de Souza, todos residentes nesta cidade, depois do que, me venham estes autos conclusos para os devidos fins de justiça. Itaguajé, em 18 de Junho de 1.964.⁷⁶

O delegado considerou criminoso o envolvimento dessas pessoas que se solidarizaram com o presidente João Goulart e o deputado Leonel Brizola, visto como já observado anteriormente, esses eram os fatos que estavam em pauta no país, apoio às reformas de Jango, e aos dizeres de Brizola eram tidos como crime. Para tanto, Jango e Brizola foram considerados pelo delegado da cidade de Itaguajé de pertencerem a um movimento de subversão.

Também consta que um manifesto de apoio a João Goulart e Leonel Brizola foi enviado por meio da Agência de Correios de Santo Inácio, cidade geograficamente próxima a Itaguajé, esse fato pelo delegado foi considerado uma adesão ao “movimento subversivo” o qual a “revolução” veio para colocar fim.

Vale notar também na portaria elaborada pelo delegado que duas pessoas que constam o nome no inquérito são denominadas “cabeças” “mentores”, tratando-se dos

⁷⁶ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

senhores Januário Francisco Filho e José Ferrari. Quanto aos demais, eram pessoas que apenas pertenciam ao grupo.

Outro ponto a se analisar é que de fato as pessoas estavam cumprindo o que foi proposto por Leonel Brizola, isto é, enviando listas de formação dos grupos ao endereço da rádio Mayrink Veiga. E a documentação enviada por estas pessoas, data do início do ano de 1964, antes do golpe, evidenciando que os denominados “crimes” foram cometidos antes da deposição de Jango, conforme consta no próprio relatório do delegado de Itaguajé.

Ao fim, o delegado aguarda instruções de como proceder com essas pessoas: “que me venham estes autos conclusos para os devidos fins de Justiça”. Dentro da lógica da Segurança Nacional, percebe-se haver o interesse por parte dos agentes do Estado em desarticular qualquer possível oposição aos líderes do novo regime recém-implantado no Brasil.

Todo o inquérito policial, desenvolvido na cidade de Itaguajé, foi enviado à cidade de Maringá e, posteriormente, foi remetido a DOPS na capital do Estado do Paraná, conforme consta no ofício 299/64 do CEL. Haroldo Cordeiro (delegado chefe da 13ª subdivisão policial de Maringá).

Segue trecho do ofício:

Para os devidos fins, encaminho a V.S., o incluso inquérito policial, instaurado pela Delegacia de Polícia de Itaguajé, Jurisdição dessa Sub Divisão Policial, referente a atividades subversivas praticadas por elementos daquela localidade, denominado “Grupo dos Onze” [...]”⁷⁷. (grifo nosso).

Fatos como esse aconteceu por inúmeras delegacias de polícia em todo o território brasileiro, pessoas que antes manifestaram apoio às reformas propostas por Jango e apoiaram os pensamentos de Leonel Brizola, escreveram seus nomes em listas para formação de “Grupos de Onze” e sofreram acusações de serem subversivas.

Mediante ao fato da organização do grupo em Itaguajé, o delegado daquela localidade iniciou no dia 19 de junho de 1964 a tomada dos depoimentos dos envolvidos com a formação do “Grupo de Onze”. Portanto, torna-se possível verificar na sequência como se posicionaram nas declarações prestadas os integrantes que assinaram a lista de formação do grupo.

O delegado de Itaguajé, o senhor Pedro Nicoletti, então acompanhado do senhor Celso Pereira Valões, nomeado escrivão no inquérito, começaram a ouvir os “acusados”.

⁷⁷ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

Seguindo a ordem existente no dossiê elaborado pela DOPS-PR, no dia 19 de junho de 1964, compareceu na delegacia de Itaguajé um primeiro depoente, o senhor José Ferrari, na época com 43 anos de idade, cuja profissão era lavrador, casado, natural de Conchas - Estado São Paulo. O senhor José Ferrari era o presidente do Sindicato dos Pequenos Lavradores da cidade de Itaguajé, conforme consta na declaração prestada por ele ao delegado.

O senhor José Ferrari, juntamente com o senhor Januário Francisco Filho, foram considerados os mentores na elaboração do “Grupo de Onze” em Itaguajé, conforme apresentou a portaria elaborada pelo delegado Pedro Nicoletti que abriu o inquérito policial.

Quanto ao depoimento, o senhor José Ferrari declarou:

Que nos primeiros dias do mês de fevereiro do corrente ano de 1964, o declarante fora procurado pelo senhor Januário Francisco Filho, o qual dissera ao declarante que existia uma coisa boa, interessante para todos os lavradores e o povo em geral. [...] que se tratava da formação de um novo partido com a denominação de “Comando Nacionalista”, apoiado pelo presidente Goulart e Dep. Leonel Brizola, que esse comando daria força as reformas de base; que o declarante nessa ocasião sugerira que se pedisse informações mais positivas, o que foi feito mediante uma carta com a subscrição de onze (11) pessoas endereçadas ao Dep. Leonel Brizola a/c da Rádio Mayrink Veiga; que dias depois recebeu o declarante um telegrama, em seu próprio nome, com os seguintes dizeres: “Recebemos comunicação companheiros organização Comando Nacionalista [...] organizados venceremos Dep. Leonel Brizola”; que dias depois chegara nova correspondência contendo folheto impresso, contendo informações de como formar “Grupo de Onze Companheiros” ou “Comando Nacionalista”. Que o declarante apesar das instruções não teve nenhum interesse pela causa, que várias vezes foi procurado pelo senhor Januário Francisco Filho o qual pedia ao declarante para fazer uma ATA constando de adesão de (11) pessoas ao movimento. [...] Perguntado se o declarante tinha alguma pretensão em caso de vitória do referido movimento, respondeu que não, que apenas tomou sobre si a elaboração da ata, em virtude de ter sido eleito Presidente do Sindicato dos Pequenos Lavradores, e julgava que o apoio à causa dos nacionalistas pudesse favorecer a questão do sindicato. [...].⁷⁸

Alguns pontos merecem a atenção quanto ao depoimento do senhor José Ferrari, acusado pelo delegado de ser um dos “cabeças” do grupo. O primeiro ponto a ser destacado é que o senhor José Ferrari era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, denominado “Sindicato dos Pequenos Lavradores de Itaguajé”, e acreditava que o “movimento nacionalista” poderia contribuir com questões de interesse do sindicato.

Tendo em vista que por ser o presidente do sindicato, as questões que José Ferrari faz menção se apresentam nas garantias de melhores condições de trabalho e direitos para os denominados lavradores, algo que era proposto pela política pretendida pelo presidente João

⁷⁸ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

Goulart. Vale notar outra vez a criação da Contag durante o governo Jango, entidade que tinha por finalidade embasar direitos aos trabalhadores rurais.

No entanto, quando é perguntado sobre suas intenções no caso de vitória do movimento, “vitória de Jango e Brizola”, possivelmente percebe a intenção de uma acusação mais grave que poderia vir da parte do delegado, e recua. Dizendo que não pretendia nada, não tinha interesse pela causa e apenas “julgava” as ideias favoráveis ao sindicato.

Conforme já observado, foi comum e natural frente à autoridade policial as pessoas temerem repressão por parte dos agentes do Estado. Tendo em vista que as propostas que ele julgava favorável ao sindicato, após o golpe passaram a ser consideradas criminosas. O simples fato de apoiar as reformas já o colocara em uma situação desconfortável frente aos agentes do Estado, pois após o desfecho do golpe, falar em estender direitos às classes menos favorecidas, tornou-se ser adepto de agitação e subversão, podendo os acusados terem que responder por acusações mais graves.

Ainda no dia 19 de junho, é realizado o depoimento com o senhor João Gregório da Silva, com 30 anos de idade na época, casado, natural de Serra Talhada – Pernambuco, exercia a função de balconista no comércio local.

O senhor João Gregório da Silva declarou que

[...] em data que não sabe precisar, o declarante estava na firma onde trabalha quando apareceu o senhor Januário Francisco Filho, o qual trazia uma lista que pediu ao declarante para assinar, ocasião o qual o declarante perguntava o que era, do que se tratava, tendo o senhor Januário lhe dito ser uma coisa para o benefício da cidade; que o declarante acostumado a assinar listas de cooperação em benefício da Igreja e do Ginásio, sem mesmo verificar o que se tratava, assinou a referida lista; perguntado se posteriormente veio a saber do que se tratava, declarou que posteriormente veio a saber que a lista que assinara era para a adesão ao movimento Comando Nacionalista do qual o senhor Januário era o mentor nesta cidade; perguntado se o declarante é filiado a alguma agremiação política nesta cidade, declarou que não, que é apenas eleitor sem jamais ter tomado parte em qualquer atividade política ou mesmo envolver-se em questões alheias; perguntado o que levou a assinar tal documento sem primeiro fazer a leitura do mesmo, declarou que o assinou em confiança e julgando tratar-se de algo não político, sem maldade portanto, que todo movimento foi feito pelo senhor Januário, o qual a todos disse tratar-se de algo em benefício da cidade, sem contudo dizer ou mesmo explicar do que se tratava. [...].⁷⁹

O depoimento do senhor João Gregório da Silva contribuiu para o delegado eleger alguns “culpados”, nesse caso tendo o senhor Januário Francisco Filho como um dos idealizadores do movimento, e ele a pessoa que recolheu assinaturas para a formação do

⁷⁹ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

grupo em Itaguajé. Coube ao senhor Januário Francisco Filho encabeçar a lista na acusação proferida pelo delegado Pedro Nicoletti.

Há também o depoimento do senhor Sizenando Macedo, com 37 anos de idade, casado, lavrador e açougueiro, natural de Bom Jardim – Rio de Janeiro.

Relatou o senhor Sizenando Macedo que

Em dias do mês de março do corrente ano de 1964, o declarante passando em frente ao bar e sorveteria de propriedade do senhor Januário Francisco Filho, quando este chamou o declarante e lhe disse ter uma lista que todos estavam assinando e queria que o declarante também assinasse, pois tal lista era para o bem do lugar, ocasião em que o declarante retrucou que não sabia ler e muito mal assinava o nome; que o Senhor Januário dissera então ao declarante que mesmo assim servia, que bastava a sua assinatura ser um tanto compreensível para servir; que o declarante julgando tratar-se de algo de bom, talvez em benefício da Igreja, então o declarante assinou tal lista, vindo a saber dias depois que se tratava de um manifesto não sabendo o declarante a quem teria sido dirigido o tal manifesto [...]⁸⁰

O depoimento do senhor Sizenando Macedo se parece em muito com o depoimento do senhor João Gregório da Silva, os dois depoimentos contribuirão para direcionar algum tipo de acusação de maior gravidade ao senhor Januário Francisco Filho, por ter sido a pessoa responsável por colher as assinaturas na lista de formação do “Grupo de Onze” em Itaguajé.

Vale observar também o depoimento do senhor Manoel Alves de Souza, na época estava com 20 anos de idade, era o integrante com menor idade dentre os acusados, solteiro, trabalhava como balconista, natural de Maniçobal – Pernambuco.

Declarou que

Em data que não sabe precisar bem, o declarante fora procurado pelo senhor Januário Francisco Filho o qual lhe dissera que estava organizando um novo partido político e que dependia da assinatura do declarante; [...] perguntado se o declarante é filiado a alguma entidade política, declarou que não, que é apenas eleitor; [...] perguntado quem era o mentor de tal organização ou o seu presidente, respondeu o declarante que o mentor fora o senhor Januário Francisco Filho, e soubera posteriormente que o presidente seria o senhor José Ferrari [...].⁸¹

O depoimento prestado pelo senhor Manoel Alves de Souza contribuiu para colocar também o senhor José Ferrari como um dos mentores e cabeças na organização e formação do grupo em Itaguajé ao lado do responsável por colher as assinaturas na lista, o senhor Januário Francisco Filho.

⁸⁰ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

⁸¹ Arquivo Público do Estado do Paraná. Idem.

O depoimento do senhor Manoel Alves de Souza não difere muito dos depoimentos prestados pelo senhor João Gregório da Silva e do senhor Sizenando Macedo. Estes são isentos de alguma participação mais assídua na formação do grupo em Itaguajé, más, o delegado utilizou seus depoimentos para dirimir acusações mais graves a outros investigados.

Na sequência do dossiê, torna-se oportuno então verificar o depoimento do senhor Januário Francisco Filho. No período de acontecimento dos fatos, o senhor Januário estava com 42 anos de idade, casado, proprietário de um bar e sorveteria na cidade de Itaguajé, era natural de Ituverava – São Paulo.

O senhor Januário Francisco Filho declarou

[...] em virtude da grande pregação de reformas e das muitas promessas de melhoria da situação das classes menos favorecidas; que em virtude da prestigiosa situação político-administrativa do então presidente Goulart bem como da grande perspectiva de eleição do Dep. Leonel Brizola e ainda em virtude da grande influência política dos referidos senhores junto ao eleitorado brasileiro, além do convite diário para a organização do “Grupo de Onze Companheiros” ou “Comando Político Nacionalista”, convites que partiam de quase todas as emissoras nacionais por onde se sentia a pregação dos princípios democráticos, que hoje o declarante considera como um disfarce a defesa de outros interesses, o declarante sentiu-se no dever de organizar nesta cidade o “Grupo de Onze”, para tanto o declarante estendeu o convite a alguns companheiros, sendo o primeiro convite feito ao senhor José Ferrari, com quem o declarante estabeleceu as bases para a dita organização, quando, então foi dirigido uma carta-manifesto ao Dep. Brizola, com a assinatura de onze (11) pessoas aqui residentes; [...] o declarante perguntado se a cada assinante ele explicava o teor do manifesto, declarou que a cada um explicava que tal movimento era para reforçar as reformas de base para o país; [...] perguntado se o declarante tinha alguma pretensão em caso de vitória no movimento nacionalista, respondeu que não tinha nenhuma pretensão [...] que apenas endereçara e organizara o Grupo dos Onze na esperança de que houvesse melhoria para as classes menos favorecidas [...] perguntado se o declarante tinha relações com o Dep. Brizola, respondeu que não, que não o conhece, que somente tinha simpatia a pessoa do líder, visto sua pregação ter muita aceitação em todo Brasil, perguntado se tinha mais algo a declarar, respondeu que sim, que toda essa organização, todo esse movimento, foi consequência de ver a nação melhor em seu nível político-social-administrativo. [...].

⁸² (grifo nosso).

O senhor Januário contribui em seu depoimento com vários fatores que merecem a atenção quanto à formação e organização dos “Grupos de Onze”. O ponto sem dúvida que merece maior atenção se refere às propostas de reformas de base, pois, relata que por meio de emissoras de rádio que ouvia os anúncios proferidos por Brizola e acreditava ser algo bom as “classes menos favorecidas” no país. De fato, a nosso ver, essa era o maior foco que se direcionava a organização dos “Grupos de Onze”, apoiar as reformas de base.

⁸² Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

Porém, nota-se que esse depoimento é tomado no dia 19 de junho de 1964. O senhor Januário se preserva ao dizer no depoimento que “hoje considera um disfarce a defesa de outros interesses”. Parece-nos claro que o interesse que ele se refere é o que o novo governo militar considerava ser a política pretendida por Jango, isto é, a implantação de uma “República sindicalista, de caráter comunista”.

Essas acusações ao governo de Goulart já era transmitida pela ala conservadora do país antes mesmo da deposição de Jango e, após a deposição, esse discurso continuou a ganhar força a fim de tentar justificar a derrubada do governo. Mesmo que o depoente acreditasse nas propostas de reformas de base, que elas teriam como finalidade uma política voltada a favorecer as classes subalternas da sociedade, não seria prudente naquele momento defendê-las.

É preciso observar que as propostas de reformas faziam-se presentes por todo o país graças às formas encontradas para divulgá-las por meio de rádios e jornais, e as propostas de reformas eram recebidas com entusiasmo pelas camadas mais pobres da sociedade, como é o caso do senhor Januário Francisco Filho, que era um simples dono de bar e sorveteria, e não um grande latifundiário na região ou empresário de grande porte.

No mesmo dia, foi realizado o depoimento do senhor Milton Pepece, que no período estava com 24 anos de idade, solteiro e exercia a profissão de “prático em farmácia”, como consta no processo, era natural de Cândido Mota – São Paulo.

O senhor Milton Pepece declarou que

Nos primeiros dias do mês de março do corrente ano, foi o declarado procurado pelo senhor Januário Francisco Filho, o qual dissera ao declarante que ele, juntamente com outros, iriam fundar um novo partido político nessa cidade, [...] que o dito Januário se encontrava de um manifesto o qual era dirigido ao então Dep. Leonel Brizola; [...] perguntado o declarante se era filiado a alguma agremiação política disse que sim, que era filiado ao diretório municipal do P.S.P., do qual é primeiro secretario [...] perguntado o que sabe a respeito da organização dos “Grupos de Onze” ou “Comando Nacionalista”, respondeu que nada sabe a respeito e somente assinara o manifesto dirigido ao Dep. Leonel Brizola em virtude da promessa de criação ou fundação de um novo partido nesta cidade; [...]⁸³

No depoimento do senhor Milton Pepece aparece um elemento novo no qual ele diz já fazer parte de um partido político. Contudo, teve afinidade com a proposta de criação e formação de outro partido político para o município.

Entendemos que o interesse em formar uma nova agremiação política é despertado em virtude do carisma político que Leonel Brizola apresentava, sendo ele uma figura que

⁸³ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

dispunha de respeito e admiração na política nacional. O senhor Milton Pepece, como tantas outras pessoas pelo Brasil acreditaram ser importante a fundação de um partido com o apoio de Brizola, aderiu a ideia ao assinar a lista de formação do grupo.

Apenas vale ressaltar que Leonel Brizola pertencia ao PTB e os “Grupos de Onze” não era um partido político dotado de uma sigla com a finalidade de se concorrer em eleições na forma tradicional existente na política, o depoente provavelmente não dispunha dessa compreensão. Todavia, Leonel Brizola era nesse momento uma forte liderança política no Brasil, e esse fator tornava possível que as pessoas aceitassem suas propostas a uma adesão política.

Na sequência é apresentado o depoimento do senhor Gerson Braz da Silva, na época com 23 anos de idade, casado, comerciante, natural de Princesa Izabel – Paraíba.

O senhor Gerson Braz da Silva prestou o seguinte depoimento:

Estando em seu estabelecimento, ali compareceu o Senhor Januário Francisco Filho, o qual estava com um documento em mãos e falou do seguinte modo: “Gerson, eu vim aqui para pedir-lhe que assine nesse papel que é para o bem do município”, ao que o declarante perguntou: Januário me explique direito do que se trata, pois não sei ler, tendo o senhor Januário falando ao declarante apenas que era para o bem do município; [...] perguntado se o declarante soubera a quem fora enviado tal documento, respondeu que desconhece o destino do referido documento; perguntado se o declarante soubera tratar-se da organização de um novo partido político, declarou que jamais teve o conhecimento de tal fato; [...] perguntado se o declarante é filiado a alguma agremiação política nessa cidade, declarou que não, que nem mesmo é eleitor, posto que muito mal sabe assinar o seu nome [...]”⁸⁴

Nas questões proferidas pelo delegado aos investigados existe uma preocupação em saber se essas pessoas que assinaram a lista de organização e formação dos “Grupos de Onze Companheiros” no município de Itaguajé eram filiadas a alguma agremiação política partidária.

É um fato que merece atenção, pois a participação política dos investigados a alguma sigla partidária no período que antecedeu o golpe civil-militar poderia render outros rumos à investigação. O fato de ser filiado a algum partido e ter uma vida de militância política poderia isentar ou não as pessoas de algum tipo de acusação mais grave.

É apresentado também o depoimento do senhor José Candido Moreira, que estava com 41 anos de idade, era casado, trabalhava em uma farmácia e era natural de Capela Nova – Minas Gerais.

Assim, o senhor José Candido Moreira relatou que:

⁸⁴ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

[...] o declarante, quando da crise culminou com a queda do presidente Goulart, fora apresentar-se ao chefe político Senhor João Benedito da Silva e ao delegado de Polícia, aos quais se oferecera para, se possível, colaborar na defesa da integridade da Constituição, dos princípios democráticos-cristãos de nossa pátria; que o declarante jamais medira sacrifícios para a defesa dos interesses da Pátria e que sempre esteve a disposição das autoridades para a manutenção da ordem e da disciplina, que jamais tomou o declarante parte em movimento de subversão, pelo contrario, sempre foi contrario a qualquer quebra da disciplina e da ordem a constituição; que assinara em tal documento somente por consideração a outros que já havia assinado o referido documento, [...] declarou que no ultimo pleito foi candidato a vereador, pela aliança P.T.B. – P.S.B., mas que jamais foi dado a politicagem [...]⁸⁵

Nas declarações prestadas pelo senhor José Candido Moreira, podemos conferir que em relação aos outros depoimentos, pareceu existir um temor maior por parte do depoente, pois quando ocorre o golpe que retira Jango do poder, ele procura um líder político local para conversar juntamente com o delegado. O líder político que ele se refere é o senhor João Benedito da Silva, na ocasião do inquérito exercia a função de vereador no município, e tinha sido eleito pela coligação UDN-PDC⁸⁶. O depoente disse estar disposto a lutar a favor da “integridade da Constituição e dos princípios democráticos cristãos”.

No caso do senhor José Candido Moreira, este exercia uma vida pautada na militância política, e tinha concorrido a uma vaga de vereador no último pleito local pela coligação PTB - PSB, segundo seu próprio depoimento.

Como se sabe, o PTB era o partido de Jango e Brizola, situação essa que possibilita analisar melhor o episódio a fim de compreender o fato do investigado logo após o golpe procurar um político local vinculado a UDN, e ao delegado local para prestar apoio à “revolução” e enfatizar não fazer parte de nenhum movimento de subversão. Possivelmente temia uma represália maior por ser militante do partido a qual pertencia o presidente deposto, João Goulart, e ao então deputado cassado, Leonel Brizola.

Alguns outros depoimentos foram tomados no dia 20 de junho, como é o caso do senhor Sebastião Vicente de Paula, no período estava com 51 anos de idade, era casado, lavrador, natural de Tanabi – São Paulo.

No depoimento é relatado que:

O declarante tendo ido ao bar de propriedade do senhor Januário Francisco Filho, ali o dito senhor lhe falou de uma lista e lhe pedira a sua assinatura dizendo que era para formar um novo partido político nesta cidade, [...] perguntado quando veio a

⁸⁵ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

⁸⁶ Os dados apresentados quanto ao mandato político e a filiação partidária do vereador eleito pela UDN, o senhor João Benedito da Silva, nome apresentado no depoimento do senhor José Candido Moreira, foram consultados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Disponível em: <http://www.tre-pr.jus.br> acesso: 07/02/2014.

saber tratar-se de uma ata da organização do Comando Nacionalista, declarou que veio a saber da realidade quando a crise que culminou com a queda do governo brasileiro e a consequente cassação dos direitos políticos de várias pessoas, [...] o depoente nada tem a ver com politicagem ou mesmo com a formação de partidos, etc., perguntado se o declarante em caso de vitória do movimento, quais seriam suas pretensões, declarou que não tinha nenhuma pretensão visto desconhecer qualquer finalidade do movimento; perguntado se sabia ou soube tratar-se de atos comunistas, declarou que nada sabe a respeito [...] que sua assinatura em tal documento fora por mera confiança e respeito dos que já havia assinado. [...] ⁸⁷ (grifo nosso).

Em todo o inquérito sobre a formação do “Grupo de Onze” em Itaguajé, apenas no depoimento do senhor Sebastião Vicente de Paula aparece a palavra “comunista”, isso nos chama a atenção, pois em outras localidades tal qual o processo de formação de “Grupo de Onze” na cidade de Querência do Norte a palavra e as acusações em torno do comunismo são mais comuns. Basicamente foi uma das acusações mais utilizadas em todo o Brasil contra os “Grupos de Onze”.

Percebe-se que não foi esse o caso quanto à organização do grupo em de Itaguajé. As acusações nessa localidade pautaram-se no termo “subversão”, também muito utilizada no período da ditadura brasileira na acusação que o Estado dirimia ao “inimigo interno”.

Em 20 de junho, também compareceu na delegacia para prestar depoimento o senhor Júlio Guerino Pinaff, que na ocasião dos fatos estava com 53 anos de idade, era casado, lavrador, natural de Espírito Santo do Pinhal – Estado São Paulo.

O senhor Júlio Guerino Pinaff relatou que

o senhor Januário disse ao declarante tratar-se de algo de bom para o bem do município, então, o declarante pôs a sua assinatura em tal lista, não sabendo entretanto qual seria o seu destino ou mesmo a sua finalidade; que entretanto, dias depois, quando culminou a crise, com a queda do governo nacional e a cassação de direitos políticos de outros dirigentes, o declarante veio a saber que o referido documento teria sido enviado para o Dep. Brizola, perguntado ao declarante se ele, o declarante, sabia tratar-se de uma organização Comando Nacionalista, declarou que não sabia tratar-se de uma organização dessa natureza pois, do contrário não teria assinado tal documento visto ser o declarante católico militante e filiado a Congregação dos Marianos há onze anos nesta cidade, perguntado qual posição ocupa no Partido Trabalhista Brasileiro local, declarou ser o presidente do diretório local daquele partido, pelo qual foi eleito vereador no ultimo pleito municipal [...] ⁸⁸

Aqui existe mais um militante político, esse presidente do diretório municipal do PTB em Itaguajé. Chama a atenção um trecho do depoimento realizado pelo senhor Júlio Guerino Pinaff, que procura articular sua defesa dizendo pertencer à religião católica, e ser “filiado a Congregação dos Marianos há onze anos nesta cidade”. Conforme observado nesse

⁸⁷ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

⁸⁸ Arquivo Público do Estado do Paraná. Idem.

trabalho, um dos movimentos pertencente à sociedade civil que mais se destacou a atacar o presidente João Goulart nas semanas finais que culminou com o golpe foi realizado justamente por organizações católicas, sobretudo sendo os movimentos Marianos, na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Possivelmente podendo existir um agravante ao caso do senhor Júlio Guerino Pinaff, pois era ele o presidente do PTB local, concluiu que seria de bom tom apresentar suas convicções religiosas. Em alguma acusação mais densa que pudesse ocorrer pela sua militância política, o fato de ser um católico assíduo poderia servir a seu favor.

Por último, no depoimento do senhor Manoel Julião de Souza, no período com 35 anos, casado, de profissão lavrador, natural de Anadias – Alagoas.

Declarou que o senhor Januário dera na ocasião ao declarante a importância de dois mil cruzeiros (Cr\$2.000,00) para que o declarante fizesse despacho no correio local do referido documento, não tendo o declarante percebido a quem se destinava; que o declarante recusou-se de fazer o dito despacho em virtude de não dispor de tempo para vir a agência de correio local, [...] perguntado ao declarante se fazia parte de alguma agremiação política, declarou que não faz parte de politicagem alguma, que é apenas eleitor [...] ⁸⁹

No depoimento do senhor Manoel Julião de Souza, o delegado mantém seu rol de perguntas, procurando saber se além da participação dos depoentes em relação à formação e organização do “Grupo de Onze”, se eles eram vinculados a alguma agremiação de âmbito político.

É preciso frisar, dentre uma das maiores preocupações do delegado em relação à montagem do inquérito, havia o interesse em saber se os investigados eram filiados a alguma sigla partidária, pois existia o interesse por parte do Estado em controlar a militância política e essa era uma preocupação que se apresentava dentro da DSN.

Em um rápido balanço, constatamos que os investigados se dividiam em dois grupos nas atividades que desenvolviam para sobreviver na cidade de Itaguajé. Dos 11 investigados, seis pessoas trabalhavam no comércio local, eram pequenos comerciantes ou trabalhavam no comércio como empregados, outros cinco exerciam a função de lavradores.

No que se refere às frentes migratórias, percebe-se que sete dos envolvidos com o grupo em Itaguajé eram naturais da região Sudeste do Brasil, a maioria do Estado de São Paulo, e quatro tinham migrado para o norte paranaense, vindos do nordeste brasileiro acompanhando a evolução da cultura cafeeira na região.

⁸⁹ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

Ao final do dossiê, há um relatório produzido pelo delegado Pedro Nicoletti, isentando alguns envolvidos no inquérito e direcionando acusações a outros

No presente Inquérito, instaurado ex-officio por esta Delegacia de polícia constatado ficou que em princípio deste ano, o senhor Januário Francisco Filho, [...] estabeleceu planos para a organização do Grupo de Onze Companheiros, nesta cidade; que para tanto o referido senhor Solicitou o concurso do senhor José Ferrari que, na qualidade de mais instruído, se constituiu o mentor da organização, elaborou o primeiro manifesto de solidariedade e em seu nome recebeu as instruções [...] bem como elaborou a ATA que foi também assinada pelo restante dos indiciados no presente Inquérito; conclui-se ainda que o senhor Januário Francisco Filho, elemento comprovadamente sedicioso, lesou a boa fé de alguns dos que assinaram os termos do manifesto e da ATA que foi enviada ao Dep. Leonel Brizola por intermédio da Rádio Mayrink Veiga [...]. Conclui-se também que os senhor Júlio Guerino Pinaff, José Candido Moreira, Milton Pepece agiram conciso de que se tratava na organização política que teria como finalidade apoiar e rebe, digo, receber apoio do Presidente Goulart e Dep. Brizola. A nosso ver os que agiram conscienciosamente são os acima citados que quanto ao restante dos componentes e indiciados do presente inquérito, tomaram parte neste movimento em virtude de completa ignorância dos fatos. Investigações de nossa parte comprovam que os Srs. Januário, José Ferrari, e Júlio G. Pinaff deslocaram-se em fins de março para Curitiba a fim de entrarem em entendimento com pessoas ligadas ao Movimento do Comando Nacionalista. [...]. O escrivão faça remessa deste a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) em Curitiba, para que eu possa produzir os efeitos legais da Justiça. Delegacia de Polícia de Itaguajé, em 22 de junho de 1.964⁹⁰.

Ao remeter o relatório final, a DOPS para apreciação daquele órgão que assumiu um dos papéis centrais na repressão ocorrida no país, o delegado faz alguns apontamentos considerando existir na cidade de Itaguajé pelo menos cinco indivíduos que merecem uma atenção especial quanto ao posicionamento político que desenvolveram no período anterior ao golpe que derrubou Jango.

Nos autos do inquérito é apresentado que as pessoas que o delegado acusa exerciam maior vínculo com a política local. Conforme consta nos depoimentos, tornou-se oportuno perceber que essas pessoas estavam engajadas a agremiações partidárias, sendo o caso do senhor Milton Pepece, Júlio Guerino Pinaff e José Candido Moreira. O senhor Januário Francisco Filho, o responsável por recolher as assinaturas para a formação do grupo. No caso do senhor José Ferrari, este era o presidente do Sindicato dos Lavradores local e as entidades sindicais mereceram atenção especial após o golpe. Os sindicatos despertavam preocupações ao novo governo, um local que poderia ser gerado algum tipo de ideário contrário ao novo modelo político imposto no Estado brasileiro.

É importante relatar que esse inquérito policial ocorrido na cidade de Itaguajé como tantos outros não progrediu para outras instâncias judiciais, pois

⁹⁰ Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS-PR. Pasta 520.58, Caixa 58 – Itaguajé.

Uma quantidade incalculável de processos formados para apurar as atividades de Grupos de Onze em todo país terminou sendo interrompida sem sentença definitiva, por motivos de ziguezagues observados na legislação pertinente a competência da Justiça Militar para apurar atividades políticas de civis na fase anterior do Ato Institucional n. 2 de outubro de 1965. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p. 113).

Não obstante, esse formato de processo oportuniza a não minimizar os fatos e perceber que o impacto da “operação limpeza” procurou desarticular qualquer provável admiração às propostas que foram precedidas no período anterior ao golpe, a favor de reformas estruturais do Brasil. A assinatura em uma simples lista como foi o caso ocorrido na cidade de Itaguajé com dizeres a favor de reformas de base e a outros direitos democráticos e sociais causou problemas aos indivíduos que integraram o movimento.

Mesmo que não tenha nesse caso ocorrido relatos de abusos contra a integridade física dos envolvidos como ocorreu em tantos outros processos pelo território nacional, esse caso corrobora a perceber como foi gigantesca a preocupação do Estado com seus possíveis opositores.

Por fim, os “crimes” cometidos pelos membros do “Grupo de Onze” de Itaguajé não foram nenhuma tentativa de constituir e organizar um novo poder por meio das armas, por meio de guerra revolucionária, conforme temia parte da sociedade brasileira.

Contudo, algumas pessoas sonharam com uma maior participação na vida política e acreditavam estar contribuindo com a implantação das reformas de base que previam melhores condições de vida às classes menos favorecidas.

Talvez essas pessoas tenham pretendido um posicionamento político mais destacado naquela localidade e, por isso, tentaram formar e organizar um “Grupo de Onze” e dessa forma cometeram o “crime” de assinar uma lista e se solidarizarem com as “infames” propostas contidas nas reformas. Esse foi um fato não exclusivo do norte paranaense, mas que atingiu milhares de pessoas pelo Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o governo do presidente João Goulart, o Brasil vivenciou uma forte experiência com o envolvimento de diversos setores da sociedade civil na temática que se relacionou ao campo do universo político. Foi notável a participação de grupos favoráveis ao governo de Jango dentro do quadro de reivindicações e manifestações em torno do anúncio das reformas de base.

As reformas de base propostas pelo presidente João Goulart davam a entender naquele momento um caminho certo a ser seguido pela população subalterna. As reformas pareciam que proporcionariam a conquista de melhores condições de vida a uma população carente, reforma essa que se estenderia da cidade ao campo.

Em oposição a esse quadro revelaram-se setores conservadores da sociedade brasileira mediante várias formas de manifestações contrárias à política reformista proposta por Jango, conforme houve a oportunidade de verificar nesse trabalho.

Ao observarmos a organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”, compreendemos que esses grupos tiveram por foco principal apoiar as reformas. Não existia nada de mais natural às pessoas que organizaram os “Grupos de Onze” do que ouvir os anúncios das reformas por Leonel Brizola na rádio Mayrink Veiga, ou mesmo ler sobre essas informações no jornal Panfleto e elaborar uma lista contendo 11 nomes, dizendo “apoiamos essa causa”.

Esses anúncios na visão dos participantes dos “Grupos de Onze” poderiam proporcionar o acesso a terra, ou a melhores condições de trabalho, melhores salários, acesso à vida política, educação, a outros direitos sociais, isto é, acreditavam que as reformas poderiam ocasionar dignidade ao indivíduo participante do grupo e a sua família como um todo.

Entretanto, a existência do clima de Guerra Fria, vivenciado no mundo, tornou possível a justificativa que a batalha pela tentativa de implantação das reformas de base, seria a implantação do comunismo no Brasil. Esse foi o ideário disseminado por grupos políticos e militares, grupos de empresários, dentre outros setores e entidades civis no período, todos opositores ao presidente João Goulart e de sua política nacional reformista.

A derrubada de João Goulart do poder, as listas de cassações e os inúmeros IPMs que atingiram milhares de pessoas comuns pelo país já em abril de 1964 foram apresentadas dentro de um contexto que sobre o Brasil pairava um governo com tendências comunistas. Tentando legitimar a derrubada de Jango e o expurgo de várias lideranças políticas do país, o

novo governo expressou que sua luta era também contra toda a subversão ocasionada pelos grupos de esquerda existentes no Brasil. Os chefes militares diziam que esses grupos não passavam de agitadores e encontravam-se respaldados pelo governo do presidente João Goulart.

Aos “Grupos de Onze Companheiros” eram direcionadas acusações de subversão e agitação contra a ordem e política social.

Não entendemos que uma política comunista fosse pretendida pelo presidente João Goulart ou por Leonel Brizola, esse segundo o idealizador dos “Grupos de Onze”, pois estes eram nacionalistas e reformistas. Jango era herdeiro político do presidente Getúlio Vargas, então nada de mais natural idealizar a continuidade do trabalhismo por meio de suas reformas de base. Porém, os seus rivais políticos se posicionaram arduamente contra a aproximação de João Goulart em direção às camadas populares, provocando a ruptura de um regime legalmente constituído e, democrático existente no Brasil.

Dentro de um clima hostil enfrentado por Jango e seus apoiadores ocorreu um golpe de Estado que afastou a democracia do país. Nessa conjuntura, logo após o desfecho do golpe, o novo governo começou um processo repressivo não apenas pelos grandes centros, mas também pelo interior do território nacional em busca dos partidários contrários ao que foi intitulado de “revolução democrática”.

Com o golpe civil-militar acontece a montagem de um Estado de exceção no Brasil. Como observado, o primeiro ato institucional abriu caminhos para a “operação limpeza”. Esse início repressivo ocasionado pelo governo militar teve o intuito de retirar de cena todos aqueles que apoiavam as políticas apresentadas por Jango.

Esse processo elaborado pelo Estado, a partir de abril de 1964 apresentava como essência o esforço a todo custo de dismantlar qualquer força política afinada com o governo deposto. A nosso ver, a ação do Estado de exceção naquele momento pode ser considerada eficaz.

A “operação limpeza” foi utilizada em um formato “vertical” para dar fim a divergências políticas existentes no Brasil. Vertical porque ao tempo que afastou da vida política o presidente João Goulart, o deputado Leonel Brizola, dentre muitas outras figuras da política nacional que apoiavam uma reestruturação do país, percebemos que também foi utilizado esse processo para resolver problemas locais, ou seja, a divergência política e social ocorrida em cidades interioranas como os casos delimitados nesse trabalho que correspondem às cidades de Querência do Norte e Itaguajé no norte paranaense. Neste sentido, nossa pesquisa segue para o mesmo rumo de outros trabalhos já produzidos e aqui referenciados

sobre “Grupos de Onze”, formados em outras regiões do Brasil, o que possibilita ampliar o debate do tema dentro do universo acadêmico.

De tal modo, os dirigentes sindicais, militantes políticos, pequenos comerciantes e trabalhadores rurais dessas duas cidades que apoiavam as ideias de reformas e manifestaram isso mediante a elaboração de uma ata de formação dos “Grupos de Onze” também foram investigados e reprimidos pelo Estado.

Os cidadãos pertencentes aos “Grupos de Onze Companheiros” foram enquadrados como inimigos do Estado dentro da Lei de Segurança Nacional. Porém, esses “Grupos de Onze” aqui analisados, ficaram apenas no planejamento de sua organização, limitando-se ao preenchimento de listas, seus integrantes nunca passaram a nenhuma ação concreta.

Por fim, observou-se que pessoas “comuns” apresentadas nesse trabalho apoiaram as ideias de reformas de base e assinaram listas de formação de “Grupos de Onze Companheiros”, mediante a isso foram consideradas criminosas. Seus “crimes” não ultrapassaram reivindicações de direitos sociais, e a participação política estendida às classes subalternas da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo leme a bombordo**: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil da rebelião de 1964 à anistia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

_____. A grande rebelião: os marinheiros de 1964 por outros faróis. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A Ditadura que Mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Para Onde foi o novo sindicalismo? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A Ditadura que Mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Perfil dos atingidos**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai-RS**. 2003. f.167. Dissertação (Mestrado). Passo Fundo, UPF, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil-1961-1964. 8. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

BARROS, Edgar Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **Os Governos Militares**. São Paulo: Contexto, 1994.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução: Marco A. Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1987.

_____. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução: Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito a Memória e Verdade. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

BRUNELLO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: O caso da operação Marumbi na terra das araucárias**. Maringá: Eduém, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura Política – Nacional: O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 13.

DELGADO, Lucilia A. N. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. Partidos Políticos e Frente Parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia A. N. (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3

DIAS, Reginaldo Benedito. **A máscara chinesa: notas sobre uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar**. Tempo e Argumento. Revista do programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: Udesc, v. 2, n. 1, p. 153 - 175, jan. / jul. 2010.

_____. **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da ação popular no Paraná**. Maringá: Eduem, 2003.

_____; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

DREIFUS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org). **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 45-89.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia A. N. (Org). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3

_____. O Governo de Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia A. N. (Org). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3

_____. Entre a História e a Memória: João Goulart. In. FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964): as esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.2.

_____. Leonel Brizola, os Nacional-revolucionarios e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964): as esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. v. 2.

_____. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Civilização Brasileira, 2011.

_____; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou o presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Como Eles Agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia ou reformas? Alternativa democrática a crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. O inquisidor como antropólogo. **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA**. São Paulo: v. 1, n. 21, 1991. p. 9-20.

_____. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F (Org.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosacnaif, 2011, p. 341-358.

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964): as esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. v. 2.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidencia factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIAS, Reginaldo Bedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. **A Ditadura Civil-Militar e a “politicalha interiorana”**: O caso Halim Maaraoui em Nova Londrina – PR (1969). Curitiba: CRV, 2012.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **Querência do Norte: Uma Experiência de colonização e reforma agrária no Paraná**. Maringá: Editora Massoni, 2002.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: A repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUGGINS, Martha Knisely. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

IPOLITO, Verônica Karina. **É permitido proibir: O Dops e a repressão aos comunistas no Norte do Paraná (1945 – 1953)**. 2009. f.179. Dissertação (Mestrado). Maringá. UEM, 2009.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LAMARÃO, Sérgio. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MARCELO, Paulo. **História de Paranavaí**. Paranavaí, 1988.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e Política, 1945 -1964: ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia A. N. (Org). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3

MATTOS. André Luiz Rodrigues de Rossi. **Uma História da Une (1945-1964)**. Campinas: Pontes Editores, 2014.

MENANDRO. Heloísa. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização Autoritário-conservadoras universidades e a influencia da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. O Ofício das Sombras. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v. 1, n. 1, jan., 2006, p. 52-69.

NEGRO, Antonio L. SILVA, Fernando T. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia A. N. (Org). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3, pp. 49-96.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhadores Na Crise do Populismo. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org). **1964 Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. 2ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lucio Tadeu. A Pré-história da região onde se encontra Maringá – Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

PADRÓS, Enrique Serra. **História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos**. Tempo e Argumento. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: Udesc, v. 1, n. 1, p.30-45. jan/jul. 2009.

PACHECO, Diego. **Ecoss da Resistência: os grupos dos onze e os trabalhismos em Santa Catarina (1961-1964)**. 2012 f.184. Dissertação (Mestrado). Florianópolis. UFSC, 2012.

PINSKI, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PRIORI, Ângelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

PRIORI, Ângelo. **O Levante dos Possesiros: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo**. Maringá: Eduem, 2011.

_____. Lutas Sociais e Conflito Político: alguns temas da história de Maringá (o II Congresso de Trabalhadores Rurais e a formação da Frente Agrária Paranaense). In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

_____. DOPS, repressão, violência e controle social. In: **Revista da Aduem**. Maringá, n. 1. p. 21-23. 1998.

_____. **O protesto do trabalho: a história das lutas sociais dos trabalhadores rurais no Paraná: 1954-1964**. Maringá: Eduem, 1996.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: 2. ed. editora UFRJ/FGV, 2003.

_____. O Retorno do Político. In : CHAUVEAU, Agnes (Org.) **Questões para a História do Presente**. Bauru: Edusc, 1999.

_____. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: 2. ed. editora UFRJ/FGV, 2003a.

_____. Do Político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: 2. ed. editora UFRJ/FGV, 2003b.

ROMPATTO, Maurílio (Org.). **História e Memória da Colonização do Noroeste do Paraná**: os casos de Paranavaí, Nova Londrina e Loanda. Maringá: Massoni, 2012.

_____. O processo de (re)ocupação do noroeste do Paraná, microrregião de Paranavaí, na história e na memória de seus moradores. In: ROMPATTO, Maurílio (Org.). **História e Memória da Colonização do Noroeste do Paraná**: os casos de Paranavaí, Nova Londrina e Loanda. Maringá: Massoni, 2012.

SCALIANTE, Hortência D. A violência da colonização do Paraná: o caso “Antonio Osvaldo Neshi”. In: ROMPATTO, Maurílio. **História e Memória da Colonização do Noroeste do Paraná**: os casos de Paranavaí, Nova Londrina e Loanda. Maringá: Massoni, 2012.

SILVA, Marco. O historiador, o ensino de História e seu tempo (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil – 1964/1985). **Rev. ANTÍTESES**. Londrina: UEL. vol. 2, n. 3, jan.- jun. de 2009, pp. 23-36.

SCHILLING, Paulo. **Como se coloca a Direita no Poder**: os protagonistas. São Paulo: Global Editora, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964 Visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. 2º edição. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

_____. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SZATKOSKI, Elenice. **Os Grupos dos Onze**: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968. 2003 f.188. Dissertação (Mestrado). Passo Fundo. UPF, 2003.

_____. **O jornal O Panfleto e a construção do brizolismo**. 2008. f. 191. Tese (Doutorado). Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964 Visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. 2º edição. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

_____. **1964: o golpe contra as reformas e a democracia**. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2004, vol.24, n.47, pp. 13-28. ISSN 1806-9347.

_____. **O governo de Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TOMAZI, Nelson. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

VIANNA, Marly. O PCB, a ANL e as insurreições de Novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. **O Brasil Republicano. O tempo do nacional estatismo**:

do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, pp. 65-103.

SITES PESQUISADOS:

<http://www.cnv.gov.br/>

<http://cpdoc.fgv.br>.

<http://www.documentosrevelados.com.br/>

<http://www.ibge.gov.br/>

<http://www.ipardes.gov.br/>

<http://www.institutojoaogoulart.org.br>

<http://www.itaguaje.pr.gov.br/>

<http://www.planalto.gov.br/>

<http://www.querenciadonorte.pr.gov.br/>

<http://www.tre-pr.jus.br>

FONTES DOCUMENTAIS:

AEL-ARQUIVO EDGAR LEUENROTH, Projeto “Brasil: Nunca Mais” (BNM): Processo nº 292.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Fundo da (DOPS) Delegacia de Ordem Política e Social:

Caixa	Pasta	Título
58	520.58	Itaguajé
69	543.60	Delegacia de Polícia de Querência do Norte
105	855.105	Relatório de Diligências – AG. Raimundo Sales (Maringá e Adjacentes)